

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
NÚCLEO DE PSICOSSOMÁTICA E PSICOLOGIA HOSPITALAR**

FILOMENA GRACIANO LAMBERGA CATITO

**Depressão e sofrimento emocional durante a gravidez
e separação dos filhos em mulheres encarceradas
no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana em Luanda, Angola**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

São Paulo

2014

FILOMENA GRACIANO LAMBERGA CATITO

**Depressão e sofrimento emocional durante a gravidez
e separação dos filhos em mulheres encarceradas
no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana em Luanda, Angola**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica – Núcleo de Psicossomática e Psicologia Hospitalar, do Programa de Estudos Pós-Graduados, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Denise Gimenez Ramos.

São Paulo

2014

Ficha Catalográfica

CATITO, Filomena Graciano Lamberg. *Depressão e sofrimento emocional durante a gravidez e separação dos filhos em mulheres encarceradas no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana em Luanda, Angola.*

São Paulo: 2014, 146 f.

Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Área de concentração: Pós-Graduação em Psicologia Clínica

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Denise Gimenez Ramos

Palavras-chave: Mulheres. Grávidas. Encarceramento. Separação dos filhos. Depressão.
Ambiente prisional. Sofrimento emocional.

AUTORIZAÇÃO

Autorizo, para fins acadêmicos ou científicos, a reprodução parcial ou total desta dissertação por processos fotocopiadores ou eletrônicos, desde que citada a fonte.

São Paulo, de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Gimenez Ramos
Doutora em Psicologia Clínica – PUC-SP

Prof.^a Dr.^a Christiane Whitcker
Doutora em Psicologia Clínica - USP

Prof.^a Dr.^a Ida Kublikowski
Doutora em Psicologia Clínica – PUC-SP

*Agradeço a meu Deus pela vitória conquistada,
pois agora posso dizer com toda a convicção:
“Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé.”
(II Timóteo 4, 7)*

Aos meus pais, Graciano Lamberg e Maria da Conceição Augusto, que com muito carinho e dedicação souberam me transmitir valores para que me tornasse a mulher que sou hoje. A dor e a saudade quase me fizeram desistir da jornada pelas perdas irreparáveis em menos de um ano. Saíram da minha presença, mas não saíram do meu coração. Obrigada por tudo, meus primeiros amores, este título é todo vosso.

Eterna saudade

Ao meu marido, amigo, companheiro e eterno namorado Nelson Damião Catito, o meu muito obrigado porque durante três anos foste pai e mãe dos nossos filhos, passastes momentos difíceis mas nunca me disseste 'desiste'. Quantas vezes te acordei durante a madrugada para me ouvires lamentar e chorar, com medo de perder minha família, quantas vezes tive vontade de desistir, mas você sempre com uma palavra amiga a me incentivar a continuar.

Aos meus filhos, meus grandes amores, Aminata Denise e Finélio Helber, pela compreensão que tiveram durante a minha ausência, por ter faltado nos momentos mais difíceis em que vocês precisaram de me, a vocês minha eterna gratidão. Obrigada porque com vocês aprendi a verdadeira razão de amar e ser mãe.

A vocês minha eterna gratidão

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dr.^a Denise Gimenez Ramos, por acreditar em mim mesmo quando tudo isso parecia impossível. O meu muito obrigada pela disponibilidade para que esta dissertação se tornasse realidade.

Às Dr.^{as} Ida Kublikowski e Christiane Whitaker, por terem aceitado fazer parte da minha banca e pelas contribuições recebidas, tornando o trabalho mais rico e interessante.

Às professoras com quem aprendi a essência do verdadeiro saber clínico – Mathilde Neder, Ceres Araújo, Liliana, Maria Helena, Ida, Rosa Macedo, Marília Ancona e Mônica Pereira, o meu muito obrigada.

À minha família, meu porto seguro, por confiarem em minha capacidade, sempre apoiando e incentivando minhas decisões e escolhas.

Aos meus sogros, Marcos Catito e Maria Tiago Catito, pela paciência e carinho com que cuidaram dos meus filhos durante a minha ausência.

Ao antigo Senhor Ministro do Interior, Sebastião Martins, e ao atual, Ministro Ângelo de Barros Veiga Tavares, por terem autorizado a minha formação e acreditado que para melhorar os serviços temos que apostar na formação dos profissionais.

Ao Diretor dos Serviços Prisionais, Domingos Ferreira, por ter acreditado que a formação profissional deve ser contínua.

À Maria Simone, amiga e companheira nos momentos alegres e tristes que passamos juntas, pelas grandes adversidades que quase atrapalharam o nosso projeto. Quantas vezes choramos uma no ombro da outra por estarmos distantes dos nossos familiares. Quantas frustrações, desentendimentos e risadas vivemos durante estes anos, que nos fortaleceram ainda mais e contribuíram para que nos conhecêssemos melhor.

Ao meu amigo Granato Alexandre, pelo apoio moral que recebi durante a minha formação.

Aos meus colegas do Núcleo de Psicossomática e Psicologia e Psicologia Hospitalar da PUC-SP – Roberto, Aghata, Camila, Irit, Renata Augusto, Flávia, Lilian, Karol Silva, Antônio, Renalda, Ângela, Maria Lúcia, Marilene, Ana Bonilha, Cristina Gurgel, Marcela, Renata, Carla, Gladys, Ana Cláudia Salles, Nina e Michel, pela força e ajuda trocadas durante as orientações do grupo de pesquisa.

À Estela e Yara, pelo carinho e disponibilidade que tiveram com este trabalho, tanto na correção quanto na parte estatística.

Às funcionárias do Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, pelo apoio prestado durante a minha permanência.

A todas as reclusas que participaram desta pesquisa, pois sem elas isto não seria possível. O meu muito obrigada pelo tempo dedicado durante as entrevistas. E que um dia possam ter a oportunidade de ler este trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa é um estudo qualitativo e quantitativo à luz da teoria psicanalítica Winnicottiana, cujo objetivo é compreender a experiência das mulheres encarceradas em relação aos seguintes aspectos: formas de enfrentamento da vida prisional, gestação, amamentação, parição, criação do filho, separação aos três anos, continuidade dessa relação após a separação e observação da presença de depressão. Vinte mulheres participaram da pesquisa com idades variadas entre 18 e 41 anos, das quais dez estavam grávidas e dez estavam encarceradas com seus filhos. Foram utilizados dois instrumentos para a produção dos dados: a entrevista semiestruturada e o teste de depressão de Beck (BDI-II). Buscou-se compreender o sofrimento dessas mulheres causado pela prisão durante e após a gestação, o momento de separação dos filhos e o elevado índice de depressão no seio dessa população. A análise dos resultados indicou que a prisão causa sofrimento, dor, raiva, tristeza, humilhação e um elevado índice de depressão grave nas mulheres grávidas e nas que vivem com os filhos na prisão, por estarem impotentes e dependentes da prisão, e que a separação dos filhos deixa em estado de choque devido à incerteza de uma boa continuidade no tratamento dos filhos, além do medo de serem por eles esquecidas. O apoio da família é um fator fundamental na vida destas mulheres, pois o abandono familiar aumenta o seu sofrimento. A presença do companheiro também foi um fator primordial, que lhes trazia respeito perante as outras reclusas, aumentando sua autoestima. Todas as mulheres disseram que o ambiente prisional é enlouquecedor, cheio de falsidade e hipocrisia, e que a melhor forma de suportar a situação é permanecer isolada, obedecer ordens e não falar da vida dos outros.

Palavras-chave: Mulheres. Grávidas. Encarceramento. Separação dos filhos. Depressão. Ambiente prisional. Sofrimento emocional.

ABSTRACT

This research is a qualitative and quantitative study based on the Winnicottian psychoanalytic theory, aiming to understand the experience of imprisoned women in relation to: different ways to face prison life, pregnancy, breastfeeding, calving, children upbringing, separation after three years, continuity of this relationship after separation and observation of depression signs. Twenty women participated in the survey, ranging from 18 to 41 years of age, of which ten were pregnant or ten were imprisoned with their children. Two instruments were used for data production: the semi-structured interview and the Beck depression test (BDI-II). We sought to understand the grief of these women caused by prison during and after pregnancy, the time of separation from their children and the high depression rate within this population. Analysis of the results indicated that incarceration causes suffering, pain, anger, sadness, humiliation and a high rate of serious depression in pregnant women and those who live with their children in prison, feeling powerless and dependent upon the prison, and that the separation from their children leaves them in shock due to the uncertainty of a good continuance in the children's care, in addition to the fear of being forgotten by them. Family support is a key factor in the lives of these women, as family abandonment increases their suffering. Having a partner was also a prime factor that brought them respect towards other inmates, thus increasing their self-esteem. All the women stated that the prison environment is maddening, full of falsehood and hypocrisy, and the best way to handle the situation is remaining isolated, obeying orders and not speaking about other people's lives.

Keywords: Women. Pregnant women. Imprisonment. Separation of children. Depression. Prison environment. Emotional suffering.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da amostra segundo características sociodemográficas	80
Quadro 2 – Distribuição da amostra quanto a maternidade e família	82
Quadro 3 – Distribuição da amostra em relação ao tipo de crime e tempo de reclusão	84
Quadro 4 – Categoria 1: Sofrimento quanto à vida prisional	87
Quadro 5 – Categoria 2: Estado emocional durante a gravidez, oscilação de humor e projetos interrompidos	88
Quadro 6 – Categoria 5: Expectativa de criar o filho no ambiente prisional	95
Quadro 7 – Categoria 6: Processo de separação do filho	98
Quadro 8 – Categoria 7: Relação pai/filho e marido/mulher após o aprisionamento ...	101
Quadro 9 – Categoria 8: Relação entre as reclusas dentro da prisão	104
Quadro 10 – Categoria 9: Religião e crença espirituais como apoio à vida prisional ...	106
Quadro 11 – Categoria 10: Acompanhamento psicológico/psiquiátrico na prisão	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estado civil das mães presas	81
Gráfico 2 – Profissão das mães presas	81
Gráfico 3 – Escolaridade das mães presas	82
Gráfico 4 – Tipos de crime cometidos pelas mães presas	85
Gráfico 5 – Resultado do teste de depressão de Beck	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados do teste BDI	109
Tabela 2 – Estado civil das mães presas e nível de depressão	110
Tabela 3 – Tempo de reclusão das mães presas e nível de depressão.....	111
Tabela 4 – Nível de escolaridade das mães presas e nível de depressão.....	111
Tabela 5 – Com quem os filhos moram e nível de depressão	112
Tabela 6 – Apoio familiar e nível de depressão	113
Tabela 7 – Filhos que ficaram em liberdade e nível de depressão	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A MULHER E O CRIME.....	17
1.1 Causas da criminalidade em Angola	22
1.2 Tipos de crime em Angola	25
2 PRISÃO FEMININA EM ANGOLA	28
2.1 O dia a dia da prisão feminina	32
2.2 História dos serviços prisionais de Angola	38
3 A MULHER E O ENCARCERAMENTO	43
3.1 A mulher grávida encarcerada	45
4 A PSICOLOGIA DA GRAVIDEZ E MATERNIDADE	51
4.1 Constituição da maternidade segundo D. Winnicott	54
4.2 Parto, amamentação e separação da mãe encarcerada com o filho	58
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	69
6 MÉTODO DE PESQUISA.....	75
6.1 Escolha do método: pesquisa qualitativa e quantitativa	75
6.2 Objetivos da pesquisa	75
6.2.1 Objetivos gerais.....	75
6.2.2 Objetivo específico	75
6.3 Participantes	76
6.4 Local das entrevistas	76
6.5 Instrumentos de coleta de dados	76
6.6 Procedimentos	77
6.6.1 Computação dos resultados	78
6.7 Cuidados éticos	78
7 RESULTADOS	79
7.1 Tratamento estatístico dos dados	79
7.2 Estudo comparativo entre as falas das participantes e o teste de depressão de Beck	114
8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXOS:	
ANEXO I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	141
ANEXO II: Termo de Consentimento Informado (Cadeia Feminina de Viana)	143
ANEXO III: Questionário Sociodemográfico	144
ANEXO IV: Roteiro de Entrevista Semiestruturada	145

INTRODUÇÃO

Sempre tive interesse em pesquisar o universo prisional com profundidade, por se tratar de um mundo restrito. Escolhi abordar a questão das mulheres em conflito com a lei, por serem privadas de sua liberdade e também por ser esta uma área bastante complexa. No decurso desta investigação, busquei entender o seu sofrimento, especialmente quando se trata de mulheres grávidas ou que vivem com seus filhos na prisão que, ao darem entrada no estabelecimento prisional, têm plena consciência de que tudo mudou em suas vidas. Procurei também saber quais os crimes cometidos e compreender o processo de reclusão e como elas o enfrentam; se foram vítimas ou responsáveis pelos seus atos; se sentem que merecem cumprir a pena ou se consideram injustiçadas; como se desenvolve o relacionamento com os funcionários e as companheiras de cela; e como vivenciam o momento do parto e a separação do filho aos três anos de idade.

Todo esse empenho em relação ao tema certamente decorre da distância que me separa da família – meus pais, esposo, filhos e irmãs – em virtude das exigências acadêmicas. Saudade, angústia, dor, sofrimento e frustração quase me fizeram desistir, abandonar tudo e voltar para casa. Foi pensando no sofrimento causado pela separação, e por existirem poucos estudos – principalmente no meu país – sobre mães reclusas a serem separadas de seus filhos, que decidi me dedicar a essa questão.

Como um país em desenvolvimento, Angola conta com poucos estudos associados ao universo prisional feminino, em virtude da grande complexidade dessa realidade intramuros. Com os resultados auferidos ao longo do presente trabalho, esperamos contribuir com novos conhecimentos para profissionais e acadêmicos de diversas áreas do saber que possam ser úteis no atendimento às mulheres reclusas, em especial no que tange às mulheres grávidas e àquelas que vivem com seus filhos na prisão, favorecendo assim a modernização dos estabelecimentos prisionais femininos angolanos.

Acreditamos que muitas questões permeiam a experiência das mulheres encarceradas na prisão feminina de Viana, em Angola, durante a gravidez, após o parto ou no ato de separação do filho. É um sofrimento que pode decorrer tanto do fato de se considerarem culpadas pelo aprisionamento quanto pela iminente distância que as separará dos filhos, e que as impedirá de cumprirem o papel de mãe. A consciência de que a criança não mais permanecerá sob o seu olhar cuidadoso, sob seu amparo e proteção é extremamente dolorosa.

Muitas delas declaram a prisão como injusta por estar punindo o filho, que não tem nada a ver com o crime que a mãe cometeu.

Como psicóloga de um hospital-prisão em Angola, durante anos venho me dedicando ao trabalho de escutar e aconselhar indivíduos que, por terem sido privados de sua liberdade, se veem encurralados e sem solução para os seus problemas. Muitos perderam família, amigos, emprego e sobretudo a dignidade; vi pessoas chorarem, entrarem em surto psicótico e até mesmo morrerem por não aguentarem a humilhação e o sofrimento da prisão. Com base na minha experiência profissional resolvi então aprofundar meus conhecimentos acerca das mulheres grávidas e das que vivem com os filhos na prisão.

Ao mergulhar nesse universo, inúmeras questões emergiram sobre essa realidade intramuros. Ao longo da vida, aprendemos e criamos vários conceitos sobre prisão, construímos imagens baseadas na literatura, nas histórias contadas pelos mais velhos e nos filmes, que nos levam a concluir que se trata de um lugar assombrado, gerador de medo e no qual a força física detém o poder, cooptando as reclusas para o seu lado e criando grupos rivais; constitui-se, assim, em um espaço de rivalidade onde a inveja e a usura se apropriam do indivíduo que lá ingressa.

Considerando o encarceramento feminino um assunto pertinente à sociedade angolana, este trabalho estuda depressão e sofrimento emocional durante a gravidez e a separação dos filhos em mulheres encarceradas no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, na cidade de Luanda, Angola. Com esse propósito, foram definidos os objetivos da presente pesquisa:

- Buscar compreender a experiência das mulheres encarceradas em relação aos seguintes aspectos: formas de enfrentamento da vida prisional, gestação, amamentação, parição, criação do filho, separação após três anos, continuidade dessa relação após a separação entre pai, mãe e filho, relação entre presas dentro da prisão, religião e crenças espirituais, acompanhamento psicológico e psiquiátrico;

- Detectar a possível presença de depressão nessas mulheres;

- Investigar a influência das seguintes variáveis no estado depressivo dos sujeitos de pesquisa: estado civil, tempo de reclusão, nível de escolaridade, com quem os filhos moram, apoio familiar, filhos que ficaram em liberdade.

Com base nas informações compiladas neste estudo, pretendemos verificar como essa mãe encarcerada suporta e enfrenta o dia a dia na prisão, desprovida de tudo e de todos, e

quais sentimentos estariam permeando o seu saber sobre a inevitável separação do filho. Indo além da condição de ser mãe, Braunstein (2007, p. 23) postula que “a mulher encarcerada fica sujeitada a uma condição de invisibilidade social, privada de direitos para o exercício da cidadania”. E essa situação não se restringe à mãe: o filho também é alvo dessa invisibilidade por ter sua liberdade comprometida; ademais, ele depende não somente da mãe, mas também de outrem.

Por conseguinte, o presente estudo consubstancia-se como um trabalho de escuta e observação das mulheres reclusas, cujos maridos tendem a abandoná-las mesmo antes da eventual condenação, e cujos filhos pequenos são largados à própria sorte caso algum familiar não se disponha a abrigá-los. Neste último caso, frequentemente os filhos, quando adultos, não conseguem visitar a mãe por não terem condições de comprar as passagens necessárias, ou por morarem em uma província diferente daquela em que a mãe está aprisionada.

Pode-se perceber que esse sofrimento decorrente do abandono pelo marido é intenso na prisão feminina de Viana, pois para a reclusa aquele homem que lhe havia jurado fidelidade agora a abandona, excluindo-a de sua vida de forma brutal, não só a ela como também ao filho que se encontra aprisionado junto com a mãe.

Em Angola, o período previsto por lei para a mãe permanecer junto ao filho, para fins de amamentação e cuidado, é de três anos (MININT, 2006)¹. Os estabelecimentos prisionais femininos são dotados de berçários, onde os filhos das reclusas passam o dia enquanto suas mães trabalham.

Cabe ressaltar que as instituições responsáveis pelos estabelecimentos prisionais deveriam dispor de recursos para implantar projetos que possam garantir a permanência dessas crianças na instituição durante o período estabelecido por lei. Quintino (2005) lembra que está implícito que esta não é uma obrigatoriedade, e sim uma possibilidade de implantação dessa demanda pelo sistema prisional.

Além das questões de aprisionamento e desconhecimento quase total da realidade intramuros vivenciadas pelas mães e seus filhos, tal situação leva-nos a imaginar como será o futuro de crianças que tiveram experiências tão desastrosas, envolvendo dinamismos psíquicos e emocionais atípicos desde o nascimento.

¹ Revista de Informação Geral do Ministério do Interior. Ano 0, jun. 2006, p. 13.

Torna-se extremamente difícil conhecer e penetrar no íntimo de uma mãe que muitas vezes se vê obrigada a se separar do filho, e que teme que essa criança – além de aprisionada – acabe pagando, desde o nascimento, por um ato delitivo que não lhe pertence.

Levando em consideração os fatores de personalidade da mãe em decorrência da situação traumática em que já se encontra, acrescidos ainda do sentimento de culpa por colocar seu filho igualmente em situação de reclusão, há grandes chances de que ela desenvolva algum quadro depressivo.

Tradicionalmente, todos nós queremos educar os nossos filhos para que se tornem pessoas de bem, cidadãos integrados e respeitados pela sociedade. É notório que a convivência entre pais e filhos é primordial para a harmonia e estabilidade familiar.

Santa Rita (2006, p. 6) afirma que “a maternidade na prisão pode se constituir de forma ambígua; de um lado, como factor de felicidade, e ao mesmo tempo, como dupla penalização face ao momento de separação da mãe-presa de seu filho ou filha”.

Constituindo-se em uma variável importante neste estudo, o processo de maternidade deve ser visto com muito carinho, pois a mulher está carregando uma vida dentro de si. É natural que planejem ter filhos para cuidá-los, vê-los crescer e ser úteis à sociedade; quando esse planejamento não se concretiza, nosso estado de satisfação emocional pode terminar em frustração.

Na prisão o direito de maternidade faz-se sentir de modo impróprio, inseguro, devido à falta de confiança entre detentas que coabitam na mesma cela, onde anseios não conseguem ser expressados e se deve obedecer às leis baixadas pela direção do estabelecimento.

Contudo, observa-se uma grande lacuna na bibliografia que direciona o olhar para essa mãe, no sentido de ver suas particularidades subjetivas ou reunir dados que sejam significativos a ponto de elucidar tais questões. Por esse motivo, a maior parte da bibliografia usada nesta pesquisa é brasileira e norte-americana, pois não foi possível encontrar publicações nessa área dentre os escritos angolanos, talvez porque a complexidade prisional no país impeça que várias pessoas se interessem em investigar o assunto.

Toma-se como objeto de estudo desta investigação o sofrimento psíquico, emocional e social que o encarceramento causa a mulheres grávidas e a mulheres que vivem com filhos na

cadeia, bem como a separação das detentas e seus filhos de três anos de idade na prisão feminina de Viana, Angola.

Para tanto, buscamos estudar como essas mulheres elaboram subjetivamente a separação com base na psicanálise Winnicotiana. Nessa direção, o capítulo 1 descreve a evolução da criminalidade feminina, suas causas e tipos de crime.

No capítulo 2 são detalhadas a estrutura e a dinâmica da prisão feminina em Angola e especialmente do Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, Luanda, incluindo também os serviços prisionais como órgãos responsáveis pelos estabelecimentos prisionais.

O capítulo 3 aborda o comportamento das reclusas na vida prisional e da mulher grávida encarcerada. Já o capítulo 4 discorre sobre a psicologia da gravidez, remetendo principalmente ao trabalho de Winnicott.

O capítulo 5 faz uma revisão de pesquisa que trata de mulheres grávidas e/ou com filhos encarcerados.

O capítulo 6 aborda o método adotado nesta pesquisa, especificando a escolha do método, os objetivos da pesquisa, participantes, local das entrevistas, instrumentos utilizados na coleta de dados, procedimentos, análise das entrevistas e cuidados éticos.

O capítulo 7 trata da análise dos resultados obtidos das entrevistas, constituídas em dez categorias, analisando também o nível de depressão das participantes. E as considerações finais discutem esses resultados.

Os dados foram analisados considerando-se vários fatores desencadeantes do sofrimento na prisão, e as formas de enfrentamento. Fizemos também um paralelo entre as falas e o nível de depressão. Ademais, foram apresentadas sugestões e recomendações para melhoria dos serviços no estabelecimento prisional feminino angolano.

Na sequência estão as referências bibliográficas que embasam esta dissertação de mestrado e, por fim, os anexos.

A teoria Winnicotiana mostra-se pertinente para fundamentar a análise e discussão das entrevistas das mulheres grávidas e as que vivem com os filhos apresentadas nesta dissertação, haja vista a necessidade de compreensão do sofrimento expressados por elas em relação à prisão.

1 A MULHER E O CRIME

Os primeiros sinais da criminalidade feminina registrados na história surgiram por volta do século XI, quando foram estabelecidos tipos específicos dessa delinquência. As mulheres infratoras de que se tem notícia estavam estritamente relacionadas com bruxaria e prostituição. Isso significava o oposto ao papel pré-determinado da mulher ideal – o da esposa submissa. Ao longo da história, as condutas femininas vincularam-se diretamente à sexualidade e ao mundo privado. Surgiram então as casas de contraventidas ou arrependidas, instituições específicas para mulheres destinadas à reintegração social (BUGLIONE, 1998).

Observa-se a cada ano um recrudescimento no número de mulheres e adolescentes em conflito com a lei. O crescente envolvimento das jovens em infrações e situações de risco deve-se a uma demanda por acesso aos bens de consumo (prática de furtos, roubos e tráfico de drogas), falta de segurança familiar, maus tratos físicos e psíquicos, educação repressora, perdas familiares, falta de limites, influência de grupo e sensação de aventura.

As autoras Assis & Constantino (2001) atribuem esse crescimento especialmente à inserção feminina no mercado ilegal de drogas. Reforçando esse pensamento, Soares & Ilgenfritz (2002) detectaram um aumento no número de mulheres presas por associação ao tráfico ou ao consumo de drogas nos últimos anos. Tal constatação foi confirmada pelo estudo de Vargas (2005) ao destacar um incremento nos índices de criminalidade feminina e sua relação com o tráfico de drogas.

No final do século XIX, Cesare Lombroso [1835-1909], médico italiano estudioso na área da criminologia, buscou compreender a delinquência feminina, sustentando que as mulheres criminosas seriam em geral mais cruéis que os homens, e possuiriam vitalidade, reflexos e forças incomuns. Em oposição à ideia de Lombroso, o que se observa no universo prisional feminino de Viana, em Angola, são mulheres emocionalmente fragilizadas tentando transmitir uma certa dureza como resultado da vivência carcerária, e ao mesmo tempo se culpando por tudo o que lhes aconteceu. A agressividade manifestada em relação às companheiras poderia advir desse sofrimento psíquico decorrente da pressão carcerária e da necessidade de cumprimento das normas; com dificuldade em administrá-las, acabariam descontando seu rancor em quem estivesse mais próximo – no caso, as companheiras.

Revoltadas com o crime que cometeram ou do qual foram acusadas, essas mulheres sentir-se-iam obrigadas a se comportar dessa maneira como um mecanismo de defesa. De

acordo com Freud ([1914-16]2010), o nosso eu rejeita muitos de nossos pensamentos por irem de encontro às normas da ética, normas estas que durante toda a nossa vida seriam absorvidas pela psique, o chamado superego.

Em busca de aceitação e obtenção de prestígio perante a sociedade, muitas vezes as pessoas trocam o certo pelo errado. Mesmo cientes de que seu comportamento vai contra os seus princípios morais, optam por satisfazer as próprias necessidades e ao mesmo tempo ser aceitas nos grupos de amigos, o que acaba por levá-las – consciente ou inconscientemente – a uma conduta duvidosa que pode até conduzi-las ao crime.

Na mesma direção, Assis & Constantino (2001) sustentam que as características biológicas e psicológicas determinariam os fatores predisponentes para a criminalidade. Deve-se reconhecer que estas são características fundamentais, isto é, se dentre seus ascendentes o indivíduo tem alguém que um dia praticou algum crime, isto poderia comprometer sua genética. O mesmo ocorreria com as características psicológicas: a rejeição e o abandono familiar poderiam gerar diferentes complexos nesse indivíduo, que em consequência poderia optar por um rumo arriscado e acabar caindo na criminalidade.

Durante sua permanência na prisão de Viana, a pesquisadora percebeu que os crimes para além das duas características acima citadas também dependem de fatores socioambientais, tais como a busca de melhores condições de vida e o enriquecimento fácil, que podem ter influenciado algumas mulheres a ingressarem no crime. Parafraseando Nero (2003, p. 27), as predisposições e as potencialidades do indivíduo dependendo das influências que receber das situações ambientais poderão ou não despontar favoravelmente. A pesquisadora constatou nos dizeres das mulheres presas da prisão feminina de Viana que o crime cometido deveu-se à necessidade de dinheiro para o sustento de suas famílias. Em geral, trata-se de mulheres pobres, solteiras, desempregadas, com um número elevado de filhos. Egressas da zona rural, lugar propício para o comércio de drogas, são aliciadas por amigos ou mesmo parceiros para a prática de atos criminosos. Sem outra escolha, aceitam ingressar nesse caminho com o objetivo de obter lucros fáceis, que acabam culminando com a prisão. Cabe mencionar que nenhuma delas tinha antecedentes criminais, tampouco suas famílias.

As teorias modernas privilegiam a estrutura social como responsável pelo surgimento da delinquência, rompendo com a ideia de que aspectos biológicos e comportamentais seriam determinantes e explicariam essa origem. Contudo, tais teorias ainda não englobavam a

influência da dimensão do gênero em suas investigações (PEREIRA, 2010). É evidente que a vontade de obter determinados bens materiais, o consumismo na camada juvenil, o uso de drogas, a oportunidade de emprego e – como fator predominante – ser aceita pelo grupo de amigos seriam alguns dos motivos subjetivos das reclusas da cadeia feminina de Viana. Mesmo cientes de que incorriam em práticas pouco abonatórias, estas detentas preferiam correr o risco do não cumprimento das normas e procedimentos éticos para satisfazer suas vontades.

Diante disso, Assis & Constantino (2001) debatem como o controle social exercido sobre as mulheres representa um mecanismo eficaz para explicar a baixa presença da criminalidade feminina e seu perfil distinto daquele apresentado por homens. Enquanto para elas o espaço social seria o privado e restrito ao lar, onde se espera que a mulher corresponda a um perfil ideal de pureza e respeitabilidade, para os homens o espaço seria a esfera pública.

Durante muito tempo a fiscalização imposta pela sociedade foi eficaz na vida da mulher, considerada do lar e submissa ao marido; porém, com seu ingresso e crescente participação no mercado de trabalho, ela viu-se capaz de se igualar ao homem. Este novo posicionamento feminino resultou em um elevado número de divórcios; o número de mães solteiras disparou, levando um contingente cada vez maior de mulheres ao crime, com prevalência ao tráfico de drogas. Vale lembrar que a sociedade angolana não conta com meios de controle social em várias vertentes, principalmente no que se refere à periferia dos centros urbanos, e a inexistência de um trabalho árduo nessa direção compromete a estrutura familiar e com frequência leva essas mulheres a decisões que supostamente as tirariam da pobreza.

Ainda de acordo com as autoras, a inserção das adolescentes no mundo do delito também se dá de forma subordinada, porquanto elas em sua maioria obedecem a ordens masculinas ou ocupam cargos subalternos no contexto do crime. Nesse sentido, concordamos com a ideia das autoras com base no que encontrei na prisão feminina de Viana: muitas das reclusas são adolescentes que se deixaram levar por promessas ilusórias; mostram-se magoadas, tristes e com muita raiva dos comparsas ou até mesmo dos amantes pela situação em que estão vivendo, e manifestam o desejo de rever o seu depoimento e denunciar aqueles que as levaram ao crime, que a princípio as visitavam e prometiam fazer tudo para libertá-las, mas depois de um certo tempo desapareciam.

Na mesma direção, Whitaker (2010) desvela os mecanismos psíquicos que incluem em sua dinâmica a culpa como mola propulsora da ação infratora. No caso dos delinquentes

juvenis, essa lógica permanece inalterada: a culpa inconsciente não é consequência, senão o motivo. E mais, há uma relação de proporção entre o incremento desse sentimento e a possibilidade de infringir a lei (p. 93). Ao considerar-se culpado pela infração cometida, esse adolescente luta contra seus próprios conflitos, alegando que a falta de condições o impulsionou ao crime, e que o desejo de possuir tal bem foi um grande motivador nessa prática; percebe-se aí uma contradição entre aceitação e culpa.

Assim sendo, Assis & Constantino (2001) destacam que as prisões femininas tendem a ser consideradas mais problemáticas que as masculinas, não devido ao grau de violência envolvido, mas aos distúrbios coletivos causados pelas mulheres em função de problemas mentais, tais como automutilações e agressões entre detentas. A pesquisadora pôde pessoalmente verificar que a agressividade nas cadeias femininas é algo que se dá constantemente, decorrente do elevado índice de desconfiança entre as reclusas, do ciúme e do fato de que as condenadas que estão há mais tempo na prisão se consideram detentoras do poder na caserna; por isso sentem-se no direito de fazer o que quiserem em relação às companheiras. Nesse contexto, o não cumprimento das normas que elas mesmas impõem dentro dos muros da prisão causa conflitos entre elas, favorecendo a criação de grupos rivais.

De acordo com as pesquisas de Assis & Constantino (2001) e Vargas (2005), a própria forma como as mulheres encaram a prisão e de como se relacionam umas com outras – com muita falsidade – acaba por desencadear o ódio, que geralmente termina em briga. Esses estudos indicaram como raros os relatos de bom relacionamento entre as internas, e a presença de um extremo individualismo e de falta de solidariedade. Como consequência desse ambiente, prevalecem nos espaços prisionais sentimentos como solidão, carência e desconfiança generalizada (VARGAS, 2005).

Na prisão feminina de Viana, em Angola, ninguém confia em ninguém. O ambiente é de hipocrisia, e o que prevalece é o silêncio, a solidão e o medo de que a história de suas vidas, incluindo os crimes cometidos, se espalhe pelo presídio; assim, como formas de enfrentamento essas mulheres se fecham em si mesmas. Segundo Nero (2003, p. 100), “o medo faz com que o organismo se mantenha preparado para fugir, e a raiva faz com que o organismo se mantenha preparado para lutar, se mantendo sempre em estado de alerta e de emergência ou porque a qualquer momento terá que fugir de algo que está a aterrorizar a pessoa ou porque terá que lutar com algo perigoso, o corpo acaba se tornando vítima dessas descompensações”.

A mulher encarcerada na cadeia de Viana vive em estado de alerta desde que conheceu a verdadeira vivência carcerária e o caráter de suas companheiras. Para se defender das armadilhas que as companheiras possam tramar, cada detenta cria um jeito de se defender usando suas próprias armas. Com isso, ela tenta se libertar das provocações das companheiras e assim evitar possíveis punições. O envolvimento amigável porventura existente entre elas é contraditório, ocorrendo geralmente com base em interesses, como ocorre com a detenta que conta com o apoio familiar e por isso não passa dificuldades na prisão; é comum observar a tentativa de aproximação de companheiras que vão se chegando porque necessitam da ajuda dela. Em outra situação, por pertencerem à mesma província e falarem o mesmo dialeto, há reclusas que conseguem expressar entre si o que desejam umas das outras sem que ninguém se aperceba disso, ou mesmo falar mal de alguém ou tramar alguma coisa sem que as demais entendam o que dizem, o que pode facilitar episódios de agressão. Como exemplo, a reclusa Y na prisão de Viana afirmou: “Não recebo visita, meu crime é homicídio e entrei com a minha filha, para além da ajuda que recebo da cadeia as minhas conterrâneas me ajudam muito”. Tais palavras, proferidas em forma de gratidão, têm um valor de “troca”, porque quando uma de suas conterrâneas precisar de um favor ela terá que retribuir, caso contrário a ajuda e a amizade cessarão de existir.

As situações acima descritas estão em oposição ao que ocorre na cadeia masculina, onde os grupos são formados pelas pessoas supostamente mais fortes, por homens que conseguem enfrentar qualquer briga até mesmo com os agentes prisionais, e que falam sobre seus crimes como se estivessem narrando um filme; onde o maior bandido é o líder mais respeitado dentro da caserna, e o inocente é o “banana” que mais apanha e que corre risco de vida.

Vale ressaltar, contudo, que em ambas as prisões quem recebe visitas é sempre bem-vindo e respeitado por todos, porque costuma pedir aos familiares para trazerem alimentação ou vestuário para os(as) companheiros(as) e assim salvaguarda sua integridade perante os demais.

Na cadeia masculina a divisão geralmente ocorre por razões religiosas, ou seja, há os que se convertem e primam por uma mudança, que ao saírem da cadeia pretendem procurar um emprego e mudar de vida; e aqueles que persistem em continuar no crime e que ainda dentro da cadeia brigam, fazem rebeliões e evadem-se sempre que possível. Estes últimos sustentam que a cadeia não reeduca ninguém, e que se não voltarem para o crime quando

libertos não conseguirão sobreviver já que não sabem fazer mais nada. Com esses discursos os líderes criminosos conseguem levar muitos reclusos primários à verdadeira criminalidade, ao se vangloriarem de suas artimanhas e de como acumularam riquezas, despertando assim a cobiça de quem não conhecia o submundo do crime.

Stella (2006) observa que os presídios, tanto femininos quanto masculinos, não dispõem de uma estrutura que possa favorecer o vínculo familiar e “muito menos promover um ambiente adequado para o desenvolvimento infantil” (p. 18).

A prisão feminina de Viana não foi idealizada para favorecer vínculos familiares; aliás, isto nem existe nas cadeias femininas angolanas. Relações amorosas não são permitidas, pois já é complicada e difícil a manutenção das mulheres que dão entrada grávidas ou que entram com os filhos. Tendo em mente que a cadeia arca com todas as despesas dessa permanência, a autorização de relacionamentos amorosos dentro das prisões é inimaginável. Dentre as razões apresentadas, está a de se evitar futuras gravidezes. Além disso, nas prisões tanto masculina quanto feminina não há privilégios com base no nível de instrução, isto é, não existem celas especiais para presos com ensino superior. Em conversa com uma agente prisional, foi dito à pesquisadora: “Filha, a cadeia faz muito por elas, têm creche para os filhos, alimentação e vestuário, coisa que na liberdade muitas delas não teriam condições de ter, por isso não devem exigir mais do que lhes é oferecido”. Concluiu então que muitas das reclusas reclamam do encarceramento e não da vida que a cadeia oferece aos seus filhos, porque no mundo extramuros estas mães não teriam condições de lhes proporcionar as condições de que desfrutavam na prisão.

1.1 Causas da criminalidade em Angola

O primeiro estudo científico de criminologia foi desenvolvido por Cesare Lombroso (1876) e descrevia as características do homem criminoso, tendo como propósito incluir uma concepção causalista a respeito do delito (WHITAKER, 2010). Com base nesta premissa, as características do homem criminoso como um todo o impulsionam a cometer o delito, pois à medida que a sociedade se desenvolve várias transformações – seja psíquica, física, ambiental, social ou econômica – influenciam esse processo.

Para Freud ([1927-31]2006, p. 184), um criminoso apresenta dois traços essenciais: um egoísmo sem limites e um forte impulso destrutivo. Esse egoísmo ilimitado nas mulheres presas de Viana passa pela ausência de amor, pela falta de uma apreciação emocional, pela

ambição desmedida e pelo ciúme, que leva ao desencadeamento de comportamentos agressivos. Esse impulso destrutivo é dinâmico, com finalidade psíquica que se situa entre o somático e o psicológico, e envolverá lembranças, sentimentos e pensamentos, impulsionando a reclusa a agir com uma hostilidade cujo verdadeiro objetivo é o de causar danos a outrem.

A criminalidade é um fenômeno social negativo, uma tragédia que infelizmente acompanha o desenvolvimento de todas as sociedades, independentemente do seu grau de desenvolvimento socioeconômico, político e cultural. As bases fundamentais, segundo a concepção de Baratta (*apud* WHITAKER, 2010), traduzem-se como uma objeção à imputação da criminalidade ao infrator, tanto quanto a uma suposta predisposição nata, assim como às relações subjetivas intrínsecas ao domínio psíquico (p. 91).

Segundo o Código Penal da República de Angola, art. 1º (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2010, p. 3), crime ou delito é fato voluntário declarado punível pela lei penal. Já o art. 8º (p. 4) estabelece que é punível não só o crime consumado mas também o frustrado e a tentativa.

Nos últimos 30 anos, desde a proclamação da independência angolana até os dias de hoje, o estudo sobre as causas da criminalidade leva à identificação dos seguintes aspectos: o elevado grau de pobreza da população; a falta de emprego para a força de trabalho humano ativa; a deficiência na gestão de algumas empresas e de alguns órgãos da sociedade civil; o fraco poder de compra de bens materiais pela população; a pouca oferta de produtos indispensáveis à subsistência da vida humana; o desejo de enriquecimento fácil sem necessidade de trabalho, por parte de negociantes inescrupulosos; a ambição desmedida de alguns poucos cidadãos abastados no sentido de ainda mais acumular riquezas de modo fácil e ilegal; as questões passionais; os ajustes de contas; e as práticas e crenças em feiticismo. A todos esses fatores somam-se as consequências negativas da guerra civil, entre elas a quase total paralisação do complexo agropecuário; a substituição da produção agrícola por indústrias; a aglomeração em Luanda de grande quantidade de refugiados de guerra “sem ocupação profissional”; a tendência maléfica de alguns cidadãos em destruírem seus locais de trabalho para se aproveitarem da propriedade pública em benefício pessoal, seja de forma direta ou indireta, por meio de privatizações; e a existência de um grande número de armas de fogo em poder de bandidos armados, nas cidades ou nas matas. Todos estes elementos têm contribuído para a manutenção dos altos índices de criminalidade, cujas causas estão diretamente relacionadas ao indivíduo e à sua carência de formação e constituição familiar.

Nesse contexto, em seu dia a dia a República de Angola tem que lidar com a grande pluralidade de crimes de diversas naturezas, contra os quais vem se esforçando para manter constante e aguerrido combate sem tréguas em todo o espaço nacional.

Ainda segundo o Código Penal angolano (artº 20, p. 7), são autores ou agentes do crime:

- 1) os que executam o crime ou tomam parte direta na sua execução;
- 2) os que por violência física, ameaça, abuso de autoridade ou de poder constrangeram outro a cometer o crime, seja ou não vencível o constrangimento;
- 3) os que por ajuste, dádiva, promessa, ordem, pedido, ou qualquer meio fraudulento e direto, determinaram outro a cometer o crime;
- 4) os que aconselharam ou instigaram outro a cometer o crime nos casos em que sem esse conselho ou instigação não tivesse sido cometido.

O combate à criminalidade não pode se limitar somente a medidas policiais. É uma preocupação de toda a nação, que precisa tomar providências de caráter socioeconômico, cultural, psicológico e político para enfrentar as ações criminosas (MININT, 2006²).

A personalidade criminal manifesta-se sobretudo pela ação, que desencadeia mecanismos e processos psicológicos que o sujeito carrega dentro de si e que podem ou não ser entendidos como elementos intrínsecos de uma carreira criminal. Importa perceber de que forma eles se configuram para tentar compreender esse indivíduo em sua totalidade, incluindo sua história de vida – passado, presente e futuro (GONÇALVES, 2006, p. 23).

No que se refere à mulher encarcerada, o grande desencadeador da ação é o aprisionamento, que pode originar a agressividade que impulsiona a busca da realização de desejos, mas que pode se constituir em um traço negativo na personalidade dessas mulheres, levando-as inclusive a atos violentos e destrutivos. Em seu depoimento, uma reclusa condenada da prisão de Viana declarou que “já havia cumprido oito anos na cadeia e se voltasse a cometer outro crime dentro da cadeia e fosse condenada a mais 10 anos de prisão, para ela daria no mesmo”. Com estas palavras ela pretendia infundir medo nas demais reclusas, usando-o como mecanismo de defesa ou revelando o que realmente sentia.

Com o decorrer do tempo a privação da liberdade desorienta a reclusa e mexe com sua estrutura psicológica; ela se deixa levar pelas frustrações que o ambiente prisional oferece,

² Vide nota 1 (p. 14).

criando bloqueios em sua mente e deixando de pensar em um futuro, mesmo que não tenha antecedentes criminais.

A criminalidade é uma preocupação cotidiana. Afinal, atualmente as pessoas estão muito voltadas para sua segurança individual e patrimonial, criando e fortalecendo a cada dia os chamados enclaves fortificados, que são aqueles espaços privatizados, fechados e monitorados destinados a residência, consumo, lazer e trabalho, ocasionando mudança de hábitos e práticas sociais que alteram significativamente a vida de cada cidadão (MININT, 2006³). Na verdade, estamos presenciando a banalização do crime, pois vivemos em uma sociedade caracterizada pela falta de estrutura e por problemas como fome, analfabetismo, corrupção e extrema desigualdade social. Como se vê também em diversos outros países, a criminalidade acaba se constituindo em apenas mais um problema dentre tantos outros existentes na sociedade angolana.

1.2 Tipos de crime em Angola

Segundo o dicionário Michaelis (2008), crime é a violação de regras que a sociedade considera indispensáveis à sua existência, é uma infração moral grave.

Na realidade angolana, será punido com pena de prisão por um período de 20 a 24 anos todo indivíduo que cometer o crime de homicídio voluntário declarado no artigo 349º do Código Penal, desde que incorra em alguma das seguintes circunstâncias:

- 1) Premeditação;
- 2) Quando se empregarem torturas ou atos de crueldade para aumentar o sofrimento do ofendido;
- 3) Quando o mesmo crime tiver por objeto preparar ou facilitar ou executar qualquer crime ou assegurar a sua impunidade;
- 4) Quando for precedido ou acompanhado ou seguido de outro crime, a que corresponda pena maior que a de dois anos de prisão;
- 5) Nos crimes que se referem os dois números antecedentes, não se compreendem aqueles que são pela lei qualificados como crimes contra a segurança interior do Estado, sem complicação de outro qualquer (art. 351º, p. 125).

³ Vide nota 1 (p. 14).

Dentre os crimes cometidos pelas mulheres encarceradas no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, em Angola, podemos citar: homicídio (voluntário, voluntário com ocultação de cadáver, involuntário, frustrado, qualificado e preterintencional), falsificação de documentos, furto doméstico, roubo qualificado, burla por defraudação, homicídio e furto, burla, tráfico de estupefaciente, droga, abuso de confiança e furto, furto, peculato, posse de droga, infanticídio, abuso de confiança, tráfico de droga, envenenamento, dano voluntário e furto, tráfico e consumo de drogas em geral, porte e uso ilegal de arma de fogo, além de outros delitos tais como parricídio, ofensas corporais, tentativa de homicídio, ofensas corporais voluntárias, roubo com ofensas corporais, ocupação indevida de imóvel, usurpação de imóvel, evasão de terreno, furto doméstico e falsificação de moeda, furto de telefone, homicídio e roubo, furto e homicídio, tráfico ilícito e morte resultante de fogo posto, entre outros.

A presente pesquisa, realizada na cadeia feminina de Viana, indica que o crime de tráfico de droga detém a liderança, seguido de homicídio e burla por defraudação, o que certamente comprometerá essa mulher no exercício de suas funções como mãe e protetora dos filhos. Partindo da premissa que a prisão se deve a tráfico ou ao crime de homicídio, sua reputação ficará manchada para o resto da vida; é algo que se perpetuará em sua psique, e tudo o que supostamente der errado com seu filho a fará se sentir culpada.

Em seu artigo 15º §2º, o Código Penal Angolano cita que “as reclusas devem ser encorajadas e ensinadas, sempre que necessário, a tratar dos filhos, especialmente durante o primeiro ano de vida, devendo ser permitido que vivam diariamente com eles durante o tempo e nas condições que forem estabelecidas em regulamento interno”.

Ao dar entrada na prisão, a reclusa passa por várias seções de forma a cumprir com várias formalidades e ter também o primeiro contato com o psicólogo. Não existe critério definido para a realização da avaliação psicológica. Ao longo do tempo de detenção, a reclusa é observada quanto ao seu comportamento com as companheiras, disciplina e desempenho no trabalho socialmente útil.

A avaliação psicológica é também requerida quando, após cumprir metade da pena, a reclusa está para entrar em liberdade condicional; como também em algumas situações durante a fase de julgamento, se a acusada apresentar algum transtorno mental decorrente do encarceramento; neste caso, mesmo se houver um laudo psiquiátrico o tribunal solicita o pronunciamento do psicólogo. Embora o psiquiatra tenha autoridade para opinar se a reclusa,

presa por crime de homicídio ou qualquer outro, está apta a cuidar do filho, o psicólogo, com base no acompanhamento psicológico da detenta, pode também recomendar se essa mulher deve prosseguir com suas funções de mãe dentro da prisão.

Cabe salientar que, nos estabelecimentos prisionais de Angola, em especial no feminino, o trabalho do psicólogo ainda não se faz sentir, sendo ofuscado não porque não saibam da sua existência e possibilidades de atendimento e suporte, mas devido ao desconhecimento sobre sua atuação e quais os benefícios que esta ciência poderia trazer para dentro da prisão. Isto pode ser confirmado até mesmo pela declaração dos próprios funcionários, que ao serem aconselhados a procurar auxílio psicológico reagem afirmando que não estão malucos para precisar de psicólogo. Esse tipo de indignação é frequentemente manifestado na frente das detentas, que por sua vez tenderão a ter a mesma reação quando passarem pela mesma situação.

2 PRISÃO FEMININA EM ANGOLA

A prisão é concebida como um lugar de caráter punitivo, aceito como meio possível de castigo, de perda da dignidade humana, gerando nas presas estigmas de não aceitação social. Trata-se de um local onde as injustiças se agravam ainda mais pelas concepções estruturais arquitetônicas e comportamentais do sistema penitenciário.

Como cita Foucault (2009, p. 40), “o sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitectos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência”.

A prisão feminina parece ter seu efeito mais perverso na quebra dos vínculos familiares, no abandono da criança, que – mesmo que estejam situados além dos muros de confinamento – encontram-se circunscritos a outros muros de exclusão e de miserabilidade, com a ausência da figura materna (SANTA RITA, 2009, p. 68).

Como um país que viveu 30 anos de guerra contínua, Angola nunca teve uma cadeia feminina construída especificamente com essa finalidade. Devido à sua situação sociopolítica, dominada na época pela administração portuguesa, o papel das mulheres era de total submissão aos homens; como tal, praticamente não tinham voz, tampouco condições de se imporem na sociedade, sendo portanto quase nula a ideia de algum crime perpetrado por uma mulher.

Com a evolução social e o conseqüente aporte feminino ao mercado do trabalho, por volta da década de 60 surgiram as primeiras notícias de crimes cometidos por mulheres. A partir daí soube-se das primeiras mulheres detidas em Luanda, que ficavam reclusas no Estabelecimento Prisional de Luanda (CCL), onde eram controladas por agentes penitenciários masculinos. Esta situação começou a trazer dificuldades na gestão do presídio, pois as reclusas tentavam agarrar os agentes para fins amorosos. Para sanar este impasse, a Procuradoria da República, que na época era responsável pelas instituições penitenciárias, iniciou o recrutamento de agentes penitenciárias femininas. Com o decorrer do tempo criou-se, na comarca do Lobito, uma seção feminina que atendia à demanda da parte sul de Angola, onde a criminalidade também começava a crescer.

Já na década de 70, quando o número de mulheres no crime já era bem elevado, a seção feminina foi transferida para a cadeia central de Benguela, no Vale do Cavaco, situada na mesma província e que acabara de ser construída. Atualmente, o estabelecimento prisional de Benguela, em Angola, é controlado por agentes penitenciárias femininas, embora – devido à demanda crescente – também conte com agentes masculinos.

A capital, Luanda, tem somente um estabelecimento prisional feminino, o de Viana, a 14 km da capital. Há também o Hospital Prisão de São Paulo, que alberga todos os reclusos doentes de Angola, inclusive as presidiárias com doenças graves, que lá ficam internadas até sua total recuperação.

O Estabelecimento Prisional Feminino de Viana inclui uma extensão de aproximadamente 1,5 km, construída especificamente como uma cadeia, com capacidade de internamento para 476 reclusas, divididas em oito celas. Cada cela alberga 68 presidiárias, com 34 camas-beliche, alinhadas sequencialmente. A construção foi iniciada em 2002, tendo sido inaugurada em 22 de julho de 2006 pelo então presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos.

Dentre os objetivos desse estabelecimento está a garantia da ordem, tranquilidade e segurança da população albergada, buscando contribuir para um ambiente harmonioso. Além disso, a instituição tem como objeto social a reeducação efetiva das reclusas, com base nas recomendações das normas jurídicas que regulam o comportamento do indivíduo, e que procuram reintegrá-lo como profissional útil dentro do contexto social angolano.

O Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, Angola, encontra-se atualmente sob a responsabilidade dos serviços prisionais, órgão pertencente ao Ministério do Interior que tem como principal finalidade assegurar a integridade física e a reeducação dos indivíduos em conflito com a lei ou sob pena da justiça por terem infringido as normas de conduta social que regem a vida das pessoas em sociedade.

A instituição conta com 206 funcionários, entre eles uma diretora, uma diretora adjunta, duas secretárias, 12 chefes de seção, uma socióloga, duas psicólogas, quatro enfermeiras e três médicos, que não permanecem no estabelecimento exceto em situações de urgência.

Esse estabelecimento também está encarregado da execução das penas e medidas privativas de liberdade, baseada essencialmente no enquadramento das reclusas em atividades

laborais na formação profissional, na escolarização, na cultura e educação moral e cívica, no desporto e na reeducação, com vistas à sua reinserção social.

A instituição compõe-se das seguintes seções:

- 1) *Segurança*: responsável pela ordem e disciplina da reclusa dentro do estabelecimento prisional, que devem ser mantidas com firmeza, no interesse da segurança e de uma vida em comunidade devidamente organizada, devendo as limitações impostas à detenta ser graduadas de acordo com os fins visados;
- 2) *Ordem Interna*: encarregada pelas revistas ao interior penal e pela alimentação trazida pelos familiares;
- 3) *Recursos Humanos*: exerce o controle dos funcionários, intervém quando possível em seus problemas, faz visitas domiciliárias, vela pelo bom comportamento dos funcionários, sua assiduidade e desempenho;
- 4) *Controle Penal*: cuida dos processos das reclusas, desde o seu ingresso no estabelecimento até o final da pena; trata da recepção dos processos vindos do tribunal, notificando as detentas sobre o andamento de seus processos;
- 5) *Informação e Análise*: responsável pela análise das informações de diversas áreas, tais como os planos elaborados por seção, as situações operacionais, o registro dos dados, as ocorrências do dia;
- 6) *Reeducação Penal*: trata da reeducação e reintegração das reclusas. Sua política de trabalho visa a melhoria das condições de atendimento à pessoa privada de liberdade, priorizando a área da educação. Atende também aos familiares das detentas e fornece informações sobre a documentação concernente à vida das reclusas.

Além das seções acima, o Estabelecimento Prisional Feminino de Viana dispõe de uma secretaria, que recebe os visitantes que desejam contatar a diretora. Além do gabinete da diretora, há uma sala de reuniões e um gabinete de educação moral e cívica, no qual são repassadas instruções e ordens aos funcionários, que por sua vez as transmitem às reclusas.

O estabelecimento inclui também uma área de trabalho onde as reclusas realizam tarefas diversas tais como: salão de beleza, corte e costura, pastelaria, pintura, lavanderia, crochê, estufa, cozinha e produção agrícola.

O interior penal dispõe ainda de uma área de lazer, onde as detentas passam a maior parte do tempo, e que abrange um pátio, biblioteca, sala dos enfermeiros, berçários, creche,

celas, posto médico, cela disciplinar (lugar onde as reclusas cumprem punição), refeitório e porta de entrada ao parlatório (local em que as presas recebem suas visitas).

Na parte externa do estabelecimento prisional há uma escola, o gabinete das psicólogas e da socióloga, a casa da guarda, a cantina, a sala dos advogados, a dispensa, o refeitório dos funcionários, o tanque de águas, os jardins e a horta, além da área de logística, responsável pela alimentação dos funcionários e das reclusas.

Atualmente a população carcerária feminina é de 400 mulheres, com crimes diversos, estando a maioria da população penal inserida em algum projeto de ressocialização. Esses projetos são coordenados e orientados pelos reeducadores e têm como principal objetivo trabalhar os valores e potencialidades dessas mulheres, visando prepará-las para o retorno ao convívio social.

Em troca do seu trabalho, a reclusa tem direito à remuneração que estiver aprovada pelos serviços competentes do Ministério do Interior, cujo valor obedecerá ao disposto no Art. 28º do Decreto nº 34.674, de 18 de junho de 1945, consubstanciado no Art. 279º da reforma prisional vigente. No entanto, constatou-se que muitas das reclusas também desempenham trabalhos extras, como trançar o cabelo das agentes prisionais, e pelos quais são remuneradas. Como não lhes é permitido guardar dinheiro na cela, é debitado em uma conta na reeducação, para eventuais gastos. Como existe uma cantina na prisão ela podem comprar tudo que necessitarem, desde bens alimentares até produtos de higiene. Como afirmou a reclusa nº 15: “Eu e o meu filho não passamos fome na cadeia, porque eu sei trançar, faço tranças nas chefes, elas me pagam. Como não posso ficar com o dinheiro, depositam na cantina e depois eu compro tudo que quero”.

Viafore (2005) ressalta que o perfil da mulher criminosa tende a ser jovem, com nível socioeconômico humilde, nível educacional elementar, baixo nível de emprego ou desempregada, solteira ou separada, procedente de centros urbanos. Em concordância com a afirmação da autora, este perfil se coaduna com a mulher criminosa em Angola, sem instrução, submissa ao parceiro e abandonada após o aprisionamento, desesperançada, sem grandes ambições futuras e que se deixa levar por falsas promessas devido à sua condição de vida. Frequentemente, o sofrimento a leva a cometer erros graves que culminam com a prisão.

De acordo com Wacquant (2011), “as prisões estão repletas não de criminosos perigosos e violentos, mas de vulgares condenados pelo direito comum por negócios com

drogas, furtos, roubos, ou simples atentados à ordem pública, em geral oriundo das parcelas precarizadas da classe trabalhadora e, sobretudo, das famílias do subproletariado de cor das cidades atingidas directamente pela transformação conjunta do trabalho assalariado e da protecção social”. (p. 91). Durante a presente pesquisa, pudemos constatar a realidade dessa situação no seio da população penal da prisão de Viana – mulheres reclusas pobres que foram presas por crimes cometidos em busca de um futuro melhor para elas e suas famílias.

2.1 O dia a dia da prisão feminina

Para fins de conclusão desta pesquisa, e com o intuito de descrever como se desenvolve o dia a dia na prisão feminina de Viana, além de recorrer a diversos autores que abordaram o tema baseamo-nos também nos depoimentos das reclusas e na observação pessoal durante a permanência da pesquisadora na instituição.

Segundo Varella (2010), “a prisão é um lugar povoado de maldade”. Sequeira (2011) assim a descreve: “Em volta, muros e portões; de um lado do portão, a liberdade luminosa; de outro, uma vida fantasma, leis, hábitos especiais, uma casa morta-viva. Lugar sombrio, vida de um lado, fantasma de outro”. A autora ainda acrescenta que dentro da prisão, atrás das grades, não há controle sobre o ir e vir; na verdade, nem sobre a própria vida – estranha sensação que portões e guardas provocam no abrir e fechar dos portões. Pode-se perceber que as reclusas da prisão feminina de Viana não têm controle do próprio destino, e que só entram e saem de lá quando os agentes prisionais assim o decidem. Elas nos lembram, a cada instante, do poder concreto de um indivíduo sobre outro indivíduo, ou melhor, dos pequenos e podres poderes do cotidiano desse lugar sombrio.

Durante sua estadia na cadeia de Viana, a pesquisadora constatou que toda pessoa que entra naquele lugar passa a se sentir presa, seja reclusa ou não. Nada se faz sem consentimento, e tudo é proibido. A desconfiança é um fator preponderante, e não se consegue ficar algum tempo com uma reclusa sem que uma agente prisional venha averiguar o que está acontecendo ou o que está sendo dito pela detenta; em suma, ali dentro a reclusa não tem o controle da sua própria vida. Este procedimento adotado pela instituição é uma estratégia para levar os visitantes a desistirem, ou seja, uma forma de evitar averiguações sobre a realidade prisional.

Como diz Foucault (2009, p. 218), “a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento universal e constante.” E quando perdemos essa liberdade arcamos com os nossos erros.

Todo indivíduo que comete um crime e é aprisionado perde sua liberdade, um dos direitos mais básicos do ser humano. Por ter infringido a lei, terá que pagar pelos seus atos e se adequar às normas estabelecidas dos estabelecimentos prisionais.

A prisão constitui-se em um campo ativo no qual abundam projetos, remanejamentos, experiências, discursos teóricos, testemunhos, inquéritos. Tudo o que acontece é presenciado pelas presas, que fingem não prestar atenção a toda e qualquer ocorrência. O que distingue as reclusas da prisão feminina de Viana são os uniformes – batas castanhas para as detidas e azuis para as condenadas – que as nivelam no mesmo *status*, sem levar em conta o papel de cada uma na sociedade, e ainda estabelecem barreiras entre elas e as funcionárias que ali trabalham. Contudo, o que a pesquisadora observou enquanto entrevistava algumas reclusas é que aquelas que usavam batas azuis – as presas condenadas – detinham mais privilégios e muitas vezes ocupavam cargos de chefia. Com isso, as demais detentas que consideravam a condenação como certa, com base aos crimes cometidos, tendiam a se juntar às presas já condenadas por julgarem que mandavam mais do que as demais.

Ocorrências bastante humilhantes ocorrem com frequência na prisão feminina de Viana – um exemplo é a postura exigida das reclusas ao se dirigirem a uma funcionária: braços cruzados para trás e cabeça baixa, sempre utilizando a palavra *chefe*.

Em sua descrição do ambiente prisional, Sequeira (2011, p. 30) salienta que na prisão veem-se homens fortes, simples, rudes e demasiadamente preocupados com a própria aparência, com uma vaidade excessiva que é pouco a pouco desvendada. O mesmo ocorre nas prisões femininas de Viana, com um diferencial: muitas dessas mulheres deixaram filhos do lado de fora, o que lhes causa grande sentimento de culpa devido ao futuro incerto que os filhos poderão ter enquanto elas se encontram privadas de liberdade.

Ainda na mesma direção, Sequeira afirma que naquele ambiente todos sabem – e comentam – da vida alheia. Confrontos e insultos são absolutamente corriqueiros, e por meio deles há uma delimitação nas conversas entre reclusas. A pesquisadora pôde pessoalmente comprovar as palavras da autora no que tange à prisão feminina de Viana: a intriga, a inveja e o ódio ocupam grande parte daquelas vidas. A troca de informações sobre as presas que ali

ingressam serve também para demarcar fronteiras e formar subgrupos, já que não escolheram estar todas sob o mesmo teto, e isto provoca grande estranhamento.

As presas mantêm-se obedientes até certo ponto, que não deve ser ultrapassado sob pena de frequentes explosões de irritação e violência. Ao serem obrigadas a suportar situações difíceis, de extrema tensão, durante anos, é comum estourarem por quase nada. Entre aqueles muros é possível sentir o clima tenso que denuncia viverem no limite, ao tentarem se conter a todo momento, pois perder a cabeça e ultrapassar essa linha pode levar a situações de extrema violência (SEQUEIRA, 2011, p. 31).

A punição na cadeia feminina de Viana existe para qualquer reclusa que desobedeça ao que está escrito na cartilha (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 2002). Contudo, devido à humilhação constante e à impossibilidade de a presa se queixar com as agentes, ela acaba por descontar sua revolta em outra presa, o que com frequência termina em brigas e confrontos.

Tudo isso faz parte do cotidiano da prisão. Com seus objetivos e projetos interrompidos, essas mulheres são arrancadas de suas vidas e têm suas relações familiares destruídas; não podem, portanto, viver normalmente como se nada tivesse acontecido. Esse lugar morto-vivo potencializa aspectos de cuja existência nem elas mesmas sabiam.

No processo de adaptação à prisão, a maior dificuldade está em aprender a cartilha, isto é, o código de comportamento adequado que contém os direitos e deveres da reclusa. Com base nessas regras, o seu comportamento será identificado como bom ou mau; portanto, as presas têm a obrigação de memorizar direitos e – especialmente – deveres, de forma a reconhecerem e delimitarem os limites de cada uma. Sob esse regulamento, a sabedoria está em se comportar com a maior simplicidade possível; tornar-se independente; não forçar aproximações, mas também não repelir ninguém; não temer ameaças e agir como se não se incomodasse com nada; não se aproximar de determinadas rodas, nem se tornar cúmplice em certas situações; fingir que não está vendo nada e ao mesmo tempo permanecer de olhos bem abertos. De fato, é notório que algumas presas vivem como se não estivessem ali, onde tudo parece distante delas, como se estivessem submersas em um mundo subterrâneo – esta é a realidade da prisão feminina de Viana.

Como cita Sequeira (2011, p. 33),

A privação de liberdade e a humilhação de não dispor de autonomia, somadas à coabitação forçada, tornam a vida no presídio em uma vida de cão. As discussões entre presas são toleradas com boa vontade, e parecem até servir de distração; mas

brigas sérias são evitadas porque chamam atenção e podem perturbar a paz dentro da prisão.

Ao permanecer reclusa por dias, meses e até mesmo por anos, sendo obrigada a conviver sempre com as mesmas pessoas e sem autonomia para fazer o que quiser ou bem lhe aprouver, em geral essa mulher se torna triste, desconfiada e impaciente com tudo e com todos.

O clima da cadeia feminina de Viana é enlouquecedor. Muitas presas sentem-se felizes em provocar, xingar e maltratar as outras; na primeira oportunidade, buscam aprontar algo que prejudique a vida das companheiras. O uso de drogas e bebidas não é usual na cadeia feminina de Viana, visto que o albergamento de um número limitado de presas permite que haja um controle maior, com revistas constantes nas celas, sem o mesmo grau de periculosidade existente nos presídios masculinos.

A denúncia é moeda corrente na prisão; a administração cultiva presas de confiança, ou seja, aquelas que sabem de tudo e que contam parte do que sabem aos funcionários. O controle do presídio se dá por meio dessas fofoqueiras, apesar de serem malvistas entre presas (SEQUEIRA, 2011, p. 35). O mesmo ocorre na cadeia feminina de Viana, onde as reclusas que denunciam as demais são as preferidas das agentes prisionais, pois o sofrimento das outras lhes causa grande satisfação.

Segundo a cartilha do recluso, a rotina na prisão feminina de Viana começa cedo: as reclusas acordam às 5h para a higiene pessoal e os cuidados com a limpeza da cadeia; o café-da-manhã é servido das 7h às 7h30, e em seguida são abertos os portões das celas que as ligam ao penal (pátio), para a saída das presas que vão para o trabalho, para a escola e as que têm atendimento com o psicólogo, médicos e advogados (quando estes o requisitam). De manhã as visitas dos familiares acontecem no período das 10h às 11h30; às 12h é servido o almoço, também partilhado pelas presas que trabalham. Às 14h abrem-se de novo os portões para que essas detentas retornem ao trabalho e para aquelas que estudam no turno da tarde. Durante a tarde há também um horário para visitação, das 14 às 15h30. Por volta das 16h30 as presas são recolhidas às suas celas, e às 17h o jantar é servido. A partir das 21h há silêncio obrigatório, com o fechamento do portão principal, que só será reaberto no dia seguinte.

O comportamento das reclusas   variável ao longo de suas penas: enquanto algumas as cumprem com a dignidade que lhes   possível, formando uma rede de amigas e procurando se ocupar com alguma coisa – estudo, leitura, grupo religioso ou alguma atividade que as

envolva –, há outras que ficam procurando confusão; como se não tivessem vida própria, vivem grudadas umas às outras.

O que realmente chama atenção é a esperança de algumas mulheres em relação ao futuro, à liberdade. Agarram-se a isso enquanto contam cada dia de suas penas. É bastante comum ouvir uma presa dizer que cumpriu 5 anos, 9 meses e 3 dias, e que ainda faltam 2 anos, 3 meses e 20 dias. Acalentam essa esperança a cada dia, com fé na vida do lado de fora a partir do exato momento em que lhes tiraram a liberdade. Nesse processo, costumam apegar-se com a religião, buscando aumentar sua espiritualidade. É-lhes permitido ter consigo textos religiosos básicos relacionados ao culto da religião que professam, podendo expô-los no espaço que lhes compete no dormitório, assim como imagens ou símbolos de sua crença, desde que se observe a ordem e a disciplina do estabelecimento.

A vida ali dentro precisa ser vivida com cautela, pois nota-se uma certa hostilidade no ar, com desconfiança por toda parte. Algumas funcionárias abusam do próprio poder, aproveitando todas as chances para humilhar as presas. Nota-se que obtêm satisfação com esse procedimento, possivelmente por estarem de certo modo embriagadas com o poder que exercem nesse ambiente (SEQUEIRA, 2011, p. 37).

Muitas reclusas da prisão de Viana, independentemente de sua condição, recebem visitas de familiares quase diariamente; além disso, contam com um advogado que resolve tudo o que a elas se relaciona. Não necessitam de quase nada que venha da prisão e estão sempre com boa aparência, o que acaba incomodando algumas reclusas e funcionárias que estão habituadas a ver as presas se humilhando para obterem qualquer coisa de que precisem. Pode-se dizer que a inveja também atinge essas funcionárias, ao constatarem que mesmo aprisionadas essas detentas mantêm seu *status* anterior, que frequentemente é superior ao das próprias agentes, com raras exceções.

A situação vexatória e submissa das mulheres que não contam com a ajuda de familiares agrada às funcionárias que, frequentemente, ao lembrar-lhes da sua condição de aprisionadas, fazem questão de enfatizar “quem manda no pedaço”. Um outro pormenor observado na prisão feminina de Viana: as reclusas que estão lá há menos de seis meses não têm direito de usar o telefone público, prerrogativa esta só aplicável a quem está na cadeia há mais tempo. Com isso as reclusas perdem contato com os familiares, o que se reflete em um maior grau de preocupação, em forças e capacidades reduzidas e no fortalecimento da arrogância da chefia.

Festas religiosas e datas de aniversário recebem cuidado especial na prisão feminina de Viana. Quando a reclusa deseja festejar seu aniversário, a família tem que escrever para o estabelecimento pedindo a devida autorização. O Natal e o Ano Novo são aguardados com enorme ansiedade. Nesse período as reclusas ficam agitadas, porque algumas ganham um passe especial (saída prolongada para ficar com a família por alguns dias no período das festas, retornando dois dias depois). Essa permissão é de grande ajuda no resgate de sua dignidade. Por outro lado, a licença prolongada a que algumas reclusas condenadas têm direito, por já terem cumprido um terço da pena, causa tristeza em outras que ali estão na condição de detidas, inconformadas com a situação, o que deixa o clima bastante tenso. Nessas ocasiões, as funcionárias têm que estar mais atentas a possíveis brigas.

Com base nas observações de campo, concluímos que o costume de ajudar umas às outras não é muito usual; as que possuem algo em geral o repartem com as colegas, mas com base na troca de algum favor, especialmente quando se trata de reclusas que vêm transferidas e foram abandonadas pelos familiares. Como precisam da ajuda da companheira, muitas vezes se submetem aos seus caprichos. Transferências de reclusas sem aviso prévio são comuns na cadeia, o que faz com que muitas delas cheguem a outro estabelecimento prisional com poucas roupas e sem produtos de higiene.

As condições precárias de atendimento tornam algumas vidas bem difíceis. Suportar as misérias da vida na cadeia exige força psíquica, mas também força física, pois um corpo debilitado torna tudo ali muito mais complicado. O dia a dia, com a repetição da rotina prisional, causa-lhes cansaço e desânimo, e as detentas dariam tudo para acordar desse pesadelo e voltar a viver livremente.

Enquanto as presas estão envolvidas em suas atividades, o dia na cadeia parece mais suportável; porém, quando estão fechadas em suas celas tudo fica ainda mais difícil. Dia e noite sonha-se com a liberdade. É possível perceber que o clima na cadeia é de hostilidade e tensão, tornando-as amarguradas, fechadas em si mesmas (SEQUEIRA, 2011, p. 39).

É árdua a vida sem objetivos. De alguma forma, todas colocam suas fichas na liberdade. Vale salientar que essas mulheres têm muita força e potencialidade; apesar disso, suas capacidades acabam sendo absolutamente desconsideradas. Algumas chegam a ter essa percepção depois de conseguirem a tão esperada liberdade, a qual, vista de fora da cadeia, não lhes parece mais tão promissora.

2.2 História dos serviços prisionais em Angola

Os serviços prisionais angolanos nasceram como um resultado da formação dos vários subsistemas da sociedade, cabendo-lhes assim a importante e nobre missão de reeducarem ou reciclarem as consequências dessas deformações. Desse modo, desde os tempos em que surgiram as cadeias, também se tornou implícita a organização e implementação de métodos experimentais, cientificamente capazes de garantir esses objetivos. Com o passar do tempo, pode-se aferir a eficácia dos mesmos.

A história dos serviços prisionais teve início no século XIX, com métodos arcaicos e muito rígidos. Foram criados quatro sistemas penitenciários, todos de origem norte-americana: o pensilvânico, o de Auburn, o progressivo e o reformatório, com o objetivo principal de infligir castigos e punições bastante severas. O sistema penitenciário foi aos poucos modificando sua forma progressiva de tratamento aos presos.

O sistema penitenciário angolano espelhou-se no exemplo europeu, tendo o sistema de individualização científica se tornado o mais conhecido no país, com o objetivo de reeducar e readaptar socialmente o recluso.

Atualmente, a Direção Nacional dos Serviços Prisionais é o órgão do Ministério do Interior (MININT) encarregado do controle de execução de penas e das medidas de segurança decretadas pelos tribunais em relação aos indivíduos sujeitos à privação da liberdade, da sua reeducação e do acompanhamento dos respectivos prazos de prisão preventiva.

A organização prisional deve ter por base o sistema penal, ou seja, é essencial a harmonia rigorosa entre o código penal e o sistema prisional. Contudo, é lógico que, apesar da supremacia do primeiro sobre o segundo, é importante também ter em mente que a execução da pena produz muitos ensinamentos sobre a sua eficácia e as condições para sua aplicação, bem como sobre a sua conveniência ou não, razões pelas quais algumas modificações têm sido introduzidas com o intuito de eliminar eventuais divergências.

Por conseguinte, compreende-se que na base da organização de qualquer regime prisional está também o final da pena. A posição que se toma em relação a essa questão

implica soluções diferentes em matéria carcerária, sendo necessário então buscar uma definição quanto aos princípios que alicerçam essa organização⁴.

Esta seção aborda a trajetória do sistema prisional como forma de punição para aqueles que, desde a antiguidade, violavam as leis ou ameaçavam os interesses econômicos da classe dominante. Além disso, objetiva destacar a importância de reeducar e ressocializar as pessoas em privação de liberdade, população que vem crescendo significativamente nos últimos anos.

Segundo Foucault (2009), o surgimento das prisões ocorreu como forma de manutenção da lei e da ordem para a legitimação do poder estatal através das mudanças ocorridas nas relações sociais, consequências da economia de mercado e circulação de bens de consumo. O autor destaca ainda que a prisão como instituição está intrinsecamente relacionada à emergência do capitalismo e da sociedade moderna; portanto, para Foucault, a privação de liberdade estaria relacionada ao processo de transição entre dois modos de produção e a conformação dos novos interesses da sociedade burguesa nascente. Com o surgimento de novas formas de acumulação do capital e das relações de produção, alguns crimes se tornaram mais graves que outros, como por exemplo, o roubo. Ao longo do século XIX, a pena privativa de liberdade representou um importante instrumento de controle do sistema prisional. Seguindo o raciocínio do autor, o sistema prisional angolano tem os reclusos como instrumentos de controle, ou seja, com o intuito de aproveitar a mão de obra disponível e visando garantir e preservar a dignidade dos indivíduos, incumbiu os estabelecimentos prisionais de enquadrarem os reclusos em diversas atividades, tanto industriais como agrícolas, tornando-os úteis durante o cumprimento de suas penas. Em consequência, a produção gerada pelo trabalho dos reclusos gera fonte de renda para o órgão responsável e para o consumo dos próprios detentos. Na prisão feminina de Viana é raro o trabalho no campo; geralmente as detentas trabalham em aviários, pastelarias ou na manutenção do jardim – o que também gera fonte de renda, pois têm que pagar por tudo o que consomem. Já nas prisões masculinas, especialmente nas de segurança máxima, a produção costuma ser significativamente maior – sejam bens de consumo ou não, que por sua vez são distribuídos a outras prisões de média e mínima segurança. Com a garantia de que serão remunerados após a restituição de sua liberdade, e sem outra escolha, os detentos acabam se conformando com a situação.

⁴ MINISTÉRIO DO INTERIOR, **Manual dos Serviços Prisionais**. Fundamentos da Organização Prisional na Vertente Reeducativa, Angola, jun. 2003.

Essa imposição exercida pelos órgãos responsáveis pode ser vista como injusta, visto que os detentos trabalham diariamente, o que frequentemente também abrange os finais de semana. Do mesmo modo que a instituição recebe o dinheiro que os familiares dos reclusos fornecem para o seu consumo dentro da “cantina” da prisão, por exemplo, procedimento similar poderia ser adotado quanto aos reclusos que trabalham na prisão, e que muitas vezes não recebem visitas e por isso não dispõem de numerário para seus gastos pessoais. A remuneração dos reclusos deveria, portanto, ser paga mensalmente, como ocorre com funcionários assalariados. Como frisa Wacquant (2011, p. 98), muitos especialistas consideram o desenvolvimento do trabalho assalariado carcerário como a fonte mais importante de se fazer economia.

A prisão, vista como lugar de disciplina, constitui-se também como local de reparação não só para a vítima, mas para toda a sociedade. Fundamenta-se, segundo Foucault (2009), como um aparelho com o propósito de transformar indivíduos em seres dóceis, reeducando-os de modo a reproduzir os mecanismos encontrados no meio social em que viviam.

A prisão: Um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas, levando ao fundo, nada de qualitativamente diferente.

Esse duplo fundamento – jurídico – económico por um lado e, técnico- disciplinar por outro – fez a prisão aparecer como forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. (FOUCAULT, 2009, p. 196).

Nessa perspectiva, a prisão deveria reeducar e reinserir o preso no conjunto da força de trabalho. Desse modo, a partir do momento em que a prisão se tornou a pena por excelência, relegando os castigos corporais, recaiu sobre ela a dupla função de punir e reabilitar. A mulher presa tem medo de ser punida, castigada; por isso evita ao máximo romper as normas da instituição, principalmente quando tem filhos por perto para cuidar, ao contrário do que ocorre nas prisões masculinas, em que os reclusos costumam ser punidos devido às suas próprias transgressões. Em consequência, na prisão masculina são raros os casos em que os presos saem reeducados, e por isso dificilmente conseguem reinserir-se na sociedade, o que tende a levá-los de volta ao mundo do crime.

Ao se referir ao estado das prisões brasileiras, Wacquant (2011, p. 11) designou a prisão como verdadeiros “campos de concentração para pobres”. Nas instituições prisionais o homem se transforma em lixo, onde a sua palavra não se faz sentir. Ainda de acordo com Wacquant (2008, p. 14), “[...] as prisões se transformam em aterro sanitário para dejectos

humanos de uma sociedade cada vez mais subjugada pelos ditames materiais do mercado e da compulsão da responsabilidade pessoal”.

Vale aqui refletir sobre a condição do homen como uma construção histórica. Para as presas da prisão de Viana, sua “humanidade” está na maternidade, e não propriamente nelas mesmas. Veem-se como mulheres que não prestam perante a sociedade, porque não produzem para o consumo da sociedade.

Foucault (2009, p. 218) conceitua que essa “obviedade” da prisão, de que se fala tão mal, fundamenta-se primeiramente na forma simples da “privação de liberdade”. É natural, portanto, que esta seja a pena por excelência em uma sociedade na qual a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira, e ao qual cada indivíduo está ligado por um sentimento “universal e constante”. Assim, sua perda tem o mesmo preço para todos; melhor que a multa, ela representa um castigo “igualitário”, com base nos ditames da justiça.

Os serviços prisionais angolanos têm a nobre missão de guardar o preso e fazê-lo cumprir a pena a ele imposta, a prisão têm como meta modificar a índole dos detidos através da sua recuperação; reduzir o crime, a pobreza e a insanidade social; dirigir suas finalidades para a cura e prevenção do crime; e reforçar a segurança e a glória do Estado. Apesar da clareza dessas metas, a administração penitenciária não despertava o interesse dos órgãos públicos. Por outro lado, reconhece-se que o crime suscita na consciência humana uma sede de justiça que só a pena consegue apagar; por isso, convém mantê-la como um elemento poderoso da moralidade social.

O novo código penal angolano idealiza uma estrutura penitenciária mais humanizada, exigindo condições tais como: segurança dos detentos; higiene apropriada ao recinto da prisão; segurança dos guardas; execução do regime carcerário aplicado e inspeções frequentes às prisões.

Para uma boa planificação do tratamento do recluso durante a execução da medida privativa de liberdade e de sua reinserção social após a liberdade, enquanto não é definido o plano individual de reeducação e readaptação os reclusos são provisoriamente integrados às brigadas provisórias de observação dos estabelecimentos, tendo em conta, nomeadamente, o sexo, a idade, o estado de saúde físico e mental, sua periculosidade e progresso.

A principal preocupação do Estado prende-se à constatação de que os presos não saem da prisão como entraram – melhores ou piores – porque um dos objetivos da privação da

liberdade é buscar inculcar-lhes o gosto pelo trabalho, a aprendizagem de uma profissão que permita sua rápida reinserção social depois de libertos. A nosso ver, no caso específico do estabelecimento prisional feminino, é importante que haja, por parte do Estado, interesse em compartilhar com a sociedade, e em particular com a “população carcerária”, ideias sobre políticas públicas que possibilitem a reinserção da ex-reclusa na sociedade, buscando também desconstruir preconceitos mobilizados dentro de cada um de nós como consequência, muitas vezes, da dimensão das atrocidades por ela cometidas; em outras palavras, propiciando-lhe uma nova chance após o cumprimento legal de sua pena, o que não implica em negar o ato delitivo, mas permitir ao outro uma nova oportunidade de recuperação.

Os serviços prisionais, como órgão encarregado de executar e fazer cumprir as ordens baixadas pelos tribunais, têm necessariamente a obrigação de implementar atividades diversas de modo a tornar a vida do recluso produtiva e ocupada, visando o cumprimento de sua pena de maneira mais tranquila. Após exaradas pelos tribunais, essas ordens são transmitidas aos estabelecimentos prisionais para serem cumpridas na íntegra. Desse modo, todo funcionário do estabelecimento prisional é um reeducador, tendo a obrigação de conhecer seus deveres em profundidade; dentre eles, compete-lhe informar ao recluso sobre os seus direitos, deveres e demais conteúdos existentes na cartilha, bem como sobre o sistema de progressão ou regressão nos diferentes regimes ou graus de classificação⁵⁻⁶.

⁵ MINISTÉRIO DO INTERIOR, Serviços Prisionais. **Normas e Procedimentos da Reeducação Penal de Angola**. 2000. Baseado na organização prisional da lei penitenciária portuguesa (Decreto-lei no 26.643) e na legislação espanhola.

⁶ Vide nota 4 (p. 39).

3 A MULHER E O ENCARCERAMENTO

Quando se fala em encarceramento, pensa-se em privação de liberdade, em prisão, em estar presa, em deixar tudo que se conquistou um dia em liberdade, em passar a cumprir ordem de pessoas estranhas e, acima de tudo, em obedecer às leis emanadas pela direção do estabelecimento prisional. “Ser obediente é a melhor forma de puxar a cadeia, caso ao contrário vais parar na solitária” (grifo de uma reclusa).

Segundo Goffman (1974, p. 127), ao mesmo tempo em que passa por essas experiências morais humilhantes, o paciente (a reclusa) internado aprende a se orientar, porque se desobedecer às normas onipresentes da instituição, receberá castigos severos que se traduzem em perda de privilégio; em oposição, pela obediência será autorizado a readquirir algumas das satisfações secundárias que, fora da prisão, aceitava sem discussão.

A melhor forma de suportar a cadeia é obedecer, cumprindo com as normas para não ser punida. Aceitar o lugar em que se encontra e acreditar que perdeu sua liberdade, e que seus projetos foram interrompidos, evita sofrimento.

Santa Rita (2009) lembra que, desde a antiguidade, a inferioridade da mulher foi pautada por suas diferenças biológicas. As pessoas eram punidas pela sociedade e expostas a julgamento público quando transgrediam a ordem vigente, uma vez que a Igreja exercia forte influência no comportamento das pessoas e no seu papel socioeconômico e político, ditando as regras de conduta moral.

Ainda no mesmo contexto, Lima (2006) argumenta que à mulher sempre coube o papel de cuidadora da família, do lar e dos filhos, tendo assim a identidade atribuída pelo imaginário social como dócil, frágil e honesta; estar confinada seria, então, um não cumprimento dessas regras. Nessa direção, Santa Rita (2006) sustenta que a mulher presa perde o seu papel de mulher, esposa, mãe e filha, estampando a clara quebra de vínculos familiares.

Em nosso entender, a sociedade conta sempre com uma postura de papéis femininos pré-estereotipados, distantes do mundo do crime e das prisões. A reclusão feminina é mais censurada que a masculina, visto que se espera da mulher certos tipos de comportamentos socialmente mais aceitos e menos condenáveis, pois quando comparada ao homem a mulher

infringe menos a lei no que se refere à prática do crime cometido. Elas costumam interiorizar sentimentos de submissão, demonstrando maior controle de seus impulsos e emoções.

Viafore (2005) destaca a reforma penal de 1984, legislada por Aramis Nassif⁷ (2002), que garantiu à mulher um tratamento diferenciado no sistema prisional devido à sua crescente participação no mundo do crime, não mais restringindo o seu papel ao de cuidadora do lar e dos filhos, o que se traduz como um sério problema social. Nassif chama atenção para o aumento progressivo da presença da mulher no mercado de trabalho, propiciado pela alta demanda de mão-de-obra, o que vem progressivamente ampliando o número de mulheres economicamente ativas e, paralelamente, fazendo crescer a participação feminina nas estatísticas criminais.

A criminalidade feminina em Angola também vem crescendo assustadoramente devido à integração da mulher ao mercado de trabalho, segundo dados do Departamento de Reeducação Penal de Angola. Paralelamente à evolução das mulheres, que vão deixando de ser submissas e passando a procurar novos meios de subsistência, vem também aumentando o número de mulheres no crime, em virtude dos problemas sociais e da falta de empregos disponíveis. Em consequência, muitas delas acabam aceitando propostas para entrar na criminalidade.

Para a mulher, a dura realidade prisional começa pelo aspecto burocrático, com o preenchimento de formulários, ao ser fotografada, ao ser obrigada a deixar seus pertences, ao aprendizado da cartilha, à troca de vestuário (na adoção do uso diário da bata castanha para detidas e azul para condenadas); posteriormente, ela incorpora os padrões que regem o sistema interno das presas, como mudanças no comportamento, linguagem local, repúdio às próprias companheiras.

A impressão inicial da presa, ao dar entrada pela primeira vez na prisão, equivale à de uma pessoa que nunca visitou alguém preso: ela pensa que são todas umas selvagens, altamente perigosas; no entanto, este pensamento incorreto vai se alterando na medida que começa a dialogar com as companheiras, a trocar ideias sobre o funcionamento da prisão, sobre os crimes cometidos etc. – tudo dentro de certos limites e com certa desconfiança. Em breve a impressão inicial desaparecerá, e aos poucos ela aceitará a vida atrás das grades. Isso a levará a entender que na prisão são todas iguais, e que o mesmo termo se aplica a todas elas: reclusas.

⁷ Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Em um dos encontros da pesquisadora com as detentas da cadeia de Viana, uma delas fixou o olhar no dela e disse: “Nós não podemos deixar a cadeia nos dominar, nós temos que dominá-la, pois se não conseguirmos, a cadeia monta na gente e a gente cai, pois não aguentamos o peso”. Estas palavras mexeram muito com a pesquisadora, levando-a a perceber que na cadeia a primeira coisa a fazer é aceitar a nova condição e esquecer tudo o que se perdeu. Ali, só os fortes sobrevivem e conseguem levar avante a sua condenação, para mais tarde serem capazes de superá-la. Para tanto, é importante não fugir da sua atual condição, dispondo-se a enfrentá-la sem derrubar ninguém, porque cada um está lá com o mesmo propósito: cumprir sua pena.

Como acrescenta Goffman (1974, p. 126), “uma vez que o paciente (recluso) comece a ‘aceitar sua nova posição’, as linhas básicas de seu destino passam a seguir as de toda uma classe de estabelecimento segregados – cadeias, campos de concentração, mosteiros, campos de trabalho forçado, e assim por diante – nos quais o internado passa toda a vida no local, e vive disciplinadamente a rotina diária, na companhia de um grupo de pessoas que têm o mesmo status institucional”. No cotidiano das presas de Viana, elas podem até aceitar a nova condição para tornar tudo mais fácil para si mesmas e evitar problemas, mas conformar-se com a nova situação é difícil. Lá dentro tudo é complicado, e elas têm que aprender a obedecer ordens de todo mundo porque toda funcionária deve ser chamada por chefe, e cada vez que uma delas passa ao lado de uma reclusa esta tem que se levantar imediatamente, do contrário poderá receber uma punição bastante severa por desobediência.

3.1 A mulher grávida encarcerada

A gravidez é marcada por várias características de uma situação de crise que faz parte do processo normal do desenvolvimento. Envolve a necessidade de reestruturação e reajustamento em várias dimensões como: puberdade, mudança de identidade e uma nova definição de papéis, pelas quais a mulher passa a se olhar e a ser olhada de maneira diferente (MALDONADO, 1982, p. 13).

A vida da mulher é pautada por diversas transformações durante o processo de gravidez. Nesse período ocorrem transformações corpóreas e mudanças na vida da futura mãe. Ademais, é um momento de mudança de identidade: de filha para mãe. Todas essas transformações deixam a futura mãe com uma experiência que pode ser positiva ou negativa, independente de como ela vai encarar a situação.

A gravidez é responsável por mudanças biológicas, somáticas, psicológicas e sociais que influenciam a dinâmica psíquica individual e as relações sociais da gestante, bem como a maneira como ela vivencia esse processo de mudança. Como afirma Stella (2006, p. 66), a gravidez prepara a mulher para uma importante transição ecológica: desempenhar o papel de mãe.

Com raras exceções, toda mulher sente alegria em desempenhar o seu verdadeiro papel, o de ser uma boa mãe; o desejo do mito materno está centrado na dedicação que cada uma dispensa ao seu filho. Contudo, quando o processo de gravidez acontece no encarceramento ele altera toda essa trajetória, pois para a mulher presa este é um período árduo, que envolve uma série de impasses. A partir daí, a mulher grávida encarcerada passa por diversas dificuldades que repercutem intensamente na constituição da maternidade e na relação mãe-bebê.

Em Angola os bebês podem permanecer na prisão enquanto são menores de três anos de idade, como frisado no capítulo anterior. Segundo o organograma dos serviços prisionais de Angola, a assistência à saúde é prestada durante a permanência no estabelecimento, submetendo as reclusas, na medida do possível, a frequentes exames médicos para prevenir possíveis enfermidades físicas ou mentais e com vistas à tomada de medidas adequadas, como por exemplo, o isolamento imediato de reclusas sob suspeita ou confirmação de terem contraído doenças infecto-contagiosas.

O estabelecimento prisional feminino de Viana não tem uma política de saúde voltada para mulheres grávidas. Em vista disso, a política existente é adaptada às circunstâncias, o que torna a vida das mulheres grávidas e encarceradas ainda mais complicada, contribuindo para todo tipo de alteração negativa que possa ocorrer em seu organismo. Stella (2006, p. 67) afirma que as mulheres grávidas que cumprem pena nos presídios podem ter a possibilidade de realizar, mesmo que precariamente, exames pré-natais.

Embora sejam raros os casos de mulheres grávidas encarceradas, elas deveriam ter os mesmos direitos que uma cidadã normal, o que não acontece, cabendo aos responsáveis pelos estabelecimentos velarem pela saúde tanto da mãe quanto do fruto de seu ventre, o qual – mesmo sem culpa – acaba condenado juntamente com sua progenitora.⁸

⁸ MINISTÉRIO DO INTERIOR, **Manual dos Serviços Prisionais**. Fundamentos da Organização Prisional na Vertente Reeducação, Angola, jun. 2003.

A gravidez na cadeia causa uma série de transtornos: inicialmente destrói vários sonhos na vida da mulher que, frequentemente, é mãe de primeira viagem, por ter sua liberdade privada e sem conseguir preparar o enxoval do bebê. Em geral, o enxoval é providenciado pela família da mulher presa; nos casos em que a reclusa não recebe visitas, ou que a família não tenha condições de ajudá-la, a própria cadeia, ou entre as reclusas e algumas associações religiosas/ filantrópicas, acabam se envolvendo e cuidando dessa preparação.

A vida no encarceramento é tão difícil que a família tem um caráter primordial no dia a dia das mulheres presas, pois é ela que abastece a reclusa com apoio emocional e material. No caso da mulher grávida, esse apoio é ainda mais imprescindível, inclusive no que tange à futura guarda da criança. Algumas presas grávidas são abandonadas pela família, impossibilitando a guarda do bebê pelos parentes consanguíneos. Dentre os vários motivos das causas desse abandono figuram os crimes cometidos no ambiente familiar, quando a mulher é esquecida por todos e fica entregue à própria sorte, o que costuma gerar crises durante o período de encarceramento.

Maldonado (1982) define a crise como um “período temporário de desorganização do funcionamento de um sistema aberto, precipitado por circunstâncias que transitoriamente ultrapassam as capacidades do sistema para adaptar-se interna e externamente. Pode também estar associada às reações de uma pessoa a eventos traumáticos”, tanto aos períodos de transição inesperados quanto aos inerentes ao desenvolvimento (p. 13).

Durante o tempo de pesquisa na prisão feminina de Viana, a pesquisadora observou que o número de mulheres abandonadas é bastante elevado. Geralmente este abandono decorre de várias causas que levam os familiares a deixar de aparecer nos dias de visita. O apoio familiar é um dos fatores primordiais na vida da reclusa, evitando problemas psíquicos e emocionais. Por diversos motivos, a ausência dos familiares desencadeia vários traumas nas reclusas, podendo afetá-la tanto mental quanto fisicamente.

Além dos pontos abordados acima, Maldonado (1982) afirma ainda que a preocupação com o futuro aumenta as necessidades da grávida e intensifica sua frustração, consequentemente gerando sentimentos como raiva e ressentimento, que a impedem de encontrar gratificação na gravidez (p. 14).

Em condições normais, a gravidez costuma ser um período de felicidade para a mulher quando tudo corre dentro das expectativas. Entretanto, ao surgirem dificuldades resultantes

das diversidades da vida, o tão ansiosamente esperado pode se transformar em pesadelo. O período de gravidez na prisão é extremamente frustrante, visto que, com a liberdade comprometida e sem condições de resolver o problema, a mulher é obrigada a permanecer inerte perante uma situação que sentencia seu filho por um crime que não cometeu.

Diversos problemas podem interferir nas condições normais de uma gestação. O segundo e o terceiro trimestres gestacionais integram uma das etapas da gravidez em que as condições ambientais exercerão influência direta no estado nutricional do feto. O ganho de peso adequado, a ingestão de nutrientes, o fator emocional e o estilo de vida serão determinantes para o crescimento e desenvolvimento normais da futura criança. Quanto maior o número de fatores inadequados presentes durante a gestação, pior será o diagnóstico (VIAFORE, 2005, p. 99).

Como cita Kublikowski (1984, p. 10), dificuldades nesta fase devem ser procuradas nas impressões da infância do indivíduo, principalmente em identificações defeituosas com os pais. Consequentemente, a patologia desta fase deve ser buscada na infância e adolescência da geração seguinte. Em sintonia com a afirmação da autora, as reclusas de Viana – pelo menos as que foram entrevistadas – tiveram pouco ou nenhum contato com os pais, tendo sido criadas por outros membros da família, sem grandes obrigações e sem poder contar com alguém que funcionasse como um modelo em quem pudessem se espelhar, tendo os fatores social e ambiental como influência.

A vida na prisão é difícil para qualquer ser humano, quanto mais para a mulher grávida, que merece toda atenção e cuidado. Como na prisão não há prioridades, as solicitações feitas pelas reclusas para consultas externas, “em clínicas”, exigem uma série de análises por se tratar de locais fora do estabelecimento prisional; em última instância, o poder decisório cabe à diretora da instituição. Com frequência esse processo é tão moroso que a reclusa acaba perdendo a consulta, mesmo quando a família assume a responsabilidade de cuidar dela; nos casos em que a detenta é abandonada pelos familiares, ela fica inteiramente dependente da prisão.

A saúde é um direito de todos, independente de quem seja, e é dever do Estado prestar esse atendimento com a maior dignidade humana possível. Contudo, o ambiente prisional é extremamente estressante, infectado de inveja e mentiras. Trata-se de um local totalmente impróprio ao desenvolvimento do feto, em que a alimentação não é controlada por um profissional. Mesmo assim, segundo as detentas de Viana, a cadeia já faz muito por elas,

porque mesmo tendo cometido crimes contra a sociedade, elas ainda podem contar com a proteção da instituição.

A gravidez expõe a mulher, presa ou não, a uma forma primitiva de experimentação, na qual as sensações corpóreas normais e a organização emocional são alteradas. Na gestação, a mulher é obrigada a compartilhar o seu corpo com um outro que está sempre presente, mesmo nos momentos mais íntimos. Em vista da atuação de diversos conteúdos emocionais, a gravidez é vista como um período de crise e de transformação.

Cabe salientar que, durante a gestação, o embrião absorve todas as angústias, todas as situações físicas e psíquicas e as crises nervosas que a mãe vivencia durante o período de formação da criança. Os problemas de origem psíquica sofridos pela reclusa gestante no ambiente prisional de Viana, tais como brigas diárias entre as presas e má acomodação, atingem diretamente a formação do feto. Na prisão, a grávida perde a privacidade, estando permanentemente exposta aos olhares alheios, seja no pátio, na cela ou na área penal; dorme ao lado de companheiras que não escolheu, muitas vezes indesejáveis; não decide o que vai comer, o que vai fazer etc. Nesse contexto, a grávida encarcerada sente-se constantemente humilhada, submissa e despojada de seus sentimentos e desejos pessoais. Em suma, é natural que a presa, enquanto gestante, tenda a absorver em maior escala o estressor social terrível que é o ambiente carcerário (VIAFORE, 2005, p. 100).

Indo além das citações de Viafore, as mulheres gestantes que estão cumprindo pena na prisão feminina de Viana já se constituem em uma questão que merece reflexão e ações no âmbito da gestão dos complexos prisionais. São inegáveis as precárias condições de habitabilidade em que se encontram as penitenciárias angolanas, problema que se agrava com a constatação de que as unidades femininas não dispõem de recursos humanos específicos e espaços físicos apropriados à saúde da mulher, em especial durante o período de tratamento pré-natal e pós-parto.

Goffman (1974) nomeou como “‘mortificação do eu’ as categorias inerentes às chamadas ‘instituições totais’, tais como a prisão, a detenção corporal, a privação de liberdade e outras perdas profundas das individualidades”, como o despojamento da aparência física, o uso de uniforme-padrão, a forma de caminhar com as mãos para trás, entre outros, cujos significados implicam em degradação e humilhação. Concordamos com o autor quanto a essa denominação – a mortificação do eu –, porque na prisão feminina de Viana o que prevalece são as leis, sejam elas recentes ou as que perduram há anos. A palavra da reclusa não tem

qualquer valor, é sempre mentirosa, porque para os agentes prisionais as presas jamais falam a verdade. Além disso, a prática imposta de se dirigirem aos agentes com as mãos para trás, a obrigatoriedade do uniforme etc., só torna ainda pior o calvário dessas mulheres, que se esquecem de si mesmas, de suas identidades, tornando-se pessoas hostis em relação às companheiras.

A construção da dignidade é um processo tanto mais complexo e longo quanto maiores as desigualdades sociais e os preconceitos e discriminações enraizadas no cotidiano das sociedades. Mudanças socioculturais exigem a consciência de sua necessidade, a disposição para a luta e o conhecimento das causas dos problemas e, entre outras coisas, o próprio conhecimento de quais são problemas a serem equacionados (SANTA RITA, 2009).

Analisa-se então que a questão aqui tratada torna-se ainda mais relevante ao se entender a necessidade de tratamento desigual, desde que respeitando a diversidade no cumprimento da pena privativa de liberdade como forma de incluir as peculiaridades do encarceramento feminino.

4 A PSICOLOGIA DA GRAVIDEZ E MATERNIDADE

A gravidez é um estado em que ocorrem mudanças biológicas, psicológicas e sociais que influenciam na dinâmica psíquica da gestante, bem como na sua maneira de viver.

Gallbach (1995) explica que a gravidez é uma fase de transição na qual se constela com maior intensidade o arquétipo materno, manifestando-se nas mudanças corporais e em nível psíquico. Além das alterações no estado emocional, a gravidez causa mudanças no corpo que repercutem intensamente na constituição da maternidade e na relação mãe-bebê.

Maldonado (1982) conceitua que a gravidez detém várias características de uma situação de crise que faz parte do processo normal do desenvolvimento. Durante o processo gravídico ocorrem mudanças de identidade, quando a menina ingênua ganha maturidade e começa a ter responsabilidade em relação às alterações que passam a ocorrer em seu organismo e no modo como se adaptará à nova realidade.

Como cita Viafore (2005), a gravidez expõe a mulher, presa ou não, a uma forma primitiva de experimentação, na qual as sensações corpóreas normais e a organização emocional são alteradas. Nesse período a mulher vivencia várias transformações que a tornam mais sensível, responsável e receosa quanto ao que irá enfrentar nessa nova fase da vida. Maldonado (1982) acrescenta que todas as mudanças emocionais se devem à existência de conflitos normalmente presentes nesse período (p. 17).

Ao longo da gravidez a mulher trava vários embates que podem ser positivos ou negativos, enquanto tenta buscar equilíbrio de modo a melhor se proteger e ter uma gravidez saudável. Mesmo estando presa a mulher usualmente envidará todos os esforços para enfrentar os eventuais obstáculos que possam surgir, buscando proteger seu futuro bebê.

Maldonado (1982) afirma que “a gravidez implica na perspectiva de grandes mudanças interpessoais, intrapsíquicas, etc., o que evidentemente envolve perdas e ganhos e isso, por si só, justificaria a existência de sentimentos opostos entre si.” (p. 18). Para a mulher grávida é difícil estar encarcerada, viver isolada de todos, abandonada pelos familiares e amigos; por isso ela tende a depositar toda a esperança no filho que ansiosamente espera, embora ao mesmo tempo sofra por saber que tudo poderia ser diferente para ambos se não houvesse cometido um crime. Por esta razão a autora lembra que “não existe uma gravidez totalmente aceita ou totalmente rejeitada” (p. 18).

É normal que toda mulher enfrente algumas dificuldades durante o período de gravidez, inclusive pensamentos relativos à aceitação ou rejeição de seu futuro filho.

Em seu livro *Constelação da Maternidade*, Stern (1997) conceitua a fase do nascimento do bebê, especialmente o primeiro, quando a mãe entra em uma nova e única organização psíquica que determinará uma nova série de tendências de ação, sensibilidades, fantasias, medos e desejos (p. 161). Ao longo do período de gravidez até o nascimento, a mulher vive na expectativa de como será seu filho e como está se processando o seu desenvolvimento, se nascerá saudável ou não, o que a mantém em um estado de elevada ansiedade. O desejo de ser mãe, de cuidar, amar e beijar o filho a torna mais madura, levando-a a superar seus medos de tal maneira que mesmo quando se encontra em condições desastrosas e passa por várias privações ela guarda esperanças de um futuro melhor. No entanto, ainda segundo Stern (1997, p. 162), durante essa época a criança “se torna o eixo organizador dominante para a vida psíquica da mãe e empurra para o lado às organizações ou complexos nucleares anteriores que desempenham esse importante papel”.

A futura mãe se envolve de tal maneira com a gravidez que o amor pelo filho já começa desde o seio materno, transformando-lhe a vida completamente. Tudo o que faz é para o bem-estar dele, e seu diálogo constante com a criança já começa no ventre ao desejar-lhe saúde e paz, o que a remete frequentemente à própria infância e a leva a imitar os passos de sua mãe, o que mexe com o seu íntimo. Parafraseando as palavras de uma reclusa: “Rezo para que a minha liberdade condicional chegue antes de me separar do meu filho, porque se não ele não viverá, devido o problema que ele tem de saúde”.

Caplan (1961, *apud* Maldonado, 1982) afirma que há maior facilidade da grávida reviver antigas memórias e conflitos infantis que tinham sido reprimidos e esquecidos e que se relacionam com os próprios pais ou irmãos. Durante a gravidez vários filmes passam pela memória da mulher grávida, enquanto fantasia que o que aconteceu com ela não se repita futuramente com o seu filho. Ela deseja ser uma mãe presente em todas as ocasiões, tentando superar o comportamento da própria mãe ou procurando espelhar-se nela. Estes sonhos acabam frustrando a mulher presa, porque ela não terá o privilégio de cuidar do filho do jeito que desejaria.

Para Stern (1997), quando uma mulher se torna mãe advêm os seguintes sentimentos:

- 1) *Vida-crescimento*: gera uma série de medos que normalmente são parte da constelação da maternidade: de que o bebê morra ou, mais especificamente, de que ele pare de respirar; de que ele não coma e definha, ou beba e se desidrate; de que ele caia porque ela não é suficientemente protetora;
- 2) *Relacionar-se primário*: relativo ao envolvimento social emocional da mãe com o bebê nos primeiros anos de vida, antes da fala. Inclui o estabelecimento de laços humanos de apego, segurança e afeição, a regulação do ritmo do bebê;
- 3) *Matriz de apoio*: refere-se à necessidade da mãe de criar, permitir, aceitar e regular uma rede de apoio protetor, benigna, para que ela possa realizar plenamente as duas primeiras tarefas de manter o bebê vivo e promover seu desenvolvimento psíquico-afetivo. Este tema é inevitável dada às imensas demandas que tanto o bebê quanto a sociedade fazem à mãe, sem lhe proporcionar a necessária preparação e os meios para satisfazê-las. A mãe precisa se sentir cercada e apoiada, acompanhada, valorizada, apreciada, instruída e ajudada em graus diferentes, de acordo com cada caso. Após o nascimento de um bebê, o principal envolvimento psicológico ativo da mãe é geralmente com as figuras maternas da sua vida – aquela figura que em realidade ou na fantasia (para o bem ou para o mal) vai proporcionar os aspectos psicológicos e educativos da matriz de apoio;
- 4) *Reorganização da Identidade*: refere-se à necessidade da mãe de transformar e reorganizar sua autoidentidade. A nova mãe deve mudar seu centro de identidade de filha para mãe, de esposa para progenitora, de profissional para mãe de família, de uma geração para a precedente. Essa reorganização é uma necessidade óbvia para que a mãe, na verdade, altere seus investimentos emocionais, sua distribuição de tempo e energia, e suas atividades.

Com o nascimento do filho, a nova mãe deseja protegê-lo de todos os perigos. Para tanto, tenta superar todas as fantasias que passavam pela sua cabeça, muda a sua vida, *status* e hábitos, cria métodos para cuidar do filho; enfim, ganha uma nova identidade enquanto procura ser uma boa mãe. Como conceitua Winnicott (1999), do ponto de vista da saúde mental, ao agir de forma adequada a mãe estará também criando os fundamentos da força de caráter e da riqueza de personalidade do indivíduo. A partir de uma base positiva, ele terá, com o passar do tempo, uma oportunidade de lançar-se ao mundo de forma criativa, e de desfrutar e usar tudo aquilo que o mundo tem a lhe oferecer (p. 20).

Muitas mulheres presas preferem ficar com seus filhos na prisão após o nascimento ou entrar com eles na prisão enquanto ainda pequenos, porque assim poderão criá-los e educá-los durante os três primeiros anos de vida, permanecendo com alguma lembrança dos filhos. Cada criança deve ser criada pela própria mãe com seus hábitos, costumes e do jeito que lhe agrada; mesmo reclusa, a mãe prefere ter seu filho junto dela porque em geral não confia nos familiares, e tudo o que deseja para ele é que tenha um futuro melhor que o dela.

4.1 Constituição da maternidade segundo D. Winnicott

Para melhor compreender esse processo de maternidade na vida da mulher a pesquisadora recorreu a vários textos de Donald Winnicott. Para o autor, ao longo desse processo a mulher nunca cessa de crescer psicologicamente, sempre havendo a possibilidade de reestruturação, modificação e reintegração da personalidade.

A teoria psicanalítica winnicottiana vai além, refletindo sob uma perspectiva que teoriza a “mãe suficientemente boa”. Para entender o uso desta expressão – “mãe suficientemente boa” –, Rocha (2006) cita que:

A utilização da expressão suficientemente boa, tão comumente usada na teoria psicanalítica winnicottiana, diz respeito à adaptação da mãe, ou seja, aquela capaz de suprir as necessidades do bebê, no período de dependência, à medida que ela se apresenta. A mãe suficientemente boa ainda provê cuidados no período de dependência relativa, mas também frustra o bebê de maneira proveitosa e dá condições para ele caminhar em direção à independência. (p. 11)

Depoimentos de reclusas indicam que toda mulher, mesmo que esteja presa, deseja ser considerada boa. Mesmo sabendo que o ambiente prisional é enlouquecedor e que ela não tem muito a oferecer ao filho, ainda assim ela o quer junto de si, deseja cuidar de sua alimentação, do seu banho, e que o filho dependa dela; em suma, estarem juntos já lhe significa muita coisa.

Rocha (2006) remete a Winnicott ao lembrar que a maternidade causa diversas transformações na mulher:

Para Winnicott, quando a mulher vive a experiência da maternidade, sua vida é modificada de muitas maneiras, independentemente de sua cultura, religião ou profissão. A futura mãe pode ser uma dona-de-casa, uma empresária de destaque, uma estudante, uma pessoa de vida social intensa, não importa a que categoria ou classe social que cada uma pertence, todas irão compartilhar o mesmo fato – a maternidade. (p. 56)

É maravilhosa a tarefa de ser mãe, sua entrega em relação ao filho, independentemente do *status* de cada mulher; não importa a situação que possa vir a enfrentar, pois o processo de maternidade é igual para todas. No entanto, o vir a ser mãe dá a ela uma identidade, um prazer enorme de cuidar do filho, de se preocupar com sua saúde, alimentação, sono etc.

Por trás do fenômeno biológico da maternidade existem diversas características que marcam esse acontecimento. Dentre elas estão as mudanças físicas, culturais, sociais e um aglomerado de transformações que envolvem os aspectos psicológicos. O fenômeno biológico advindo da maternidade vai ocupar um novo papel na vida da futura mãe, levando-a a agir de maneiras diferentes dentro da sociedade em que está inserida.

O processo de maternidade constitui um símbolo de culpa para a mulher, como ilustra Benhaim (2008):

“O processo de maternidade” é uma “passagem”; o momento em que uma mulher tem acesso à maternidade no real, nesse tempo de ruptura no corpo que marca o parto, que é acompanhado de um tempo de mudança imaginário, fantasmático, de ruptura psíquica em eco. “Tornar-se mãe equivale a tornar-se culpada por inscrever a criança na ordem da maternidade e conseqüentemente, culpada por tudo o que lhe possa ocorrer”. (p. 10)

Winnicott (1999) afirma que a natureza, no entanto, decretou que os bebês não escolhessem suas mães. Eles simplesmente aparecem, e as mães têm o tempo necessário para se reorientar e para descobrir que, durante alguns meses, seu oriente não estará localizado a leste, mas sim ao centro (p. 4).

Tudo o que uma mãe quer é cuidar bem do seu filho, sem se importar com sua condição porque ninguém escolhe ninguém; não se escolhe uma família para nascer nem a mãe que se quer ter, embora estes fatores mexam com o estado psicológico materno, que tende a assumir a culpa por tudo o que de ruim possa acontecer com o seu filho. Segundo as palavras de uma das reclusas: “Nada acontece por acaso, quem sabe se este filho Deus colocou para mudar minha vida, minha história, não vou perdê-lo mais como perdi a outra”.

A mãe que não atravessa o estado de preocupação materna primária talvez por achar-se demais deprimida ou preocupada com alguma situação pode tornar-se incapaz de maneira especial com as necessidades do seu bebê. E, a falha da mãe em adaptar-se na fase mais precoce do bebê é sentida por este como ameaça à existência pessoal do eu. (WINNICOTT, *apud* ROCHA, 2006, p. 89).

Mesmo em meio à adversidade a mãe reclusa deseja ser dedicada, zelosa, preocupada com o seu filho – recém-nascido –, não querendo ser vista como uma péssima mãe; ela se esforça para fazer tudo certo de forma a não se sentir culpada caso

aconteça alguma coisa com a criança. Por exemplo, a reclusa Y, condenada por homicídio por ter morto sua filha, deu entrada grávida na cadeia, alegando que não aguentava mais cuidar de sua filha porque chorava muito e fazia necessidades nas calças, o que a deixava em um desespero total, que não conseguia entender. Mas com a vinda desta nova filha afirma que renasceu de novo, e que todo cuidado é pouco pela sua princesa, e não imagina como será a vida dela sem a filha.

Segundo Winnicott (*apud* ROCHA, 2006, p. 65), “a adaptação activa da mãe inicia a base da saúde mental do bebé. Essa adaptação pressupõe um estado básico de relaxamento na mãe numa compreensão de vida individual do bebé”.

Para o crescimento saudável do bebê é importante que a mãe tenha um bom estado emocional, evitando afetar o desenvolvimento psicológico, físico, social e emocional da criança. É necessário que haja intimidade entre mãe e filho de forma a não comprometer nenhuma dessas áreas.

Winnicott (1999) lembra que o bebê pode desenvolver a capacidade de ter sentimentos que, de alguma forma, correspondem aos sentimentos da mãe que se identifica com ele (p. 5). O envolvimento entre a mãe e o bebê fomenta a intimidade entre eles; o olhar da mãe sobre o filho, o choro e a amamentação tornam essa interação positiva e contribuem para o desenvolvimento saudável de ambos; mesmo em meio às dificuldades que enfrentam, as mulheres reclusas lutam para que seus filhos tenham um bom crescimento na cadeia. Como dentro da prisão há regras a cumprir, toda mãe reclusa quer estar o mais próxima do seu filho para acompanhar tudo o que se passa ao seu redor. Como cita Winnicott (1999), o bebê é parte de sua mãe; portanto, ele ainda não tem ego suficiente para lidar com determinadas situações ameaçadoras que porventura existam no ambiente.

É nesse sentido que a mãe reclusa tende a se tornar superprotetora, porque sabe que todas as outras mulheres que estão ali presas cometeram crimes; assim, por se tratar de um lugar cheio de conflitos, todo cuidado é pouco em relação ao seu filho. Winnicott conceitua que as mães desenvolvem a habilidade de se colocar no lugar do bebê; para tanto, desenvolvem uma capacidade surpreendente de identificação com o bebê, que lhes possibilita ir ao encontro das necessidades básicas do recém-nascido de tal forma que nenhuma máquina pode imitar, e que não pode ser ensinada (p. 30).

Segundo as palavras de uma reclusa que aceitou conversar com a pesquisadora, toda mãe sabe quando algo não vai bem com seu filho, talvez pelo olhar triste que ele demonstra ou pelo choro, que leva a mulher a pressentir algo. Ela ainda acrescentou: “Eu não quero falar nada, estou cansada de promessas, meu filho esta com muita febre deste ontem e até agora não fui ao hospital, só um paracetamol que lhe deram no posto médico, quem cometeu o crime fui eu, ele não tem nada que pagar”. Nesta senda Winnicott (1999) conclui que, se por um lado a mãe pode não ter palavras para descrever o que sente pelo seu bebê, por outro ela o acarinha em seus braços sempre que o segura (p. 36).

Para essas mulheres estar com os filhos na cadeia é o mais importante de tudo. A troca de sentimentos as conforta, criando cumplicidade entre eles; não conseguem imaginar sua vida sem os filhos, e qualquer ocorrência a eles relacionada mexe com toda a sua estrutura; por isso estão permanentemente atentas ao que acontece com seus bebês.

Winnicott (1999) acrescenta que “segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação, e segurá-la mal significa uma incessante interrupção destes processos, devido às reacções do bebê às quebras de adaptação” (p. 54). O autor observa, ainda, que os seres humanos cometem muitos erros, e durante o tempo em que a mãe cuida normalmente do seu bebê ela está continuamente corrigindo suas falhas (p. 87).

Ao segurar o seu bebê todo cuidado é pouco para uma mãe. Ela quer protegê-lo com muito amor, de modo a lhe transmitir confiança e aproveitar o tempo que lhes resta juntos. A base da personalidade do bebê estará sendo bem assentada sempre que for segurado de forma satisfatória. Muitas mães alegam que algumas das presas que cuidam das crianças na creche não as tratam bem, batendo nelas quando fazem suas necessidades, principalmente se existir alguma rixa anterior com a mãe do bebê.

A mulher que se encontra privada de liberdade e tem a companhia de seu filho, seja porque este nasceu na cadeia ou porque lá entrou com ela, costuma tratá-lo com muito carinho, esforçando-se para ser uma mãe dedicada. Em tudo aquilo que não conseguia fazer em liberdade, seja com ele ou com outros filhos que teve, quando reclusa procura corrigir os próprios erros, tornar-se uma mãe zelosa e cuidadosa. Winnicott conceitua que essas falhas relativas, às quais se dá uma solução imediata, acabam sem dúvida sendo transmitidas, e o bebê toma conhecimento desse sucesso. Desse modo, a adaptação bem-sucedida dá a ele uma sensação de segurança e um sentimento de que é amado.

4.2 Parto, amamentação e separação da mãe encarcerada com o filho

Quando comecei a sentir dores estava a pensar que era algo passageiro, mas quando levaram-me para a maternidade mãe Jacinta é que cai na real, estava dar a luz, mas em uma situação diferente dos outros filhos; presa e bem presa. (desabafo de uma reclusa).

Maldonado (1982, p. 35) considera o parto como um momento crítico que marca o início de uma série de mudanças significativas e que envolve diversos níveis de simbolização, por diversas razões:

- 1) Como situação de passagem de um estado a outro, cuja principal característica é a irreversibilidade;
- 2) Como situação que precisa ser enfrentada de qualquer forma;
- 3) Uma outra peculiaridade que contribui para o aumento da ansiedade e da insegurança com a proximidade da data prevista é a incapacidade de saber exatamente como e quando vai se desenrolar o trabalho de parto, o que evidentemente implica na impossibilidade de controlar o processo.

A mulher grávida passará obrigatoriamente por vários processos críticos, que são aguardados com grande expectativa e ansiedade, independente de sua situação. A vinda do bebê traz consigo alterações profundas do ritmo e da rotina familiar (MALDONADO, 1982, p. 36). A vida então muda por completo: a criança passa a fazer parte integrante da vida materna, mudam-se os hábitos e a forma de ver as coisas, há uma entrega total por parte da mãe.

Ainda segundo Maldonado (1982), para melhor entender o processo do parto é necessário considerar, entre outros fatores, o contexto sociocultural, que influi até mesmo na maneira como a parturiente sente e interpreta as diferentes sensações físicas do trabalho de parto. Nas prisões de Angola, cada província trabalha de forma diferente: em Luanda, as mulheres reclusas que entram em trabalho de parto são encaminhadas para a maternidade Mãe Jacinta, que fica no município de Viana, onde também está localizada a cadeia. Devido à urgência do caso e à questão da segurança, as parturientes são conduzidas a esse hospital por ser ele o mais próximo da prisão. Após o parto a reclusa ainda permanece dois ou três dias no hospital, conforme o seu estado, mas sem contato algum com os seus familiares e sob controle da agente prisional até seu regresso à prisão. Já nas províncias, como por exemplo no Cuando Cubango, depois do trabalho do parto realizado no hospital, as reclusas podem ir para suas

casas onde serão cuidadas pelos familiares; só não podem ausentar-se da província, e uma vez por semana recebem a visita de um agente prisional para a devida identificação. Embora esse procedimento varie entre regiões, a parturiente só regressa à prisão após seis meses da ocorrência do parto.

Por conseguinte, o parto pode ser considerado como um verdadeiro processo psicossomático, cujas características são multideterminadas por inúmeras facetas do contexto sociocultural e da individualidade físico-psicológica da parturiente (MALDONADO, 1982, p. 37).

Independentemente da situação em que se encontram, muitas das reclusas declaram que o momento do parto foi o mais triste de suas vidas; além das dores físicas, ansiedade, angústia e apatia passam a dominá-las. A humilhação de serem escoltadas até a sala de parto, as recomendações às enfermeiras de que não podem receber visitas, a falta de contato com os familiares, tudo isso mexe com o seu estado emocional. O que era para ser um momento feliz torna-se quase sempre em pesadelo, levando muitas delas a um estado depressivo. Viafore (2005) afirma que “no momento do parto, a gestante presa é encaminhada para o hospital. Lá recebe o devido atendimento médico com toda infra-estrutura que o hospital dispõe. Contudo, há que se ressaltar a discriminação existente por parte dos funcionários do hospital quanto à presa gestante” (p. 101).

Após o nascimento da criança a instituição hospitalar restitui a mãe reclusa aos agentes prisionais, que posteriormente a levam de volta à prisão juntamente com o filho. Raras são as situações em que mulher grávida presa, após dar a luz, entrega o filho aos familiares. Ao retornar à prisão a mãe fica no posto médico até o bebê completar seis meses, e posteriormente passa para a caserna designada para mulheres grávidas e mães dos bebês, onde permanece até a separação com o filho. A esta altura a mãe reclusa volta a realizar suas tarefas normalmente, embora precise de paz para curtir o seu filho – algo que não existe na prisão. Em geral, é mal recebida pelas companheiras da cela, e frequentemente surgem brigas ou ofensas morais, como comentou uma mãe reclusa: “As reclusas que estão connosco na caserna reclamam muito; dizem sempre cada um pega o seu filho para não fazer barulho, choram muito, quero descansar, cometeu crime grávida, agora é só aguentar as consequências”. Percebe-se que a mãe presidiária sofre duplamente, tanto pela ausência familiar quanto por estar encarcerada juntamente com o filho.

Maldonado (1982) afirma que o choro da criança pode evocar sentimentos de compaixão e estimular a necessidade de cuidar dela. A autora acrescenta que, após as primeiras semanas, “a mãe consegue decifrar melhor as necessidades do filho: se chora porque tem fome, se ele sente alguma dor ou se é algo mais grave; por outro lado, o bebê lentamente supera as dificuldades iniciais de adaptação ao mundo externo, organiza melhor seu ritmo próprio, torna-se mais tranquilo e consegue comunicar-se melhor” (p. 51); ou seja, com o passar do tempo ele vai se adaptando às novas condições. O carinho materno é de grande valia na integração do bebê ao novo ambiente, mesmo porque essas crianças não conhecem outro mundo para além deste onde vivem; para o bebê, tudo está bem desde que esteja ao lado da mãe.

De segunda a sexta-feira, a rotina diária das crianças começa às 7h30m, horário de entrada na creche, para onde são levados por suas mães. Passam lá o dia inteiro, regressando à caserna às 17h, horário em que suas mães saem do trabalho. Como não é permitido mandar o filho doente para a creche, sempre que isso acontece a mãe recorre ao posto médico e, angustiada com o mal-estar do filho, chora e agride as consofredoras⁹ com medo de perder seu filho. Na creche há um quarto com dez camas para o descanso das crianças, uma sala de recreação com televisão e uma cozinha para a preparação da comida dos pequenos.

Mesmo deixando os filhos na creche e seguindo para o trabalho, na hora do intervalo essas mães vão à creche para ver como estão os filhos, se passaram bem – enfim, querem estar presentes integralmente, no intuito de os protegerem.

Há, naturalmente, mães que têm dificuldades pessoais muito graves devido aos seus próprios conflitos internos, dificuldades estas que talvez estejam ligadas às experiências que vivenciaram ou que ainda vivenciam (MALDONADO, 1982, p. 22).

A maneira como uma mãe cuida de seu filho tem muito a ver com a forma como foi um dia tratada por sua mãe ou cuidador, visto que, a partir do momento que essa mulher passa a ser chamada de mãe brotam dentro dela sentimentos como amor, carinho e proteção, que a ajudam a criar o filho apesar de todos os possíveis conflitos pelos quais passou, e que não deseja que venham prejudicar o desenvolvimento da criança.

Winnicott (1997) considera que os recursos ambientais estimulam a confiança da mãe em si própria. Assim, conhecedora do ambiente prisional, a mãe reclusa procura prevenir-se

⁹ Gíria utilizada pelas reclusas, significando “companheiras”.

contra os possíveis conflitos que possam ocorrer – como, por exemplo, o tratamento que as crianças recebem na creche quando suas mães brigam com as funcionárias lá locadas, e que também são reclusas. Naturalmente, elas temem que os filhos sofram represálias e por isso frequentemente pedem a outras que vigiem o que acontece no dia a dia, e caso haja algum problema, que as avisem; em outros momentos, chegam a não levar os filhos para a creche alegando que estão doentes. Há ainda situações em que, como o terreno é demarcado dentro das casernas, as mães são obrigadas a segurar os filhos ou a obrigá-los a dormir para não invadirem o espaço de outras reclusas, evitando assim eventuais confusões.

Amamentação

O aleitamento materno é uma experiência única entre a mãe e a criança, contribuindo para a identidade positiva e uma boa capacitação do bebê. Na primeira vez em que a pesquisadora teve contato com as reclusas, para se apresentar e informar que durante um certo período trabalharia com elas, percebeu a presença de uma reclusa deficiente e com a bata suja de leite. Perguntou-lhe, então: “Estais a amamentar?” Ela, olhando para o chão, algo característico delas, respondeu que sim. A pesquisadora perguntou novamente: “O que é para ti amamentar?”, e ela respondeu: “Significa muita coisa, sinto que o meu amor é transmitido nela, é algo que ultrapassa a minha alma, porque perdi tudo que tinha, meu marido e outra minha filha, essa não posso perder mais, vou amamentá-la até ela desistir”.

Huang, Vargas & Parvez (2012) sustentam que a amamentação pode aliviar os sintomas maternos de estresse e depressão, promovendo uma autoimagem positiva e aumentando a ligação com os filhos; tem, portanto, o potencial de fomentar a relação materno-infantil e de sentimentos de apoio maternal de autoestima; limita a maternidade e a separação entre eles, permitindo que a mãe encarcerada seja mais cuidadora e consistente para seu bebê, proporcionando-lhe os benefícios da amamentação.

Entretanto, Winnicott (1999) avalia que “é complicado para a mãe estabelecer uma separação entre o desmame e esta questão da sobrevivência do objecto que se apresentou à destruição, devido aos processos evolutivos e naturais do bebê” (p. 27).

O aleitamento materno tem ainda vantagens emocionais, uma vez que automaticamente representa um “tempo extra” para a mãe e o filho estarem juntos, tempo esse em que o bebê pode observar e aprender a conhecer o rosto de sua mãe e sentir-se mais íntimo, fortalecido e protegido. Na prisão os bebês recém-nascidos permanecem com suas

mães na enfermaria do posto médico, mas os que já estão nas casernas vão para a creche; além disso, nos intervalos do trabalho das mães elas podem estar com eles na creche, para amamentá-los e ficarem um pouco juntos.

Para Maldonado (1982), do ponto de vista psicológico amamentar tem a grande vantagem de reduzir o efeito traumático da separação provocada pelo parto, unindo mãe e filho imediatamente (p. 55). A amamentação é extremamente benéfica tanto para as crianças quanto para as mães, pois – além de ajudá-los no crescimento –, faz bem à saúde, reduz os riscos de doença e melhora o estado emocional da mãe encarcerada.

Kublikowski (1984) salienta que para a mulher em especial, a preparação para “cuidar” está ancorada em seu próprio corpo, protetor e fonte de alimento. Além disso, cabe a ela dar esperança e estabelecer confiança em novos seres humanos (p. 10). A maioria das mães reclusas amamenta seus filhos, pois dizem ter orgulho de fazê-lo e que isso as leva a se sentirem mães de verdade. As que não amamentaram alegaram falta de leite, e que o choque que tiveram ao descobrir que estavam grávidas na cadeia mexeu muito com o seu estado psicológico. Apesar disso, lembraram que a instituição faz muito pelos filhos das detentas, pois oferece fraldas descartáveis, leite, iogurte, papas, roupas etc. Segundo elas, se estivessem em liberdade não teriam as mesmas condições que a cadeia lhes proporciona, por isso preferem ficar lá com os filhos. Para Maldonado (1982), as emoções afetam a lactação por meio de mecanismos psicossomáticos específicos, alguns dos quais já foram identificados. Calma, confiança e tranquilidade favorecem um bom aleitamento; por outro lado, medo, depressão, tensão, dor, fadiga e ansiedade tendem a provocar o fracasso da amamentação (p. 56).

A amamentação não é apenas o processo fisiológico de alimentar o bebê, pois envolve um padrão mais amplo de comunicação psicossocial entre a mãe e a criança e pode ser uma excelente oportunidade de aprofundar o contato e suavizar o trauma da separação provocado pelo parto. A mãe conhece seu bebê principalmente na hora de amamentá-lo; se ele reagir negativamente ao mamar ela já percebe que algo de errado está acontecendo. A amamentação estabelece uma cumplicidade entre os dois, na troca de sentimentos e na emoção transmitida por meio de olhares.

A relação materno-filial durante a amamentação pode se revestir de aspectos peculiares, tais como um maior aprofundamento do contato epidérmico e a transmissão recíproca de afeto por meio do olhar, dos movimentos rítmicos do corpo do bebê e do prazer

sensual estimulado pela sucção (MALDONADO, 1982, p. 57). Com base nas palavras de uma reclusa – “O facto de estar a amamentar meu filho é muito para mim, sinto que estamos ligados, fico triste quando ele olha e de seguida me dá um sorriso, me pego a chorar, o meu coração bate tão forte, mas logo me vem força para seguir e aguentar a cadeia” – Winnicott (1999) ressalta que, em vez de conselhos, tanto a mãe como o bebê precisam de recursos ambientais que estimulem a confiança da mãe em si própria (p. 22).

Essa mulher tem que passar por cima de muita coisa, aguentando repetidas humilhações, para poder criar um ambiente favorável para o seu filho. Para tanto, ela procura aprender com exemplos de boas reclusas condenadas, que já estão há anos na cadeia e que passaram pela experiência da separação de seus filhos. Integrar-se a grupos religiosos também costuma ser de grande ajuda, fazendo-a permanecer firme em sua fé e ganhar confiança em si mesma.

Nesse sentido, Winnicott (1999) sustenta que:

A alimentação natural deve ser dada no momento exacto quando o bebé a quer, e terminar quando o bebé cessa de querê-la. Este é o fundamento: Assim, a mãe permite ao bebé ter momentos de ilusão, como também de confiança, quando faz intervalos de alimentação de acordo com o tempo que ele possa tolerar”. (p. 70)

O relacionamento entre a mãe e o bebê, que é aprofundado através da amamentação, dá certa autonomia e confiança ao filho no sentido de aceitar ou negar algo que não lhe agrade. Com isso ele começa a criar espaços próprios para o seu desenvolvimento emocional, porque sabe que sua mãe está por perto. A privação da mãe nos primeiros anos de vida do filho pode gerar efeitos negativos no desenvolvimento da criança, o que constitui um desafio para ambos e especialmente para a saúde mental do bebê, que experimenta um relacionamento afetuoso, íntimo e contínuo com sua mãe na busca de satisfação e prazer, que muitas vezes pode não ser correspondido devido à situação que ela atravessa. Segundo Bowlby (2006), a mãe necessita sentir uma expansão de sua própria personalidade na personalidade de seu filho: ambos precisam se sentir profundamente identificados um com o outro. O autor acrescenta ainda que os cuidados maternos com uma criança não se prestam a um rodízio; trata-se de uma relação humana viva, que altera tanto a personalidade da mãe quanto a do filho, o prazer que a mãe e a criança obtêm da companhia um do outro.

Esse prazer profundo na identificação de sentimentos só é possível com um relacionamento contínuo e uma entrega total. Assim como o bebê precisa sentir que pertence à

sua mãe, esta também tem necessidade de sentir que pertence ao filho, e esta cumplicidade aumenta com a amamentação, com a troca de olhares, as carícias e o toque de pele.

Uma mulher só será capaz de dispensar atenção constante a seu filho, noite e dia, se sentir uma profunda satisfação por ver seu filho crescer e passar pelas diversas fases da infância desde bebê para se tornar um homem ou uma mulher independente, sabendo que foram seus cuidados de mãe que tornaram isto possível. (BOWLBY, 2006, p. 70).

A vida na prisão é muito complicada, e se torna ainda mais difícil sem o apoio familiar, quando não há como satisfazer as necessidades do filho. Este também é um dos motivos por que muitas reclusas amamentam até dois ou mesmo três anos, de modo a estarem próximas e ainda mais aumentarem a cumplicidade com os filhos. Toda mãe quer ver o filho crescer e se dar bem na vida, participar do seu crescimento, das tarefas escolares, levá-lo ao hospital para tomar vacinas, participar de suas brincadeiras; mas a vida no encarceramento não lhe permite essa vivência, e por isso essas mães vivem intensamente a presença dos filhos um dia de cada vez, porque não sabem o que será deles no futuro, quando já estiverem distantes delas.

Na cadeia tudo tem seus próprios limites, com espaços demarcados. Cada mãe deve cuidar do filho buscando não invadir a privacidade de outrem para não criar conflitos, o que pode aborrecer a mãe reclusa, que frequentemente acaba descontando suas frustrações e maltratando o filho inocente, que não entende a situação de proibição imposta à própria mãe. Apesar disso, a mãe jamais deixará de apoiá-lo, e este apoio dado pelo seu ego ao ego do bebê é digno de confiança (WINNICOTT, 1999, p. 6).

As mães reclusas culpam-se por quase tudo o que está relacionado com o seu bebê. Por conta disso, o ambiente propiciado pela mãe ao filho é que dará subsídios para que ele tenha um desenvolvimento sadio. Na verdade, a mãe é o próprio ambiente do bebê durante o estado de dependência; um ambiente que não é vantajoso para o desenvolvimento do bebê impedirá o seu autêntico amadurecimento, ameaçando a continuidade do seu crescimento.

Separação da mãe encarcerada com o filho

Na busca de sua alma e do sentido de sua vida, o homem descobriu novos caminhos que o levam para a sua interioridade: o seu próprio espaço interior torna-se um lugar novo de experiência (GALLBACH, 1995).

Transcorrido o prazo estabelecido de permanência do filho na cadeia, que é de até três anos, a mãe reclusa o entrega aos cuidados dos familiares ou a um abrigo. O momento da

separação entre mãe e filho é sempre relatado como doloroso, mas necessário (GOMES, 2010, p. 97). Choro, raiva, dor e tristeza dominam mãe e filho, com olhares de clemência e compaixão, sem saberem quando será o próximo encontro. Em sua explanação, a reclusa n° 1 declarou: *Não sei como viverei, quando chegar esse dia, ele sofre de células falciformes, requer muitos cuidados, as pessoas que estão na liberdade não terão a paciência que eu tenho. Sou estrangeira e aqui não tem ninguém para ficar com ele, pedi a és mulher do meu falecido irmão para leva-lo e depois enviar na minha mãe que vive no Congo democrático [...] Eu sinto muita dor no peito, só de saber que vamos nos separar.*

Com a separação e o rompimento dos laços afetivos que foram construídos ao longo dos três anos passados juntos, o que fica são as lembranças e o sentimento de culpa que o tempo não consegue apagar da memória desta mãe, causando-lhe raiva por tudo o que está vivenciando.

Gomes (2010) afirma que “a vontade de sair o quanto antes do aprisionamento e a culpa por estar submetendo o filho às condições prisionais servem como um alento no momento da separação”. Depois dessa separação, o que as mulheres encarceradas mais desejam é terminar sua pena e sair da prisão, para recuperar o tempo perdido ao lado do filho. Em sua maioria, elas consideram preferível que o filho vá para a casa de um familiar ou mesmo um abrigo, para estudar e não ter um futuro semelhante ao dela; no entanto, permanecem se culpando por tudo o que o filho está passando, seja dentro ou fora da prisão.

Bowlby (2006) acrescenta que a decisão de separar, por qualquer motivo, uma criança de sua família é muito séria, desencadeando uma série de acontecimentos que afetarão, em maior ou menor grau, toda a sua vida futura.

A separação de mãe e filho causa dor, apatia e muda totalmente a rotina de ambos; em contrapartida, a mãe acha que o filho deixará de conviver com situações conflituosas, ouvindo palavrões, sofrendo ameaças e tantas outras coisas que lhe causam sofrimento. Em suas falas as mães reclusas dizem que vai doer, mas reconhecem que será para o bem dos filhos. Uma outra presa acrescentou: *Sou condenada a 3 anos, rezo muito para quando chegar o tempo dela ir embora, chegue também a minha soltura, porque não irei aguentar a separação.*

Para Winnicott (2012) a ideia de separação tende primeiro a tornar a mãe insegura e disposta a fazer o que mandarem, independentemente de seus próprios sentimentos. O fato de admitir que terá de se separar do filho porque na cadeia há um limite para permanecerem

juntos faz com que a mãe fique ainda mais ansiosa e insegura com o futuro incerto do menor: não sabe o que acontecerá com ele, para onde será levado, ao passo que na cadeia ele está junto dela, gozando de certos direitos. A maioria das reclusas é pobre, de nível social muito baixo; por isso dizem que os filhos estão muito melhor na cadeia, porque na liberdade não teriam as mesmas condições – café da manhã, almoço e jantar, material higiênico, fraldas descartáveis, leite, roupas etc.

É uma crença comum, inclusive dos próprios pais, que tudo estaria bem se pelo menos os filhos fossem bem assistidos e cuidados; que se as crianças estivessem suficientemente desenvolvidas emocionalmente para suportar a separação, poderiam de facto beneficiar-se com a mudança. (p. 34)

Como a mãe reclusa sabe que após três anos será separada do filho, durante esse período ela procura ser uma boa mãe, criando laços afetivos sólidos, para então aos poucos preparar-se para a separação. É importante levar em conta que toda mãe quer o bem de seu filho independentemente do que tenha acontecido, aceitando passar por várias provações para vê-lo feliz.

Cuidar de crianças pode ser um trabalho árduo e desgastante, pode ser sentido como uma verdadeira tarefa. Mas ser privado dos próprios filhos é um tipo bem miserável de tarefa, que dificilmente terá algum atractivo para qualquer mãe ou qualquer pai, e somente poderá ser tolerado se o seu aspecto infeliz for devidamente levado em conta. Por essa razão, é necessário realmente fazer um esforço para descobrir o que sente uma mãe destituída de seus próprios filhos. (WINNICOTT, 2012, p. 39).

O sentimento de culpa torna a mãe agressiva, porque lhe foi tirado o que ela tinha de mais precioso: o seu filho. Como consequência, perde o medo e enfrenta qualquer situação. Todo o sofrimento e a mágoa que a mãe trazia no coração eram supridos pela presença do filho; com a separação, tudo volta novamente para a sua mente. Em sua declaração a reclusa nº 2 reconhece: *Sempre fui uma péssima mãe, carrego nos ombros o crime de homicídio, matei meu filho, acho que foi castigo de Deus, entrei grávida na cadeia, fui abandonada por todos, só me resta este meu filho que esta comigo, choro todos os dias quando penso na nossa separação; mas não tem outro jeito, espero quando sair da cadeia poder lhe encontra, e ficarmos juntos para sempre; porque só agora estou a dar o verdadeiro valor de ser mãe.* Gallbach (1995, p. 5) afirma que “em lugar de buscar causas, explicações psicopatológicas às nossas feridas e aos nossos sofrimentos, precisamos, em primeiro lugar, amar a nossa alma, assim como ela é. Deste modo é que poderemos reconhecer que estas feridas e estes sofrimentos nasceram de uma fala de amor” (p. 8).

Parkes (2009) sustenta que “as crianças reagem com muito sofrimento à separação e, na volta da mãe, agarram-se a ela e continuam a chorar raivosamente” (p. 94). Por isso uma das exigências do estabelecimento prisional é a proibição de crianças nas visitas, devido ao sofrimento causado em ambas – no filho, raiva pela ausência da mãe porque ele não compreende por que foram separados; e na mãe, pela ansiedade ao reencontrar o filho, pois devido à sua situação carcerária perdeu o direito de estar junto dele. Segundo uma funcionária do estabelecimento prisional objeto deste estudo, as crianças só entram no estabelecimento em épocas festivas (aniversário, natal e ano novo), porque na hora da separação o choro toma conta das mães e das crianças, e o que era para ser um momento de alegria transforma-se em tristeza. De acordo com Bowlby (2004a, 2004b), em outros casos a raiva da criança é a expressão do seu desespero. Para o autor, em certas ocasiões a hostilidade da criança em relação aos pais toma a forma de censura, por terem estado ausentes quando eram desejados (p. 305).

Com a ausência dos pais, principalmente da mãe, a criança por vezes tem comportamentos indecorosos (chora, recusa-se a comer, apresenta desempenho ruim na escola, não reage a brincadeiras com amigos etc.) para chamar atenção da mãe, como uma forma de punição. É como se quisesse perguntar: “Onde andaste?” “Por que me abandonaste?” Impossibilitada de desenvolver o apego, não confia em ninguém, com medo de tudo se repetir novamente.

Segundo depoimento das reclusas, ao se aproximar a data da separação o seu comportamento se modifica: ficam agitadas, ansiosas, e se tornam mais agressivas umas com as outras, como resultado da incerteza que sentem; não sabem o que será de seus filhos, se o lugar para onde irão é bom ou ruim, se serão bem cuidados; dariam tudo para que ficassem com elas na cadeia, porque ali nada lhes falta e não sabem em que condições as crianças estarão futuramente. No seu entender, como as pessoas não têm paciência umas com as outras, terão menos ainda com os filhos de mães presas. Todos esses pensamentos mexem com o estado psíquico dessas mães, trazendo-lhes tristeza e muita raiva pelos crimes cometidos e que as colocaram nessa situação de impotência.

Viafore (2005) aponta que o contato da mãe presa com o filho nos três primeiros anos de vida é primordial em razão da previsibilidade que o bebê constrói a partir do conhecimento maternal, culminando com as palavras de Stern (1997):

Após o nascimento de um bebé, o principal envolvimento psicológico activo da mãe é geralmente com as figuras maternas da sua vida - aquelas figuras que em realidade ou na fantasia (para o bem ou para o mal) vão proporcionar os aspectos psicológicos e educativos da matriz de apoio.

A separação pós-parto em virtude do encarceramento materno pode criar sofrimento psicológico e emocional nessas mães que sofrem uma perda tão grande, como a autonomia e o controle sobre os aspectos de sua maternidade. Depois da separação, o contato dos filhos com suas mães torna-se pouco frequente, causando-lhes mais tristeza e dor, pois até então elas se viam como uma base segura para os filhos.

5 REVISÃO DE LITERATURA

Os artigos selecionados durante a revisão de literatura foram obtidos por meio de um levantamento de publicações nacionais e internacionais junto às principais bases de dados, por áreas do conhecimento multidisciplinares: Portal de Periódicos CAPES, BIREME, MEDLINE, Lilacs, SciELO, PsycInfo e PubMed, acrescidos dos serviços do Google Acadêmico e DEDALUS, utilizando-se as seguintes expressões: *encarceration during pregnancy women* e *mother prisoners*.

Os critérios de inclusão privilegiaram temas sobre encarceramento feminino durante a gravidez, com vistas à compreensão do processo de encarceramento, separação da mãe/ filho, maternidade atrás das grades, transtornos psicológicos derivados do cárcere e a experiência de gravidez e amamentação.

Após leitura dos resumos, os artigos selecionados foram classificados e quantificados em categorias temáticas e agrupados por intervalos de anos. O período de 2000 a 2013 foi então definido para fins de pesquisa. Inicialmente foram instituídas categorias com base nos descritores de assunto. Contudo, dada a diversidade de termos descritos, optou-se por ler os resumos e adotar categorias que melhor representassem o objeto de pesquisa.

No que tange ao encarceramento feminino durante a gravidez, encontrou-se um número significativo de 48 artigos. Foram também coletados 40 artigos sobre mães presas, em um total de 88 artigos. Deste número, devido à temática mais próxima do assunto aqui investigado, foram selecionados sete artigos, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado, todos relacionados à reclusão de mulheres grávidas e mulheres que vivem com os filhos na prisão.

Foram excluídos artigos sobre temas associados a prisão masculina, filhos de mulheres presas e saúde das mulheres reclusas, uma vez que não condiziam com o foco desta pesquisa. Artigos cujos textos não se encontravam acessíveis também foram eliminados.

Os artigos selecionados, como será detalhado a seguir, mostram como as mulheres grávidas presas descrevem suas experiências durante o processo de reclusão e separação do filho.

O estudo fenomenológico de Wisniewski (2000), realizado nos Estados Unidos da América, explorou as experiências vividas por mulheres grávidas na prisão. Vários problemas

psicológicos durante a gravidez são influenciados pelo ambiente prisional associado a diversas características psicossociais distintas da população carcerária. Esse estudo identificou quatro categorias relacionadas a mulheres grávidas encarceradas: aumento de estresse, restrição ambiental, alterações no sistema de apoio social e deslocamento da função materna, que podem gerar raiva, tristeza, depressão, separação e incapacidade de cuidar dos próprios filhos. Doze mulheres grávidas encarceradas, com idades compreendidas entre 22 e 36 anos, foram entrevistadas, sendo-lhes fornecido um diário no qual podiam expressar seus pensamentos e sentimentos. Os resultados mostraram que, independentemente do apego materno fetal, várias emoções tomam conta dessas mulheres, tais como o isolamento, altos níveis de estresse e preocupação com a separação dos filhos. O autor salienta que mães encarceradas devem ser assistidas com vistas à identificação de seus pontos fortes e definição de metas pessoais. A situação peculiar em que essas mulheres se encontram destaca a necessidade de analisar e rever as políticas e práticas que afetam negativamente todas as mães encarceradas, enquanto se esforçam para manter sua identidade com os filhos.

Cardoso (2003), em pesquisa qualitativa desenvolvida em Portugal, investigou a história de vida de mães com filhos encarcerados, ilustrando os sentimentos e anseios dessas mulheres que optam por ficar perto de seus filhos enquanto permanecem presas. Ao longo do estudo, foi utilizado o método de observação e entrevista com duas reclusas que vivem com seus filhos no encarceramento. A autora conclui que, para a maioria das mulheres presas, o sofrimento torna-se ainda maior se os filhos estão em casa, pois os laços afetivos são geralmente afetados, por vezes destruídos. Em suma, é grande a luta dessas mães para não serem esquecidas pelos filhos.

Ainda em relação à prisão da mulher grávida, Knight & Plugge (2005) fizeram uma revisão sistemática da literatura, incluindo vários artigos publicados nos EUA, para investigar a associação entre a prisão da mulher durante a gravidez e os resultados dessa ocorrência, visto que a gravidez costuma ocasionar problemas específicos em mulheres presas, por se sentirem mais isoladas, impotentes e ansiosas sobre possíveis separações de seus filhos. Foram analisados dois grupos de controle distintos, envolvendo: (1) mulheres grávidas não reclusas; e (2) gestantes presas. Participaram dessa pesquisa 1.960 gestantes presas e 10.856 grávidas desfavorecidas, entre 25 e 30 anos. Os resultados destacaram as prisioneiras grávidas como uma população de alto risco, sugerindo que a prisão tem um efeito benéfico sobre os resultados da gravidez nessas mulheres, por oferecer-lhes comida, abrigo, garantia de cuidados pré-natais e proteção contra parceiros abusivos. Em contrapartida, essas mulheres

mostram-se mais estressadas, ansiosas e deprimidas quando comparadas às mulheres desfavorecidas. As autoras concluíram, portanto, que mulheres grávidas presas apresentam melhores resultados em relação às mulheres desfavorecidas, com bebês menos propensos a apresentarem baixo peso ao nascer ou natimortos, comparados ao que ocorre com mulheres do grupo de controle desfavorecido.

A experiência das mães encarceradas no que tange a desconexões, perdas, traumas e separações dos filhos foi avaliada, em uma abordagem qualitativa, por Poehlmann (2005), também nos EUA, com 98 mães encarceradas. Para estas mães, a separação de suas crianças é um fato altamente estressante e desorientador, causando-lhes reações de intensos sentimentos de depressão, angústia ou culpa. Durante o estudo, as mulheres são estimuladas a refletir sobre seus comportamentos e experiências passadas, de modo a levá-las a vivenciarem as primeiras experiências traumáticas que as impeliram ao crime. Esse processo pode ajudá-las a reconhecer os fatores negativos que afetaram suas vidas, para fins de recuperação. Os resultados revelaram o intenso sofrimento que as acomete quando são separadas de seus filhos. Em consequência, a autora recomenda urgência na implantação de serviços de saúde mental nas prisões femininas, especialmente no que concerne às mulheres traumatizadas pela separação dos filhos.

Ramos *et al.* (2007) fizeram um estudo transversal descritivo e correlacional, de abordagem quali-quantitativa, com o objetivo de descrever as características das mulheres grávidas encarceradas e daquelas que, em regime fechado, mantêm os filhos em sua companhia. Participaram das entrevistas todas as gestantes que ingressaram em uma prisão feminina do estado do Rio Grande do Sul em um período de seis meses, bem como todas as mães acompanhadas dos filhos que vivem no mesmo cárcere.

Constatou-se que o estigma de ser uma presidiária influencia na gravidez e nas relações com os filhos, provocando desorganização, desorientação, destruição física e psíquica, e afetando principalmente o momento do parto, quando a gestante está entregue à própria sorte. Os resultados diagnosticados visam contribuir com uma discussão científica para a agenda pública brasileira, buscando implementar programas preventivos inseridos dentro das comunidades carentes de forma a reduzir a violência e a criminalidade, bem como incentivar discussões acerca de novas atuações dentro dos estabelecimentos prisionais femininos.

Cardoso (2003) e Ramos *et al.* (2007) concluíram que, por ser a prisão uma instituição de caráter punitivo que gera estigma por parte da população em geral, cabe aos órgãos de direito velarem por uma mudança de mentalidade em prol da melhoria dos conceitos, leis e condições de reclusão dessas mulheres e de seus filhos, de modo a contribuir para uma melhor reeducação e a conseqüente reintegração à sociedade.

A pesquisa realizada por Hutchinson *et al.* (2008) nos EUA discorre sobre o funcionamento psicológico do encarceramento feminino durante a gravidez, objetivando explorar as experiências de mulheres reclusas que estavam grávidas ou aguardavam o momento de separação de seus filhos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 25 prisioneiras grávidas, na condição de detidas, com idades compreendidas entre 20 e 43 anos, ou que já tinham se separado de seus bebês nos últimos dois meses. Nas narrativas, essas mulheres falaram de suas lembranças da gravidez e do parto, bem como da experiência de estarem separadas de uma criança recém-nascida. Quatro temas distintos foram abordados, estivessem elas grávidas ou já separadas de seus bebês há dois meses: (1) apego aos filhos e reaproximação com outras presidiárias; (2) guarda dos filhos e visita familiar; (3) apoio social e enfrentamento; (4) questões de reclusão em geral. Foi-lhes solicitado que preenchessem um questionário de autorrelato para fins de avaliação do sofrimento psicológico, abrangendo depressão, ansiedade e hostilidade. Além disso, foram analisadas as lembranças das presas com relação às suas progenitoras (figuras de mães) durante a infância, de forma a ajudá-las a reviver a relação entre o passado e a vida atual na prisão. Os resultados indicaram que o funcionamento psicológico afeta não somente as presas, mas também a saúde de seus filhos mesmo antes do nascimento; ademais, podem auxiliar no entendimento de como a tensão psicológica sofrida por essas mulheres afeta sua experiência de gravidez.

Na mesma direção, a pesquisa feita por Huang *et al.* (2012) nos EUA descreve que o sucesso do aleitamento materno cria uma experiência única entre a mãe e o seu bebê, contribuindo para a formação de uma identidade materna positiva e de boa capacitação. Com a amamentação inicia-se um novo processo de maternidade, que traz consigo a esperança de que, no regresso para casa, ela terá a oportunidade de desempenhar suas funções maternas. O processo de amamentação pode aliviar os sintomas maternos de estresse e depressão, promovendo uma autoimagem positiva. A pesquisa aqui descrita fez uso de entrevistas semiestruturadas envolvendo 20 mulheres grávidas encarceradas, além de questionários. Os resultados revelaram que a amamentação favorece a confiança e o fortalecimento de laços

afetivos entre mãe e filho. É uma maneira importante e natural de apego das mães com seus filhos, pois amamentar é uma forma ativa de participação na maternidade.

A dissertação de mestrado de Gomes (2010), intitulada “A prisão do feminino e as mulheres nas prisões”, faz um recorte sobre a maternidade encarcerada. Defendida na Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro – UFF, teve como objetivo a experiência do encarceramento e maternidade de 27 reclusas, entre 21 e 37 anos, que tiveram seus filhos no sistema penitenciário durante o cumprimento da pena. Os sujeitos de pesquisa foram entrevistados, sendo-lhes solicitado que falassem sobre a relação do presídio com a maternidade e a incompatibilidade entre as duas condições: ser mãe e presidiária.

Dentre os aspectos que surgiram, destacaram-se: a construção do mito materno como ponto central para composição da narrativa; mulheres atrás das grades; mudanças ocorridas pós-maternidade na prisão; e como foi tornarem-se mães em um ambiente tão sombrio e perverso. Foram ressaltados os momentos do parto e da separação com o filho. De acordo com os relatos, a prisão é algo assustador que se torna apavorante no momento do parto, quando a mulher está sozinha, sem aliados, tratada como alguém que não merece cuidados e reduzida “a lixo”, o que lhe causa profunda revolta. A maternidade aprendida com dor, agravada pela ausência de familiares, é uma das lições que a prisão ensina.

O estudo de Azevedo (2010), intitulado “Controle e resistência em uma penitenciária feminina: o caso do Talavera Bruce” (penitenciária em Bangu, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro), descrito em uma tese de doutoramento defendida na PUC-SP, teve como base a análise de diferentes instrumentos de “controle” das autoridades e de mecanismos de “resistência” das presas em um ambiente de poder extremamente assimétrico, mas que se organiza em nome de uma determinada ordem. Para tal narrativa, priorizou-se o levantamento direto de informações envolvendo diversos intervenientes tais como reclusas, funcionárias e familiares. Foi utilizado o método de observação durante uma jornada (das 10h às 17h) por semana, em diferentes dias, ao longo de seis meses consecutivos. O ambiente prisional, apesar da razoável estrutura, é extremamente deprimente. As mulheres parecem duplamente encarceradas, tanto por sua condenação penal como pela solidão de cuidar de uma criança de forma totalmente dependente, sem poder contar com o apoio de familiares, e ainda encarando o fato de que aquele envolvimento profundo é extremamente frágil, e que em breve irão se separar. Segundo a autora, o sentimento que mais transpareceu nas narrativas dessas mulheres durante a pesquisa foi a dor das mães pela separação, causando-lhes a frustração de não

poderem acompanhar o crescimento dos filhos, exacerbada pelo medo de se tornarem estranhas para eles.

Os estudos de Gomes (2010) e Azevedo (2010) relatam fragmentos da vida na prisão, histórias de mulheres que passaram pela experiência de ser mães em um ambiente estranho, e de sua maneira de encarar a maternidade e os primeiros anos de vida de seus filhos sem o apoio familiar e dependendo totalmente do auxílio prestado pelos atores prisionais.

Por conseguinte, e com base na revisão dessas pesquisas, é possível identificar a influência do impacto negativo da prisão sobre a vida das mulheres presidiárias. O sofrimento psicológico, o estigma e a discriminação associados ao encarceramento, foram identificados nos resultados de todos os autores citados, afetando diversos aspectos da vida das mulheres grávidas e de seus filhos e provocando sentimentos e situações desastrosas, tais como: culpa, angústia, tristeza, vergonha, exclusão social, perda de apoio familiar, humilhação, medo, agressões físicas e verbais por parte das presidiárias, entre outros. Ao perceberem o permanente estigma contra si mesmas e seus filhos, as reclusas tiveram a saúde afetada por depressão, estresse, ansiedade e isolamento, em paralelo com a manifestação de um sentimento de poder, pois, apesar de tudo, passaram a exercer a dupla função de mãe e presidiária.

Em suma, todos os dados acima apresentados apontam para a constante necessidade de repensarmos novos modelos que possam ser revertidos em uma melhora na vida da mãe presidiária. De acordo com os resultados analisados, a vida na prisão, associada à gravidez e à separação dos filhos, é muito frustrante, independente da localização geográfica e do contexto histórico. Trata-se de uma questão política, que deve ser encarada como preocupação em nível mundial devido à sua tamanha complexidade, com especial ênfase na revelância da melhoria das condições carcerárias.

6 MÉTODO DE PESQUISA

6.1 Escolha do método: pesquisa qualitativa e quantitativa

A presente pesquisa tem cunho qualitativo e quantitativo, uma abordagem de investigação que combina ambas as modalidades (CRESWEL, 2010). Optamos por este tipo de pesquisa porque permite ampliar o entendimento incorporado por elementos como o sofrimento da prisão, o processo de maternidade, a criação do filho, a separação entre mãe e filho e a depressão nas participantes. A utilização desses dois métodos visa comparar o índice elevado de depressão nas participantes, traçando um paralelo entre as falas presentes nas entrevistas semiestruturadas e as questões sociodemográficas.

6.2 Objetivos da pesquisa

6.2.1 Objetivos gerais

- a) Compreender a experiência das mulheres encarceradas em relação aos seguintes aspectos:
 - formas de enfrentamento da vida prisional
 - gestação
 - amamentação
 - partição
 - criação do filho
 - separação aos três anos
 - continuidade dessa relação após a separação
- b) Observar a presença de depressão nessas mulheres.

6.2.2 Objetivo específico

Observar uma possível correlação entre depressão e:

- estado civil
- tempo de reclusão
- nível de escolaridade
- com quem moram os filhos
- apoio familiar
- filhos que ficaram em liberdade

6.3 Participantes

A amostra deste estudo é composta por 20 mulheres grávidas ou que vivem com os filhos na prisão.

As participantes foram selecionadas pelos funcionários do estabelecimento prisional feminino de Viana e obedeceram aos seguintes critérios de inclusão:

- idade entre 18 e 41 anos;
- mulheres grávidas;
- mulheres que vivem com os filhos na prisão.

6.4 Local das entrevistas

A pesquisa teve lugar no estabelecimento prisional feminino de Viana, em Luanda, República de Angola, onde as reclusas se encontram internadas.

Antes do contato com as reclusas a pesquisadora foi recebida pela Diretora e pela Diretora Adjunta do estabelecimento, ocasião em que explicou o objetivo da pesquisa e lhes apresentou autorização assinada pelo Diretor Nacional dos Serviços Prisionais. Em seguida foi apresentada à Chefe da Reeducação, que gentilmente se dispôs a cooperar durante o período que a pesquisadora ali permaneceu.

Foi-lhe cedido um espaço situado em um terraço voltado para o pátio interno, local em que as reclusas passam a maior parte do tempo tomando sol. O barulho era perturbador, a presença constante das agentes prisionais a importunava bastante, mas como o gosto pela pesquisa superava esses percalços nada conseguiu atrapalhar o seu objetivo. Os dias e horários para a aplicação das entrevistas foram marcados de acordo com a disponibilidade de funcionamento da prisão: não podiam começar antes da 9h devido à formatura das funcionárias¹⁰, e só poderiam se estender até às 12h, devido à hora do almoço.

6.5 Instrumentos de coleta de dados

Os seguintes instrumentos foram utilizados pela pesquisadora:

¹⁰ Uma espécie de reunião em que as funcionárias tomam ciência das ocorrências da noite anterior e das tarefas a serem realizadas durante aquele dia.

- *Questionário Sociodemográfico*: para a coleta de dados básicos de identificação dos sujeitos de pesquisa, tais como idade, estado civil, profissão, nível de escolaridade, tipo de crime cometido, tempo de reclusão e tempo a cumprir, tempo de gravidez, idade dos filhos que nasceram na prisão, números de filhos, com quem moram os filhos, idade dos filhos em liberdade e presença de apoio familiar. (ANEXO III)

- *Entrevista Semiestruturada*: composta de perguntas abertas, relacionadas à vida das mulheres grávidas e das que vivem com os filhos na prisão. O roteiro da entrevista foi elaborado especificamente para esta pesquisa. (ANEXO IV)

- *Teste para depressão de Beck*: para medir os níveis de depressão das participantes.

O inventário de depressão de Beck (BDI-II) é um instrumento de autoaplicação composto por 21 itens, cujo objetivo é medir a intensidade da depressão em adultos e adolescentes. O BDI-II é pontuado mediante a soma das avaliações para esses 21 itens. Cada item é avaliado segundo uma escala de quatro pontos, que varia de 0 a 3. A pontuação total máxima é 63. Cada um desses itens contém sete opções com valores ordenados como 0, 1a, 1b, 2a, 2b, 3a e 3b, para diferenciar o aumento e a diminuição do comportamento ou da motivação.

6.6 Procedimentos

A amostra foi selecionada pela Chefe da Reeducação, com a utilização de critérios de inclusão, seguida de um esclarecimento às participantes sobre o trabalho. Caso houvesse interesse da reclusa em participar, ela era encaminhada ao terraço para a entrevista com a pesquisadora. Após verificar se a reclusa estava grávida ou vivia com o filho na prisão, em caso positivo a pesquisadora lhe explicava detalhadamente de que tratava a pesquisa, ressaltando a não obrigatoriedade de sua participação e garantindo que, se a reclusa não quisesse participar, não sofreria qualquer punição por parte da cadeia. Em caso de interesse, a reclusa deveria assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, ANEXOS I E II) autorizando sua participação na pesquisa e a respectiva gravação em áudio. Em seguida era-lhe solicitado o preenchimento do questionário de Beck (2011), com a explicação de que ele se destinava à avaliação do nível de depressão das participantes. No caso das participantes analfabetas, a pesquisadora lia e relia as perguntas do questionário de forma que pudessem entender e selecionar a resposta devida. O teste para depressão de Beck foi então aplicado ao término da entrevista.

6.6.1 Computação dos resultados

Os dados foram transcritos das fitas em que foram gravadas as entrevistas. Após a transcrição literal de todas as fitas, lidas e relidas, foi realizada a análise de conteúdo e a categorização dos conteúdos da entrevista. A análise de conteúdo dos dados coletados começou com a busca dos temas. Esta análise temática procurou por conteúdos que emergiram em relação a outros fatores, e assim as categorizações foram sendo constituídas e cuidadosamente compreendidas (o que era dito de forma verbal e não verbal). A interpretação dos dados foi feita de acordo com as teorias que fundamentam este estudo.

A análise do conteúdo foi direcionada fundamentalmente ao sofrimento causado pelo processo de maternidade e pela separação dos filhos na prisão.

O teste de depressão foi contabilizado de acordo com a pontuação, incluindo desde a depressão mínima até a grave.

Foi feito um estudo de correlação entre níveis de depressão e as variáveis pesquisadas.

6.7 Cuidados éticos

O projeto desta pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil – nº CAAE 34709314.10000.5482 – e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Os procedimentos realizados nesta pesquisa obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa de Seres Humanos, conforme a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Após parecer favorável, deu-se início à coleta de dados no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, em Luanda, Angola, já aprovada pela direção dos serviços prisionais.

7 RESULTADOS

Na análise dos resultados da presente pesquisa, a fim de preservar a identidade das participantes atribuímos números (1 a 20) a cada uma das reclusas que contribuíram com entrevistas.

7.1 Tratamento estatístico dos dados

Os dados coletados com base nas entrevistas realizadas com as 20 detentas foram inicialmente processados no programa Excel, e as respostas às questões fechadas foram então transportadas para o programa SPSS 20.0¹¹ (DANCEY; REIDY, 2006). Por se tratar de uma amostra pequena (n=20), foram utilizados testes não paramétricos (SIEGEL; CASTELLAN, 1988). O teste de χ^2 (qui quadrado)¹² foi utilizado para verificar a heterogeneidade do grupo em relação à variável nível de depressão. Recorremos também ao teste de Kruskal Wallis¹³, que permite comparar uma variável ordinal entre mais do que dois grupos independentes. O nível de significância utilizado foi de 0,05. Os gráficos apresentados neste trabalho foram construídos com o auxílio do programa Excel.

As respostas às perguntas abertas foram tratadas pelo programa SPAD-T (LEBART; SALEM, 1988), procedimento que permitiu relacionar as respostas entre as questões abertas e fechadas. Neste sentido, foram extraídas as frases mais características de cada grupo de pessoas.

O quadro sociodemográfico a seguir fornece dados sobre as reclusas participantes e as categorias dos casos estudados.

¹¹ Software produzido pela SPSS Inc. e adquirido pela IBM em 2009. A mais recente versão é a IBM SPSS Statistics (2014). Disponível em: <http://www-01.ibm.com/software/analytics/spss/>.

¹² Teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis e avaliar a associação existente entre variáveis qualitativas.

¹³ Teste não paramétrico utilizado para comparar três ou mais populações.

Quadro 1 – Distribuição da amostra segundo características sociodemográficas

Dados sociodemográficos				
Participante	Idade	Estado civil	Escolaridade	Profissão
1	31	União estável	Ensino médio incompleto	cabeleireira
2	37	União estável	Não estudou	do lar
3	41	Separada	Não estudou	vendedora
4	26	Solteira	Superior incompleto	costureira
5	27	Solteira	Superior incompleto	tesoureira
6	31	União estável	Ensino médio incompleto	vendedora
7	21	Solteira	Fundamental completo	do lar
8	37	Separada	Fundamental incompleto	do lar
9	38	Separada	Ensino médio completo	cabeleireira
10	23	Separada	Não estudou	vendedora
11	18	Solteira	Não estudou	vendedora
12	29	Separada	Ensino médio incompleto	vendedora
13	38	União estável	Não estudou	vendedora
14	38	Solteira	Não estudou	vendedora
15	33	Solteira	Fundamental incompleto	esteticista
16	31	União estável	Não estudou	vendedora
17	20	Viúva	Fundamental completo	vendedora
18	25	Solteira	Fundamental completo	cabeleireira
19	28	Viúva	Fundamental incompleto	vendedora
20	23	Solteira	Fundamental incompleto	cabeleireira

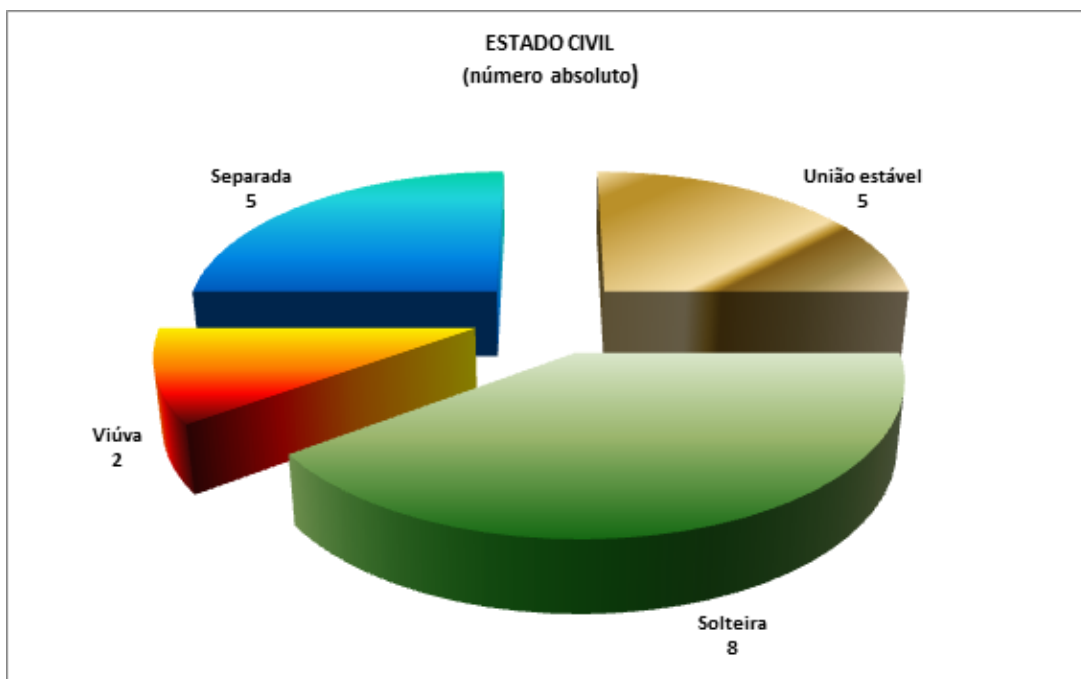
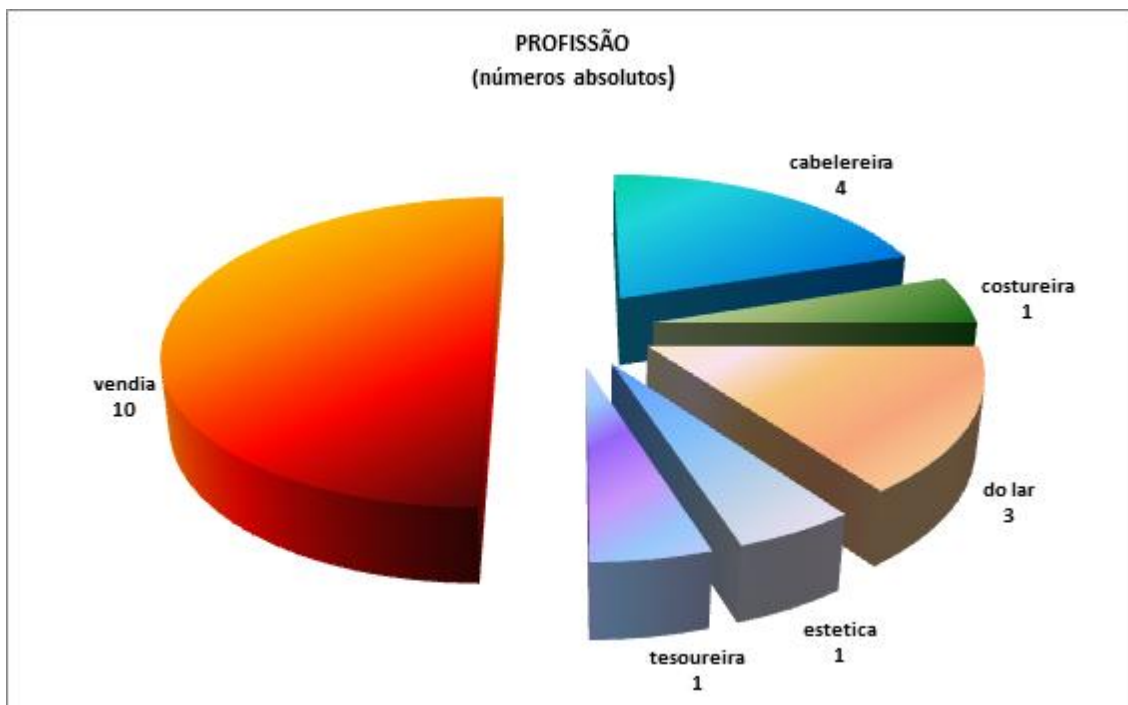
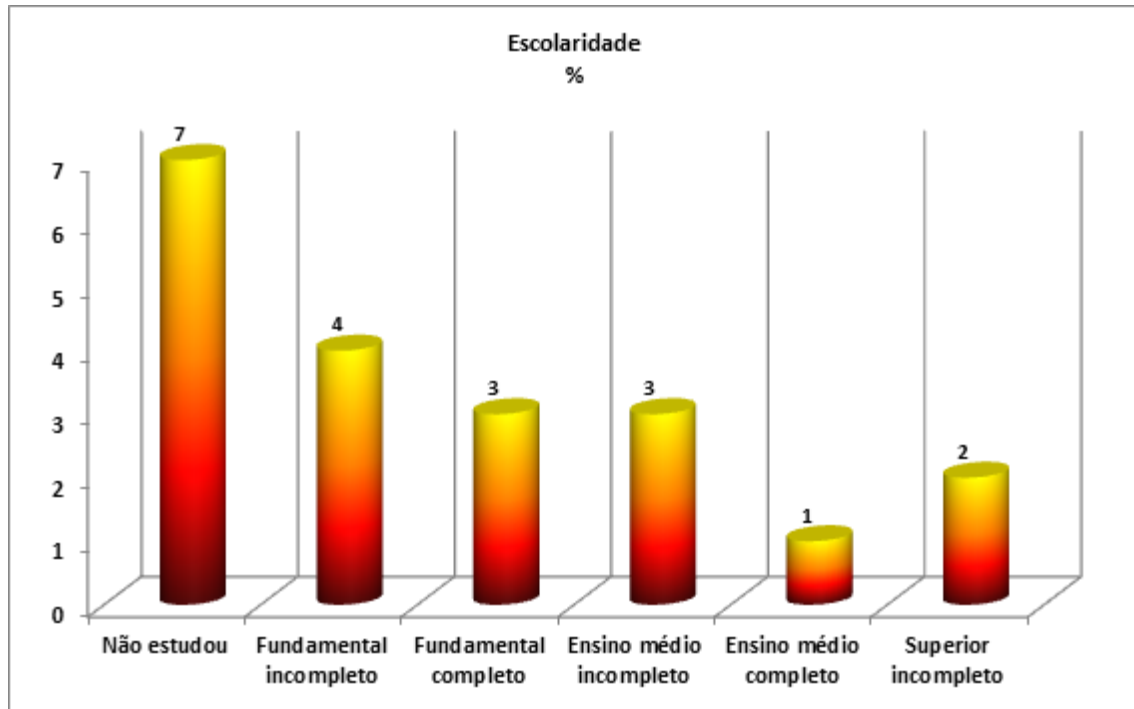
Gráfico 1 – Estado civil das mães presas**Gráfico 2** – Profissão das mães presas

Gráfico 3 – Escolaridade das mães presas

Participaram da pesquisa 20 reclusas. Deste total, 10 estavam grávidas e as demais viviam com os filhos na prisão, com faixa etária entre 18 a 41 anos de idade e nível de escolaridade assim distribuído: sete participantes sem qualquer estudo, quatro com ensino fundamental incompleto, três com ensino fundamental completo, três com ensino médio incompleto, uma com ensino médio completo e duas com ensino superior incompleto. Em relação ao estado civil das participantes, há cinco com união estável, cinco separadas, oito solteiras e duas viúvas. Profissionalmente, estão distribuídas entre dez vendedoras, quatro cabeleireiras, três do lar, uma costureira, uma tesoureira e uma esteticista.

Quadro 2 – Distribuição da amostra quanto a maternidade e família

Descrição dos dados quanto à maternidade e família						
Participante	Tempo de gravidez (meses)	Idade dos filhos que nasceram na prisão (anos)	Nº de filhos	Com quem moram	Idade dos filhos que estão na liberdade	Apoio familiar
1	5	.	3	Com família/amiga	14,11,1	Sim
2	6	.	3	Sozinhos	11,9,4	Não
3	0	.	10	Sozinhos	20,18,16,14,12,10,8,5,3,1	Não

4	6	.	0	Não tem filhos		Sim
5	4	.	0	Não tem filhos		Sim
6	8	.	2	Com família/amiga	14,8	Sim
7	5	.	1	Com família/amiga	2	Não
8	8	.	5	Sozinhos	17,13,11,4,2	Sim
9	0	.	3	Com família/amiga	17,8,4	Sim
10	6	.	0	Não tem filhos		Não
11	0	10 meses	1	Na prisão com a mãe		Sim
12	7		2	Com família/amiga	7,5	Não
13	4		5	Com família/amiga	20,17,14,13,5	Sim
14	0	.	7	Com família/amiga	22,17,16,14,11,8,5	Sim
15	0	3 anos	2	Na prisão com a mãe / família	9	Não
16	0	7 meses	4	Na prisão com a mãe / família	13,5	Não
17	0	8 meses	2	Na prisão com a mãe /família	5	Não
18	0	1 ano e 6 meses	1	Na prisão com a mãe		Não
19	0	2 anos e 4 meses	3	Na prisão com a mãe /família	7,4	Não
20	0	1 ano e 8 meses	1	Na prisão com a mãe		Não

O quadro acima descreve a situação das entrevistadas quanto a maternidade e família. Das 20 participantes da entrevista, dez estão grávidas, sete tiveram seus filhos (nasceram) na prisão e três ingressaram com os filhos. Das dez grávidas, o tempo de gravidez assim se distribui: duas mulheres com 8 meses, uma com 7 meses, três com 6 meses, duas com 5 meses

e duas com 4 meses. Quanto às idades dos filhos que nasceram na prisão, estão assim representadas: 7 m, 8m, 10 meses, 1 ano e 7 meses, 1 ano e 8 meses, 2 anos e 4 meses e 3 anos.

Em relação ao número de filhos das entrevistadas, uma mãe tem 10 filhos, uma tem 7 filhos, duas têm 5 filhos, uma tem 4 filhos, quatro têm 3 filhos, quatro têm 2 filhos e quatro têm 1 filho. Sobre a questão com quem moram os filhos, estes estão distribuídos em cinco grupos: os que moram na prisão, os que moram na prisão ou com a família, os que moram sozinhos, os que moram com a família ou amigas e as que ainda não têm filhos (estão grávidas). Há sete mães cujos filhos moram com a família ou amigas, três com filhos morando sozinhos, três cujos filhos moram com as mães na prisão, três que não têm filhos, e quatro cujos filhos moram na prisão ou com a família. As idades dos filhos das entrevistadas variam entre 1 e 22 anos.

Do total de participantes entrevistadas, nove recebem apoio familiar, ao passo que onze não têm qualquer apoio dessa espécie.

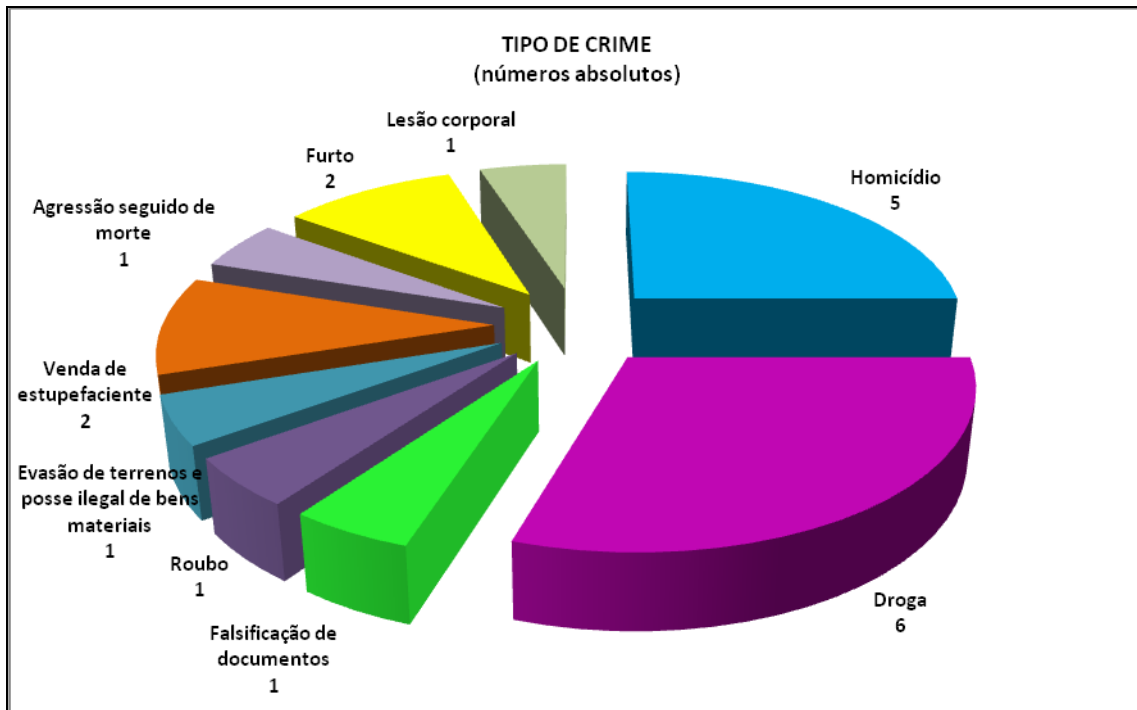
Quadro 3 – Distribuição da amostra em relação ao tipo de crime e tempo de reclusão

Tipo de crime e tempo de reclusão			
Participantes	Tipo de crime cometido	Tempo de reclusão em meses	Tempo a cumprir
1	Droga	4	Detida*
2	Evasão de terrenos e posse ilegal de bens materiais	5	Detida*
3	Agressão seguida de morte	4	Detida*
4	Roubo	4	Detida*
5	Furto	3	Detida*
6	Droga	7	Detida*
7	Furto	3	Detida*
8	Lesão corporal	3	Detida*
9	Droga	26	1 ano e 2 meses

10	Homicídio	3	Detida*
11	Venda de estupefaciente	7	Detida*
12	Droga	4	Detida*
13	Venda de estupefaciente	3	Detida*
14	Homicídio	6	Detida*
15	Falsificação de documentos	27	9 meses
16	Droga	15	2anos e 9 meses
17	Homicídio	3	Detida*
18	Droga	19	2 meses
19	Homicídio	24	12 anos
20	Homicídio	24	8 anos

* Detida: a reclusa ainda não foi julgada

Gráfico 4 – Tipos de crime cometidos pelas mães presas



Neste gráfico abordamos o tipo de crime cometido pelas participantes das entrevistas. Dentre os diversos crimes temos seis reclusas por crime de droga, uma por crimes de invasão de terrenos e posse ilegal de bens materiais, uma por agressão seguida de morte, uma por roubo, duas por furto, uma por lesão corporal, cinco por homicídio, duas por venda de estupefaciente e uma por falsificação de documentos. Quanto ao tempo de reclusão, distribuimos a amostra em meses: uma participante está presa há 27 meses, uma está presa há 26 meses, duas há 24 meses, uma há 19 meses, uma há 15 meses, duas há 7 meses, uma há 6 meses, uma há 5 meses, quatro há 4 meses, e seis estão presas há 3 meses. Quanto ao tempo que as participantes têm a cumprir na prisão, estão assim distribuídas: 14 são detidas, o que significa que estão à espera do julgamento, e as restantes seis são condenadas; para estas, uma falta cumprir 12 anos, uma falta cumprir 8 anos, uma falta cumprir 2 anos e 9 meses, uma falta cumprir 1 ano e 2 meses, uma falta cumprir 9 meses e uma falta cumprir 2 meses.

Finda a análise de conteúdo das entrevistas com as participantes da pesquisa, chegou-se a um total de 10 categorias com base nas suas falas sobre as experiências vividas na prisão:

- 1) Sofrimento quanto à vida prisional
- 2) Estado emocional durante a gravidez, oscilação de humor e projetos interrompidos
- 3) Significado da amamentação
- 4) Momento de dar à luz
- 5) Criação do filho no ambiente prisional
- 6) Processo de separação
- 7) Relação pai/ filho e marido/ mulher após aprisionamento
- 8) Relação entre presas dentro da prisão
- 9) Religião e crenças espirituais como apoio à vida prisional
- 10) Acompanhamento psicológico e psiquiátrico

Foram utilizados trechos dos discursos das participantes para ilustrar os conceitos explorados na análise das categorias acima selecionadas.

Quadro 4 – Categoria 1: Sofrimento quanto à vida prisional

Participantes	Sofrimento quanto à vida prisional
1	A vida aqui é muito sofrida, é uma tentação, sempre alguém vem te provocar, até por causa do teu crime ficam com raiva, não acreditam que és inocente
2	Suporto a vida na cadeia vivendo assim mesmo triste, penso nas criança que ficaram em casa sozinhos, estou a comer mas o meu coração ficou lá em casa, nas crianças,
3	Ninguém suporta a vida prisional é sofrimento, nós aqui estamos a sofrer muito
4	Eu não suporto a cadeia, não aguento a vida daqui, ontem estava a chorar muito
5	A vida da cadeia é de muita tristeza e humilhação, aqui tudo é difícil, ninguém suporta, leio a bíblia sozinha, não vou a igreja porque elas são falsas
6	A vida da cadeia muito dura
7	A vida aqui é penoso e muito triste, a pessoa fica sem rumo
8	A vida é insuportável, a pior tentação esta aí dentro, cada um tem o seu hábito e costumes, não entendo a situação e me irritado com tudo. Mas na cadeia tem sempre alguém para aconselhar.
9	Não sei, se desse para voar sairia daqui, não suporto isso nem um bocado, é tanta coisa que nem vale a pena, depois é um lugar onde estamos misturados com todo tipo de gente com hábitos e costumes diferentes, não é fácil
10	A vida aqui é só já Deus, cometi tenho que suportar a cadeia é só Deus na minha vida
11	A vida na cadeia é muito triste, você não tem controle de nada, tudo é vigiado
12	A vida prisional é difícil, pensei que não iria aguentar, mas quando vi pessoas que estão presas a 10 anos, chorei e vi que a única solução é seguir em frente, porque você quando esta na liberdade não aguenta ficar um dia dentro de casa, quer sair, mas aqui você fica
13	A vida na cadeia estou a viver mesmo assim, já estou presa não posso fazer nada, sair não dá, é só aguentar, até Deus abrir as porta para sair
14	Entrego tudo nas mãos de Deus, ele é quem me cuida, ele é quem sabe da minha mudança para poder aguentar, a vida na cadeia, porque não é fácil
15	Estou a sofrer muito com a vida na cadeia, não posso fazer nada, tudo aqui é proibido, é duro estar aqui
16	A vida na prisão esta dura, mais vai passar, estou com os meus dois filhos na cadeia, um dorme comigo e o outro esta na outra caserna com uma moça sul africana lhe dei para tomar conta a noite. Os meus bebes não choram
17	É horrível a vida na cadeia, muito difícil, não suporto, eu já estava habituada lá fora a viver uma vida sem regras, embora não era assim tão fácil mas já estava habituada, estava na minha casa acordava a hora que queria, comia e fazia o que queria.
18	A vida prisional é complicado, mas é só aguentar, é difícil, mas é só saber andar, evitar confusão, porque nós mulheres somam complicadas
19	Não suporto a vida na cadeia porque os pensamentos não acabam, a cabeça não fica bem, penso o próprio senhor que me trouxe aqui também morreu e as crianças se estão a estudar
20	A vida na cadeia é difícil, é muito difícil suportar a cadeia

No que tange às reações das participantes sobre o sofrimento da vida prisional, todas expressaram sentimentos negativos em relação à prisão, conceituando-a como um lugar cheio de sofrimento, abusos, raiva e tristeza. As presas não suportam a situação em que se encontram, choram muito e queixam-se das humilhações sofridas, que tornam a vida muito difícil, penosa, insuportável e cheia de hostilidade.

No depoimento da participante 12, quando ela fala em “aguentar” está se referindo ao conformismo da prisão; sem solução, chora pelo desalento decorrente dos dias difíceis passado lá dentro.

Para essas participantes, a prisão é um lugar cheio de hostilidade, é só é possível suportar aquela vida por se culpam por estarem naquela situação.

Quadro 5 – Categoria 2: Estado emocional durante a gravidez, oscilação de humor e projetos interrompidos

Participantes	Estado emocional durante a gravidez na prisão, oscilação de humor e projetos interrompidos
1	Estou muito triste estar grávida e presa, não sei se vão me condenar, mas não quero nascer aqui o meu filho, é muito difícil até para fazer consultas, nunca tive problemas nos outros filhos. Estou habituada a andar, a fazer as minhas coisas, meus filhos dependem de me, a situação não favorece, aqui você não tem animo para nada
2	Estou a pensar será que vou nascer o meu filho aqui, fiquei triste, choro muito, estou a chorar muito, lamentar muito, e a pensar já na minha gravidez, nunca senti nada igual. Aqui é sofrimento, é sofrimento.
3	Minha gravidez foi boa nasce na liberdade, entrei com o meu filho, ainda bem porque aqui tudo é difícil, aqui todas são estressadas, ninguém atura ninguém, o coração não fica no lugar, porque você nunca sabe quando esta bem ou não
4	É duro ser grávida e presa, elas não ajudam em nada, tenho receita para levantar os medicamentos e as enfermeiras disseram que não tem, assim tenho que esperar o meu noivo para lhe entregar. Aqui a pessoa não tem vontade de nada
5	Sinto muito ódio, não quero nascer o meu filho aqui, quero ir embora, aqui é só tristeza (choro) sinto raiva de muita coisa, medo de ser condenada e perder tudo que construí lá fora
6	É muito difícil para me não consigo acreditar no que esta acontecer, estar aqui nesse lugar desagradável, não é fácil ficar aqui neste lugar de humilhação, onde ninguém tem alegria para nada
7	Estou angustiada, só que ninguém quer criar seu filho na prisão, é muito triste ficar impotente na cadeia, principalmente se não tens ajuda
8	É muito frustrante, só eu sei o que estou a sentir, e sem apoio nenhum, não posso usar o telefone da cadeia para falar com os meus familiares porque estou presa a pouco tempo, tenho que ter mais de 6 meses, isso deixa-me muito preocupada e sem rumo.

9	Vim com o meu bebe, na altura ele só tinha 4 ou 5 meses, mas tive uma boa gravidez, estava ao lado da minha família, aqui ninguém ti liga, fico triste porque nunca quis isso para minha vida nem dos meus filhos, mas aconteceu, agora é só cumprir, nem todo dia a pessoa esta bem mais há pessoas que exageram na cadeia, o teu filho não pode mexer em nada, tem logo confusão, porque a presa em si já é frustrada, a cadeia não é fácil, nem todo dia a pessoa acorda bem, a dias que você ri, brinca, mas tem dias que você não quer falar, quer ficar sozinha, não é fácil
10	Fiquei muito triste grávida e presa, eu que já perdi minha primeira filha e estão a dizer que eu é quem matei, foi um acidente. Minha vida aqui é só tristeza.
11	Quando entrei na prisão minha filha tinha 3 meses, mas a minha gravidez correu bem, fiz todas as consultas lá fora e fui bem cuidada, Mas a tristeza e o pensamento é que acaba comigo, eu posso não aguentar, é muita dor
12	É muito difícil e duro, só Deus para ajudar a prosseguir a minha gravidez. Na cadeia não a alegria, não a nada só muita humilhação, sofrimento e dor
13	Não estou a me sentir bem sempre nasce meus filhos em casa, agora este vai nascer aqui. Cadeia é um lugar cheio de sofrimento onde as pessoas se irritam atoa, penso muito na minha vida e nos meus filhos, fico triste
14	Descobri aqui na cadeia que estava grávida, quis tirar mas não dava porque já estava presa e aqui não dá, fiquei bem frustrada, mais depois passou, as pessoas me disseram é só aguentar, sofri, mas aguentei nasci tão bem e já amo muito o meu bebe. Estou acabada e muito desesperada, desde que me condenaram meu crime é homicídio, sofro muito quando penso a minha vida na cadeia
15	Vim com o meu filho, a minha gravidez foi boa, fiz todas as consultas e não me faltava nada, fazia o que queria. Aqui na cadeia não tenho capacidade para nada, tenho que cumprir para não ficar frustrada
16	Não sabia que estava grávida, passei a minha gravidez toda aqui na cadeia, foi muito difícil, entrei grávida e com um filho pequeno, cometi por isso que estou a pagar, já estou a me acostumar. Estou a sofrer meu marido também esta preso, tenho que aguentar a cadeia, porque a cadeia não pode subir em cima de me, eu é que tenho que subir em cima da cadeia, se não ela te toma. Passei com muitas dificuldades aqui nunca fiquei doente só esses dias tenho tido muita dor de cabeça.
17	Entre com a minha filha tinha dois meses, a minha gestação correu bem estava na liberdade, porque aqui não sei como seria. É muito triste eu não queria isso. Aqui fica-se trancada num só lugar é tão difícil, tenho mesmo que suportar certas coisa, estou com muito medo de ser condenada, meu crime é homicídio, vou perder minha filha
18	Foi difícil a minha gravidez, tive muitos problemas, tive muito pensamento, medo de nascer sozinha. Estou a sofrer sozinha com o meu filho. Aqui é difícil, mas é só saber andar, evitar confusão
19	A minha gravidez foi difícil é graças a Deus que sobrevive, o meu marido que me meteu presa também faleceu, nasci sozinha foi muito triste vim transferida com a minha filha, estou a sofrer, é só aguentar, ele não conhecerá o pai, porque ele faleceu de acidente e não retirou a queixa, por isso é que me condenaram
20	É difícil ser grávida e presa, passei minha gravidez e nasce na cadeia, aqui você tem desejos não sabe onde vais buscar, sem o pai do filho ao lado, sem família, sem ninguém, acho que foi castigo de Deus pelo que fiz com o meu filho. Vivo triste, não tem outra solução, vou ter que aguentar.

Nesta categoria, as participantes 1, 2, 5, 7 e 10 disseram que estar grávida na prisão é muito triste, as consultas são difíceis, não querem que seus filhos nasçam na cadeia; devido ao encarceramento choram muito, se lamentam, não têm animo para nada; sentem muito ódio, raiva e medo de serem condenadas e perder tudo que o que construíram lá fora; a vida ali é só tristeza, estão angustiadas, ninguém quer criar o filho na prisão; é muito triste estarem impotentes na cadeia, principalmente quando não têm qualquer ajuda de fora.

Já as participantes 4 e 12 revelaram ser muito duro ser grávida e encarcerada. Enquanto a de número 4 diz ter uma receita para obter medicamentos, as enfermeiras afirmam que não, e por isso terá que esperar a visita do noivo. Ambas se queixam da falta de vontade de fazer alguma coisa na cadeia porque não há alegria; só humilhação, sofrimento e muita dor.

Para as participantes 8 e 14 a vida é muito frustrante, estão acabadas e desesperadas; somente as detentas com mais de seis meses de reclusão têm direito ao uso do telefone, o que deixa as entrevistadas sem rumo; sofrem muito quando pensam em suas vidas na cadeia.

A participante 13 disse que não se sentia bem, que seus filhos sempre nasceram em casa; que a cadeia é um lugar cheio de sofrimento em que as pessoas se irritam por qualquer coisa, e que fica triste quando pensa na vida e nos filhos.

Todas estas participantes estão grávidas, e em suas narrativas demonstram sentimento de tristeza e revolta por estarem presas nessa situação, manifestando sentimentos negativos sobre o lugar onde se encontram. Tristeza, impotência, humilhação, muito sofrimento e dor, é tudo o que sentem. Toda a angústia causada pela prisão provoca um sentimento de perda e de planos traçados que foram interrompidos, afetando assim o seu estado emocional e o dos filhos que estão dentro delas.

Em outra vertente as participantes 6, 16, 18, 19, 20 declaram ser muito difícil estar nesse lugar desagradável, de grande humilhação, em que ninguém sente alegria. Entre outros sentimentos, tiveram medo de ter os filhos sozinhas. Cabe ressaltar que estas participantes entraram grávidas e deram à luz na prisão. À procura de uma solução para pôr fim a esse sofrimento, mesmo depois de tanto tempo a participante 6 não consegue acreditar no que está lhe acontecendo.

Para a participante 16 foi ainda mais difícil, pois entrou grávida e com um filho pequeno. Reconhece que cometeu o crime, e que já está se acostumando com a situação. Parece que se conformou, e diz que está pagando pelo crime cometido.

O medo de ter o filho sozinha foi um problema para a participante 18, o que lhe aumentou o sofrimento na hora do parto. Ela se sente desvalorizada e sem ânimo algum. Já a participante 19 teve uma gravidez difícil e agradece a Deus por ter sobrevivido. Seu marido, o responsável pela sua prisão, tinha acabado de falecer sem retirar a queixa contra ela. Esta reclusa vive um duplo sofrimento: perdeu o marido e está presa com um filho que nasceu na prisão. Com o estado psíquico emocional comprometido, ela só vê tristeza e muita angústia ao seu redor, e diz que sobrevive graças à fé que tem em Deus.

A participante 20, abandonada pela família e sem ninguém, acha que o que fez com o seu filho foi castigo de Deus. Vive triste mas repete que terá que aguentar. O sentimento de culpa e de punição toma conta dela ao tentar se conformar com a situação.

Traçando um paralelo entre as participantes que entraram com seus filhos na prisão – números 3, 9, 11, 15 e 17 –, todas disseram ter tido uma gravidez tranquila; foram a todas as consultas e tiveram o apoio dos familiares. Mas o fato de essas mulheres também estarem presas com os seus filhos faz com que se sintam culpadas pelo que os filhos estão passando; estão tristes e têm medo de ser condenadas devido ao tipo de crime que cometeram. Além disso, os filhos não ficam à vontade nas celas, e o seu estado de humor varia muito – hoje estão bem, amanhã talvez não. Tudo isso faz com que tenham uma ideia negativa do lugar que coabitam, sendo impedidas de exhibir suas emoções como mães.

Para essas mulheres grávidas ou que vivem com os filhos na prisão, o encarceramento provoca lembranças que tanto pode ajudá-las ou atrapalhá-las em sua própria experiência como mães; sem autonomia, elas lutam contra si mesmas todos os dias, buscando vencer as dificuldades nesse universo que é a prisão.

Na categoria 3 – *Significado da amamentação* – existem dez mulheres grávidas que não amamentam e cinco que entraram com os filhos, e que também não amamentam. Por esta razão não incluímos o quadro correspondente, limitando-nos a analisar as falas das participantes.

As participantes 14 e 19 são presas transferidas de outra província, não recebem visitas e não têm que as ajude. Explicam que têm que dar de mamar porque o filho é muito pequeno,

pois – como dependem inteiramente da cadeia –, assim garantem sua alimentação no caso de falta dos benefícios recebidos – leite, papas etc.

A amamentação tem dois significados para estas mães: além de alimentar os bebês, ajudando-os a crescer saudáveis e livres de várias enfermidades, é também um auxílio nos momentos difíceis que podem ocorrer na prisão, quando faltar recursos alimentares. As reclusas ressaltam que a amamentação é um meio de sobrevivência e não uma aproximação de bom relacionamento entre mãe e bebê.

Para a participante 17 amamentar é maravilhoso, mas lamenta que o filho esteja preso, o que torna tudo horrível; às vezes está dando de mamar enquanto o pensamento está longe, em outro lugar, pois ali é só tristeza, há horário para tudo. É maravilhoso ter o filho nos braços enquanto o amamenta, mas o pensamento a leva a um lugar distante envolvendo-a em tristeza e transformando o maravilhoso em angustiante.

Nas palavras da participante 18: *Amamentar para me é alegria, é meu primeiro filho, muito embora estarmos presos, é bom, estava para lhe tirar, mas ele ficou doente, então vou lhe deixar mais tempo, não sei quando vou lhe desmamar, estou a lhe dar até agora.* Este sentimento positivo – a experiência de amamentar o primeiro filho – ajuda esta mãe a fortalecer os laços amorosos entre eles, mesmo dentro da prisão. O envolvimento com o filho faz com que ela ganhe forças para continuar na prisão.

Para a participante 20 *amamentar é maravilhoso principalmente quando ela olha para me, com olhar inocente me dá um sorriso, imagino muita coisa.* Esta reclusa vê na amamentação o amor que pode florescer entre elas, por meio do sorriso daquele ser inocente que se encontra preso por causa do crime da mãe.

Em seu relato, as participantes que amamentaram disseram que é uma experiência maravilhosa; mostraram a satisfação de poder fazê-lo, estimulando assim o desenvolvimento da confiança entre ambos, e ajudando o filho a crescer saudável.

Da mesma forma que na categoria anterior, o quadro correspondente à categoria 4 – *Momento de dar à luz* – não foi incluído visto que há somente dez mulheres grávidas que não amamentam e cinco que entraram com os filhos, e que também não amamentam. Por esta razão, limitamo-nos a analisar as falas das reclusas participantes.

A participante declarou que foi ao hospital acompanhada das agentes. Ao entrar se sentiu mal, e lá encontrou com algumas conhecidas que a viram acompanhadas, perceberam que era uma presa e começaram a comentar; no entanto, depois do parto agradeceu a Deus. Não foi fácil parir e voltar para a cadeia, mas sentiu-se uma mãe mais carinhosa. Chorou porque, embora estivesse com o filho na cadeia, lembrou dos outros que sempre nasceram em casa. Consolou-se ao pensar que a presença do filho iria ajudá-la a esquecer o que estava vivendo ali. Sentiu-se muito mal em ter a companhia da chefe no hospital, e não gostaria de passar por isso novamente porque não é permitido falar com outras mulheres que estejam internadas no mesmo quarto.

Esta participante teve que preparar o coração para enfrentar a situação de estar presa e grávida, pois quando chegou o momento de dar à luz havia a exigência de estar sempre acompanhada pela agente prisional, sendo obrigada a enfrentar os comentários das pessoas à sua volta. Apesar disso, sua maior alegria foi ter o filho nos braços, e por um instante ela esqueceu a situação que vivia para se envolver em tamanha alegria. O nascimento do filho fez com que essa mãe voltasse alegre para a prisão, tendo Deus como seu maior conforto porque tudo havia corrido bem.

Para a participante 16 o parto – uma cesariana – foi muito difícil, mas segundo seu relato, Deus é quem sabe tudo o que acontece na sua vida. Pensando na própria vida, teve que se conter porque a cadeia é assim mesmo; um dia aquela humilhação vai acabar. Rezava para que o filho nascesse bem, e que as chefes se afastassem dela por alguns minutos para que as pessoas não notassem que era uma presa. Ficou feliz porque o filho nasceu bem, mesmo com o sofrimento da cadeia. Para ela o parto foi difícil, mas a fé que tem em Deus fez tudo correr bem, conformada com a situação humilhante que acredita irá passar. Seu maior sofrimento ocorreu com a proximidade das chefes, o que fazia com que as pessoas notassem que ela era uma presa. Sentia-se oprimida, não conseguia expressar seus sentimentos e angústias porque elas não o permitiam. Apesar disso, ficou feliz porque o filho nasceu bem.

A participante 18 deu seu depoimento sobre o momento de dar à luz: *Comecei a sentir dor me levaram logo para a maternidade, o parto foi difícil, mas as outras me davam conselho porque eu pensava muito. Foi um pouco difícil, estava a me sentir muito mal, não olhava nas pessoas para não chamar atenção. Ao me entregarem o meu filho fiquei muito contente, é o meu consolo aqui dentro.* A vergonha envolve a mãe reclusa no momento do parto; estava se sentindo mal, não olhava para a cara de ninguém para não chamar atenção,

tinha medo de ser reconhecida e nutria um sentimento de impotência por não poder gerir suas emoções. Mais tarde, por alguns segundos ficou contente ao receber nos braços o filho que se tornou o seu consolo na prisão.

Já a participante 19 relatou: *Fui ao hospital com a chefe, senti muita vergonha, mas só presa não posso fazer nada, me senti presa sem poder fazer nada. Senti alegria quando me entregaram o meu filho. Depois do parto me deixaram ficar em casa da minha mãe, como só condenada, foram conhecer a casa, fiquei lá 8 meses, depois de completar os 8 meses foram me buscar. Na província é diferente de Luanda, mesmo quando o meu marido morreu fiquei lá no óbito uma semana depois foram me buscar.* A vergonha de ser acompanhada pela chefe prisional ao hospital na hora do parto deixou-a triste, sem poder fazer nada por ser uma presa; conformada com a situação mas com um sentimento de derrota, ela teve que obedecer. Ao receber seu filho nos braços sentiu uma alegria que se prolongou porque teve o privilégio de ir para a casa da mãe para ser cuidada durante oito meses. Após o parto esta participante conseguiu ter uma boa recuperação ao lado da família, resgatando o amor perdido dos filhos que tinha deixado e ganhando forças para posteriormente voltar a prisão.

Nas palavras da participante 20 sobre o momento de dar à luz: *Foi bom, Deus me deu força, é um bebé que está a me ensinar a ter amor. Ao ser acompanhada pelas agentes me senti triste, porque as pessoas dão conta que és presa, porque não recebes visita, e não te sentes a vontade porque as chefes estão ao teu lado, sofres mais, a tua família não pode ir ao hospital te ver. Quando me entregaram o meu filho senti muito amor e ao mesmo tempo muita dor que eu não devia fazer isso, meu filho está preso.* A participante disse que o parto foi bom porque Deus lhe deu forças, e que o filho está lhe ensinando a ter amor.

Da mesma forma que as companheiras, sentiu-se triste por estar acompanhada pela agente porque as pessoas dão conta que se trata de uma presa. Além disso, a família não pôde visitá-la, e esse sentimento de tristeza é tão grande que a angustia, levando-a a se culpabilizar por tudo o que está acontecendo. Ao receber seu filho nos braços sentiu muito amor e também muita dor: amor por ter tudo corrido bem, por ter seu filho com ela; e dor por estarem ambos presos, com um sentimento de não poder lhe dar tudo o que uma criança merece, inclusive a liberdade.

As cinco participantes que deram à luz na prisão relataram que sentiram muita vergonha, tristeza e humilhação ao serem acompanhadas pelas agentes prisionais ao hospital, e que o momento do parto foi difícil devido à pressão exercidas sobre elas. O que ainda mais

agravou o seu sofrimento foi não poderem se comunicar nem ser visitadas pelos familiares. Entretanto, no meio de tanta adversidade tiveram a alegria ao ter seus filhos nos braços, o que é o maior consolo da vida delas dentro da prisão. Cabe lembrar que a participante 19 teve seu filho na província, e que lá as normas são bem diferentes das da capital Luanda, pois após dar à luz ela teve o privilégio de ir para casa e ser cuidada pelos seus familiares, regressando à prisão oito meses mais tarde.

Quadro 6 – Categoria 5: Expectativa de criar o filho no ambiente prisional

Participantes	Expectativa em criar o filho no ambiente prisional
1	Estou grávida e não penso como será criar o meu filho aqui, porque para mim é difícil, você fala uma coisa a pessoa interpreta de outra forma. O ambiente daqui “silêncio” é enlouquecedor.
2	Estou grávida ainda é cedo para pensar, posso ser solta, mas o ambiente não é bom, tudo que me mandam eu faço para evitar problemas, discutem muito entre elas mesmos
3	Não existe nenhuma esperança em criar o filho na prisão, existe muitos problemas, é uma tentação, a pessoa esta no seu lugar vêm te insultar, te julgam sem fazer nada inventam que falaste, contam na chefe da caserna para depois te escravizarem, te fazem promessas, você vais ver por cima desse crime você vai aumentar mais outro crime, ficas com medo, porque já encontraste são condenadas estão de azul, você esta de castanho és detida não podes falar muito. Quando você fala muito todas te batem, colocam o teu filho lá fora para não ver, só entra mais tarde.
4	Estou grávida e não penso nisso, mas o ambiente é difícil, aqui a vida é difícil, todos dias andamos a comer feijão com funji de milho e peixe, se não é peixe é frango, é difícil,
5	Estou grávida, quem sabe até lá posso sair, o ambiente é horrível, cheio de falsidade, as reclusas são falsas, de que adianta ir a igreja e chegar na caserna estão a disparatar, leio a bíblia sozinha.
6	Estou grávida ainda não comecei a pensar nisso, o ambiente não é bom, vivo na caserna 2 de baixo tem muito barulho, discutem depois já estão bem.
7	Estou grávida e ainda não pensei nisso, mas me comunico com as outras, mas todas se dão bem, só que os filhos não podem andar nem encostar nas outras camas porque é mal, ninguém gosta
8	Estou grávida, as chefes são boas, o ambiente também é bom, rezo muito, tenho 5 filhos e me encontro concebida
9	Eu converso bem com ele, tento lhe transmitir um outro tipo de mensagem, eu lhe levo na creche e vou lhe buscar, ele também esta mais comigo, só que ele é tímido, foge as pessoas, o ambiente na cela é uma grande hipocrisia, falsidade das pessoas, ninguém é amiga de ninguém, a tua frente esta tudo bem, se receberes visita hoje ficas a rainha da caserna, porque tens dinheiro, as pessoas vão te olhar de outra forma, se não tens visita ou ficas dois ou três meses sem receber o tratamento é outro.
10	Estou grávida mas já comecei a pensar neste assunto que me deixa muito triste, o ambiente é bom, é só cumprir com as coisas que te mandam, mas eu também desde que cheguei

	nunca discuti com ninguém, porque não gosto de confusão
11	<p>Criar o filho na prisão não é como na liberdade, na liberdade é uma coisa e aqui também é outra coisa,</p> <p>A dias que ele pode brincar fazer barulho e ninguém reclama, porque aquela caserna é das mães dos bebes, mas a dias que não. Por isso é que eu quero que ele sai já para ir aprender outras coisas na liberdade, vai me doer mais é melhor ir mais cedo do que esperar o sofrimento da separação aos 3 anos</p> <p>O ambiente não é muito bom, tem sempre confusão entre as consofredoras.</p>
12	<p>Estou grávida, se Deus me ajudar vou embora, para nascer na liberdade e me juntar com os outros meus filhos</p> <p>O ambiente da prisão posso dizer que, cada pessoa do jeito que acorda é que vai correr o dia dela, não a alegria, não a nada, porque você pode acordar contente vais chegar no refeitório onde andamos a comer vão te humilhar e vais ficar frustrada, você pode acordar triste vai aparecer uma pessoa vai te animar e vais rir,</p>
13	Estou grávida, mas criar filho aqui na cadeia é duro, tenho visto as outras consofredoras o que passam, o ambiente é cheio de sofrimento, um lugar onde as pessoas se irritam atoa, gostam de saber da vida dos outros, as consofredoras falam muito
14	<p>Nenhuma expectativa em criar o meu filho, mas vou contar no meu filho que ele esteve preso comigo porque fui acusada por um crime que não cometi, e quem cometeu foi o pai dele</p> <p>Como só transferida não tenho muitos problemas, elas puxam conversa e eu respondo, mas o ambiente é pesado, próprio da cadeia, são todas iguais o que muda é o nome, mas a falsidade é a mesma</p>
15*	<p>É difícil criar filho na cadeia, mas prefiro ficar com ele aqui do que lhe entregar em outra pessoa</p> <p>O ambiente não é bom, você não tem para onde ir, vais no penal te aquecem com barulho, entras na cela a mesma coisa, aqui é casa de humilhação, muita humilhação, inventam muitas coisas, só existe discórdia, as pessoas sentem muita inveja das outras, principalmente se o teu crime não é homicídio ou droga</p>
16**	<p>Não é bom lugar para criar o filho, mas eu já deixei dois na liberdade, vou fazer como se o meu marido também esta preso, vou só aguentar até chegar a minha soltura, porque o outro meu filho dorme na outra caserna com a minha amiga sul africana. Estou com os meus dois filhos na cadeia, eles não choram a noite,</p> <p>É bom o ambiente, é só você ficar no teu lugar, não se meter na vida dos outros, assim você vai levar bem a tua cadeia</p>
17	<p>É difícil criar um filho na cadeia, principalmente eu que não recebo visita, isso é que me doi mais, porque não quero perder essa criança.</p> <p>É bom quando você sabe viver, somos muitas mulheres, se quando somos duas já tem problema, agora imagina com varias mulheres, lutam muito,</p>
18	<p>É difícil, só que ele tem indo a creche lá tem tudo para ele, mas não é nada que estar em casa com a mãe em liberdade, a criança não pode pagar pelo crime da mãe</p> <p>Não é bom, eu por me, não deixo o meu filho se juntar com as outras crianças, porque ai entram muitas mães que não têm higiene com seu filho, ficam numa sala a se sujarem.</p>
19	Não a expectativa nenhuma em criar o filho na prisão, me passa muitas coisas pela minha cabeça, mas não posso fazer nada Ela foge as pessoas, onde eu vou também quer ir, tipo

	esta oprimida. É só saber andar, quando você fala muito vão te humilhar, quando você é muito boa vão te subir, não podes dar muita confiança para as consofredoras se não te abusam
20	É difícil, principalmente eu que não recebo visita, se bem que aqui dão fraldas e outras coisas para o bebe, mas é diferente que criar na liberdade O ambiente é normal, mas humilhante e com muita confusão entre nós reclusas

Das 20 participantes entrevistadas, 10 estão grávidas. Como ainda é cedo para pensarem nisso, não imaginam criar o filho na prisão; podem sair sem ser condenadas, mas disseram que o ambiente é difícil, cheio de falsidade, duro, com muito sofrimento; as pessoas se irritam à toa, gostam de saber da vida dos outros, e as consofredoras falam demais – é um lugar que as deixa tristes. Criar o filho no ambiente prisional é difícil para essas mulheres grávidas, que em suas narrativas demonstram sentimentos de tristeza e angústia em virtude da falsidade existente, o que leva à irritação e ao medo de ter de viver lá com o filho. Assim, preferem não pensar no assunto para minimizar o próprio sofrimento.

Para as restantes 10 participantes que vivem com os filhos na prisão, realmente não é o lugar próprio para isso: as crianças vivem oprimidas, tímidas, não conseguem brincar na caserna. Este é um dos principais motivos das brigas entre as mães, o que leva as crianças a estarem sempre seguindo suas mães com medo de sofrer represálias por parte das outras presas. Reconhecem que os filhos vão à creche e que lá têm tudo; levam e buscam as crianças na creche, mas o ambiente prisional é de muita hipocrisia e falsidade. Ninguém é amiga de ninguém, há sempre muita discussão e confusão entre as consofredoras. Precisam ficar em seu devido lugar, sem comentar a vida alheia para que não comentem sobre a sua ou façam coisa pior. Por outro lado, se a presa é muito boa e faz tudo o que mandam pode virar uma escrava das outras. Ali não se pode dar muita confiança às outras, senão abusam; só existe discórdia, e as pessoas sentem muita inveja umas das outras, principalmente se o seu crime não for homicídio ou droga.

Como a participante 20 frisou, embora as necessidades dos bebês sejam supridas é diferente criá-los em liberdade; o ambiente é humilhante e há muita confusão entre as presas. Aquelas que vivem com os filhos no ambiente prisional consideram que criá-los nesse lugar é muito difícil tanto para elas quanto para as crianças, que não se sentem à vontade no local que consideram sua própria casa, porque afinal muitos nasceram lá. As brigas entre as presas oprimem os menores, que não podem se beneficiar do direito de ser criança: “o brincar”. O ambiente prisional, infestado de inveja, ciúme, discórdia, falsidade, discussões, humilhação e

muito interesse torna o seu dia frustrante; sem rumo definitivo, cada uma procura a melhor forma de enfrentar a sua pena.

Percebemos que, muito embora as mães queiram ficar com os filhos na cadeia pelo fator da proteção, reconhecem que o ambiente não lhes é favorável.

Quadro 7 – Categoria 6: Processo de separação do filho

Participação	Processo de separação do filho
1	Estou grávida,
2	Estou grávida,
3	Me sinto mal quando penso nisso, minha vontade é morrer, o que me consola durante esse tempo é o bebê, mas quando me tirarem não sei se vou resistir muito tempo.
4	Estou grávida,
5	Estou grávida,
6	Estou grávida,
7	Estou grávida,
8	Estou grávida,
9	Não penso muito nessa fase, quero sair daqui com o meu filho, para ele não ir parar nos braços das outras pessoas estou cansada de ficar aqui, a minha cabeça explode e me irrita facilmente Posso aceitar a separação mais não vai ser fácil, já deixei os outros lá fora, não sei como estão a ser tratados. Vai ser uma dor bem grande.
10	Estou grávida,
11	Eu sei que tenho que me separar do meu filho, se for condenada, o bebê tem que ir para casa, para ir aprender outras coisas na liberdade, brincar, apanhar outro ar, ter outros amigos, vai me doer mais é melhor ir mais cedo do que esperar o sofrimento da separação aos 3 anos
12	Estou grávida
13	Estou grávida,
14	Claro, desde que me condenaram penso muito, meu crime é homicídio, sofro muito, não quero meu filho ir no lar, por isso vou lhe entregar já na minha tia para lhe enviar na província, para ficar com a minha família, antes dos 3 anos ele vai embora, assim o sofrimento é menos e sei que esta com a família e não no lar,
15	Choro, porque este dia chegou, ele vai sair já esta semana, esta a me doer, esta a me doer muito, mas vou fazer como, aqui é cadeia, não é minha casa Entreguei tudo nas mãos de Deus, ele é quem sabe, não posso pensar muito se não vou ficar mal e ele também vai ir mal, mas é difícil se separar do meu filho principalmente por ser doente. Estou a sofrer muito, doi muito, mas não posso fazer nada.

16	Não penso muito, porque quando ele completar 3 anos vai terminar a minha pena Deus sabe tudo, assim vou embora com os meus dois filhos. Deus não vai permitir que um deles sai antes da minha soltura chegar, não vou aguentar. Vai ficar com quem, se os que estão na liberdade não sei como estão.
17	Sim penso na separação, ganho força e coragem através das outras que os filhos já foram, me dão muita força, mas quando imagino a separação sofro mais, fico a tremer, vai ser muito difícil, doi muito, não vou conseguir viver eu até posso morrer, não vou conseguir.
18	Não penso muito, porque quando eu terminar a minha pena eu saio com ele. Só não foi a mais tempo, porque minha mãe vive no Congo democrático, porque eu não gosto que ele fica aqui.
19	Sim já pensei, sinto muita dor no coração, estava a pensar que iríamos sair juntas, mas me condenaram, vou ter que lhe mandar na minha mãe, estou a sofrer muito.
20	Penso muito, para me esta a ser difícil, é duro, sou condenada não tenho escolha vou me separar dela, é só rezar para Deus ajudar a encontrar uma boa pessoa para fica com ela.

Nesta categoria referente ao processo de separação dos filhos, as 10 participantes grávidas disseram que ainda era prematuro pensarem nisso. Este tipo de justificativa é designado como fuga, permitindo às participantes grávidas negarem a sua verdadeira realidade e evitando confrontar-se com suas emoções.

A participante 3 afirmou que se sente mal quando pensa na separação, tem vontade de morrer; nesses momentos o bebê é o seu consolo, mas quando ele lhe for tirado não sabe se vai resistir por muito tempo. Esta reclusa se refugia no filho para poder enfrentar a prisão, e tem pensamentos suicidas quando pensa na separação.

Já a participante 9 declarou não pensar muito nessa fase; quer sair da prisão com o filho para que ele não vá parar nos braços de outras pessoas; está cansada de ficar ali, a cabeça explode e se irrita facilmente. Pode ser que aceite a separação, mas não vai ser fácil. Em seu entender, não pensar na separação é uma forma de escapar da realidade com a qual mais cedo ou mais tarde terá que conviver.

Ambas as participantes 11 e 14 querem mandar os filhos para casa, para ficarem com os familiares e assim evitar o sofrimento da separação aos três anos. Segundo a participante 11, em liberdade ele aprenderá outras coisas como brincar, respirar outros ares, ter outros amigos; vai lhe doer mas é melhor assim. Já a participante 14 disse que desde que foi condenada por homicídio vem pensando muito sobre isso; sofre muito com a ideia da separação porque não quer que seu filho vá para um abrigo. Estas duas reclusas tomaram a decisão de entregar seus filhos aos familiares logo após o nascimento. O apoio familiar é um

fator muito importante na vida da presidiária, pois ela pode decidir o que considera melhor para ela e para a criança. É importante que a criança cresça em um ambiente saudável, onde possa brincar e sentir que é amada por amigos, contribuindo para o seu desenvolvimento cognitivo, porque a prisão priva a criança de muitas coisas.

A participante 15 conta que tem chorado porque o dia chegou – o filho vai sair da cadeia esta semana e isso vai lhe doer muito; por isso vai entregar tudo nas mãos de Deus, Ele é quem sabe. É difícil se separar do filho porque ele é doente, mas não pode fazer nada. Esta mãe sente-se desvalorizada por não ter como proteger o filho, que apesar de doente não foi poupado da separação. A dor é sinal de impotência por não saber que rumo o filho tomará, mesmo que saiba que ele irá para a casa dos familiares; por isso usa a expressão “entrega tudo nas mãos de Deus”, como um alívio para o sofrimento que ambos terão que passar.

As participantes 16 e 18 afirmam que não pensam muito a respeito porque quando os filhos completarem os três anos suas penas terminarão. Para a de número 16, Deus sabe tudo e ela vai embora com os dois filhos. Caso isso não aconteça ela não vai aguentar a separação, sem saber com quem os filhos ficarão. Contudo, para a participante 18 o filho só não saiu há mais tempo porque sua mãe, a avó da criança, vive no Congo democrático e ela não quer que ele fique na cadeia. Nas falas das participantes o desejo delas é sair com os filhos assim que terminarem suas penas, mas existe a incerteza que lhes coloca em situação de alerta, o medo de se separarem antes que o mandado de soltura delas chegue. A participante 16 diz que não aguentaria se isso acontecesse, porque já tem outros filhos e não sabe como eles estão. O fato de não poder protegê-los a deixa em uma situação constrangedora. A participante 18 diz que o filho só não saiu há mais tempo porque a avó vive em outro país. Ela alega que não gosta que o filho fique na prisão, mas parece que esta negação tem mais a ver com a sua não aceitação do encarceramento.

A participante 17 diz que pensa na separação, e ganha força e coragem através das outras presas cujos filhos já se foram; ao pensar no futuro começa a tremer, sabe que vai ser difícil e que não vai suportar – pode até morrer. Para ela, é como se perdesse o controle de tudo o que lhe restava na prisão, e tem medo de como o filho será tratado longe dela; por isso se culpa e diz que prefere morrer.

A participante 19 diz que já pensou na separação; sente muita dor porque pensava que sairiam juntas, ela e a filha, mas como foi condenada terá que mandar a filha para a casa da avó. Para a de número 20 também será muito duro, pois não tem escolha; foi condenada e terá

que se separar da filha. Está rezando para Deus ajudá-la a encontrar uma boa pessoa para cuidar da menina.

No caso da participante 19, por ser condenada ela tenta se conformar com a situação, mas isto lhe causa muita dor. Mesmo sabendo que a filha irá viver com a avó, não será a mesma coisa se estivesse junto da mãe. Já para a de número 20 é ainda mais difícil pensar na separação porque não sabe a quem entregá-la, o que lhe causa um enorme desespero. Assim, busca Deus como solução para encontrar alguém que cuide da filha enquanto estiver encarcerada. Esta mãe sofre duplamente: pela separação da filha e por não saber com quem ela ficará, já que não quer que ela vá para um abrigo.

A separação entre mãe e filho devido ao aprisionamento causa muito sofrimento, abalando toda a estrutura física, psíquica e emocional da mãe reclusa por não poder proteger seu filho de uma das exigências da prisão, que é a separação.

Quadro 8 – Categoria 7: Relação pai/filho e marido/mulher após o aprisionamento

Participantes	Relação pai/filho e marido/mulher após o aprisionamento
1	Ele sempre vem me visitar, nós temos 3 filhos, ele conhece a minha vida, ele sempre vem, me dá força
2	Nós estamos bem, ele também esta preso, entrou comigo, o processo é o mesmo
3	Meu marido desapareceu mas tenho o nº dele na cabeça, esqueceu do filho, não existe relação nenhuma entre eles, porque não aparece aqui na cadeia e vivíamos juntos, o miúdo nem lhe conhece
4	A nossa relação é normal, vamos casar, ainda não temos filhos, estou grávida
5	Nossa relação é boa, meu noivo diz para ter força estou grávida
6	Bem, pelo menos até agora não temos problemas, ele tem aparecido e ficou com os nossos filhos em casa, estou grávida
7	Nós não estamos juntos,
8	Desde que entrei presa ele nunca apareceu, não sei o seu paradeiro
9	Aparecia no princípio, depois deixou de vir, desde o ano passado, nunca mais falei com ele, o nº do telefone que ele tinha esta a dar desligado, não tem contato com o filho
10	Ele nunca apareceu aqui, mas a nossa relação não acabou porque nós não terminamos, até não sei porquê que esta a fazer isso para não vir, eu não estou preocupada. Não se fizemos nada de mal, não se faltamos respeito, aconteceu isso foi um acidente.
11	Não tem contato com o filho dele nem comigo, ele nunca apareceu aqui. Nós já não estávamos juntos antes de eu entrar presa
12	Nunca veio, um dia que eu saiu não volto mais com ele. O melhor amigo conhecesse no sofrimento, do jeito que eu estou a sofrer quem me visita é que é meu amigo.
13	Não se separamos como não vamos continuar? Não posso lhe deixar vamos viver mesmo

	assim, é meu amor, me manteu (viver junto) desde criança, hoje em dia primeiro nosso filho já fez 20 anos, fala só Deus é que vai nos separar, ele não vem mais manda recado para me. Ele viaja muito, por isso é que ainda não veio me ver.
14	Terminamos, ele como é que cometeu o crime fugiu, me abandonou, mas já lhe prenderam. Ele nem conhece o filho, eu entrei grávida na prisão
15	Desapareceu, não sei, se esta aqui ou fora de Luanda, veio me visitar 3 vezes porque o miúdo tinha ficado com ele. A primeira vez veio para falar que o teu filho esta doente, a segunda vez veio para saber se podia trazer ou não e a terceira vez trouxe o miúdo e acabou, até hoje Não sei nada dele, só Deus que sabe, no meu coração a pessoa já me fez mal, mas só Deus porque não posso bater o pé
16	Sim vamos continuar com a nossa relação, nós sempre nos demos bem, não temos problemas, vou continuar com ele, o crime é o mesmo, meu marido não conhece o meu filho porque também esta preso.
17	Não existira essa relação, porque o meu marido esta morto, é uma pena, a gente se dava bem, ele era bom pai
18	O pai do meu filho também vinha no princípio mas desde que o nene nasceu nunca mais veio, que homem é esse que abandona a mulher grávida na cadeia. Não temos mas nada para falar, acabou tudo, estou a sofrer sozinha com o meu filho
19	Terminamos a relação, um homem que te acusa de matar a filha e te mete presa, não tinha como continuar, mas ele também faleceu
20	Vai ser difícil voltar, não quero mais, eu é que estou a impedir a relação deles, porque quando nasci a minha filha eu mandei ele ir embora, porque tinha tanta raiva, mas ele viu a minha filha, só que não deixei pegar

Nesta categoria nos debruçamos sobre a relação pai/filho e marido/mulher após o aprisionamento. A maioria das participantes entrevistadas tinha sido abandonada pelos parceiros e muitos deles nem conhecem os filhos, principalmente os que nasceram na prisão.

As participantes 1, 4, 5 e 6 afirmam que os parceiros se fazem sempre presente nas visitas, dando-lhes força. As de números 4 e 5, que estão grávidas, dizem que vão se casar e que está tudo bem, ao passo que no caso das participantes 1 e 6 os parceiros estão com os outros filhos em casa. Para estas mulheres grávidas e que estão muito sensíveis à situação que atravessam, a presença do companheiro aumenta a autoestima, pois sentem-se valorizadas e com muita vontade para vencer todas as dificuldades.

Já as participantes 3, 8, 12 e 14 dizem que os companheiros desapareceram sem dar nenhuma explicação; muitos nem esperaram as esposas serem julgadas ou darem à luz. No caso das que entraram grávidas na cadeia, como a de número 14, o pai não conhece o filho visto que desde o seu encarceramento o pai desapareceu. As outras duas participantes – 8 e 12 – estão grávidas mas não recebem visitas dos parceiros na prisão. Esta sensação de abandono

sentido pela mulher aprisionada causa-lhe uma certa repulsa, pois em parte atribui o seu sofrimento ao companheiro; com baixa autoestima, ela não tem motivação para nada.

As participantes 10 e 13 afirmam que não foram abandonadas pelos companheiros. Eles não aparecem porque viajam muito – são caminhoneiros; por isso a relação se mantém. Segundo a de número 13, o companheiro não vem mas lhe manda recados. Desse modo, ela prefere pensar que ele não aparece devido ao trabalho, buscando assim evitar a sensação de abandono que a faria sofrer ainda mais. O mesmo ocorre com a participante 10, que nunca foi visitada pelo parceiro desde o seu aprisionamento, mas pretende continuar a acreditar que é o trabalho que o impede de vê-la.

Para essas mulheres, a sensação de ser abandonada é tão humilhante que preferem viver com qualquer tipo de promessa vinda do parceiro a acreditarem na dura realidade – o abandono.

As participantes 2 e 16 dizem que vão continuar com a relação porque os companheiros também estão presos pelo mesmo crime, e eles têm filhos em comum. A justificativa delas mostra uma sensação de alívio e lhes dá uma certa garantia de que nem elas nem seus filhos foram abandonados. Em contrapartida, as participantes 17 e 19 afirmam que a relação não prosseguiu porque os companheiros faleceram; logo, os filhos não manterão contato com o pai. Já as de números 7, 11 e 20 dizem ter terminado a relação com os parceiros antes do aprisionamento, e que eles não têm contato com os filhos.

Segundo declarações das participantes 9, 15 e 18, os companheiros primeiramente apareciam mas depois desapareceram. A de número 9 diz saber de cor o número telefônico dele, mas quando liga dá desligado e por isso ele não tem contato com o filho. O medo de ser abandonada é tão grande que ela mantém esse número como lembrança do companheiro, na esperança de resgatar essa relação. No caso da participante 15, o desaparecimento do companheiro foi tão brusco que mexeu com ela. Ele apareceu somente três vezes, com o intuito de deixar o filho na prisão, daí não voltou a dar notícias. Com o coração partido, esta mãe sente-se desvalorizada e sem esperança de uma futura reconciliação com o pai da criança. Já a participante 18 diz que o companheiro costumava aparecer, mas desde que o filho nasceu não voltou mais. Ele nem conhece o filho, diz ela revoltada com o abandono inesperado; acrescenta que agora sofre sozinha com o filho.

Ter na memória a destruição de uma família aumenta o sofrimento da mulher na prisão. Saber que ela pode ser a culpada do fracasso da relação entre filho e pai aumenta ainda mais o sofrimento psíquico emocional dessas mães.

Quadro 9 – Categoria 8: Relação entre as reclusas dentro da prisão

Participantes	Relação entre as reclusas dentro da prisão
1	Mais ou menos, a outra que fica com ciúmes quando te vêm a conversar com alguém, desconfia que estais a falar dela, e que estais a explicar o crime dela ou algo que ela te explicou, mesmo que não te disse nada, só para arranjar problema, interpreta de outra forma
2	Mais ou menos porque eu não discuto, mesmo elas estão a falar uma coisa calo não responde nem um, nem dois.
3	A circuito entre as presas, se escolhem em dialeto, assim os malaginos estão a parte, os sulanos a parte e os bakonkos também a parte, ai se escolhem até ao dar as camas
4	A relação é normal, eu não falo, não ligo ninguém fico só na cama a dormir, levanto para ir ao posto médico, vou buscar comida e volto na cama, só no outro dia é que teve uma pequena confusão e ficaram dois meses sem visita as duas que lutaram
5	Eu falo pouco para evitar confusões, elas brigam muito, falo o necessário com elas e mesmo com as chefes porque elas são as que fomentam a confusão
6	A relação é falsa, ninguém confia em ninguém. Cada um é tropa da outra, vivem a base da mentira e da força do braço, as pessoas são tratadas pelas visitas que recebem
7	Sou bem tratada, sou fico na caserna não saiu fora
8	A cadeia é um lugar aprisionado, onde as relações são limitadas, o que estás acostumada a fazer na tua casa não podes fazer aqui. Falo o necessário
9	Tudo hipocrisia, as pessoas são muito interesseiras, eu já vi tanta coisa na liberdade mas não dava conta porque as pessoas não ficam juntas muito tempo, cada um vive na sua casa, aqui como é um sitio fechado onde as pessoas estão aglomeradas você conseguiu dar por conta da falsidade das pessoas
10	Sim é boa, as vezes quando falta alguma coisa elas me apoiam, porque não recebo visita, me dão alguns vestuário para guardar para a minha nene usar quando nascer.
11	É normal a relação entre nós, o problema é a confusão que existe, ninguém respeita ninguém, somos todas iguais como elas dizem, presas, por isso é que o barulho não acaba
12	Nós as mulheres podemos conversar bem hoje, mas amanhã já vai sair problemas, onde tem duas pessoas não falta problema, aqui que tem mais de 300 mulheres, problema é que não falta, não andamos a lutar porque quem luta vai na cela, mas discussão não falta.
13	Sim tenho boa relação com as outras reclusas, eu também não gosto de falar muito
14	É bom, sou nova fui transferida, não ligo ninguém
15	É boa, a cadeia é um sítio de reeducação, quando você é bem reeducado não vens mais aqui, é só não ligares para não cair no erro e não te punirem, porque as que arranjam as confusões não se importam com as punições
16	Sim me dou bem com elas, não tenho problema nenhum, elas me ajudam
17	Me dou bem com elas, porque eu sou bakonko, e entre nós nos ajudamos muito, as vezes

	me ajudam a lavar a roupa da criança, quando eu quero uma coisa me apoiam
18	É só se entender, tem pessoas que não entendem a outra discute toda hora, mas é só paciência
19	Estou a conhecer melhor elas, sou transferida e não conheço bem a cadeia, não posso subir em cima de quem já encontrei
20	Sim me dou bem com as outras, não tenho problemas com ninguém

Nesta categoria analisamos como é a convivência entre as reclusas dentro da prisão, onde cada uma expressa o seu sentimento. De uma forma ou de outra o bom relacionamento está longe de existir, e se existe baseia-se em falsidade, no interesse mútuo, e está sempre permeado pela desconfiança; como discutem muito, para muitas a melhor solução é ficar calada. Algumas se aproximam por pertencerem à mesma província; outras, por decisão própria preferem falar pouco para evitar confusão, pois na prisão ninguém confia em ninguém. Cada presa vigia a outra para depois informar à chefe quando lhe perguntarem, e para expor a vida da companheira em caso de briga; vivem na base da mentira e pela força do braço. O tipo de tratamento dispensado à reclusa depende do número de visitas que recebe; tudo é hipocrisia, pois as pessoas são muito interesseiras e desconfiadas umas das outras, com medo de que sua vida possa ser exposta no pátio da prisão.

A participante 14 diz que as presas podem estar bem num dia e no outro surgirem problemas. Há mais de 300 mulheres reclusas, portanto problemas não faltam. O isolamento, acompanhado com o abandono e o encarceramento, traz consigo consequências nefastas para quem está privado de liberdade. A mulher estava habituada a um certo modo de vida, com seu grupo de amigos, e por alguma infelicidade foi parar na prisão, passa a ter que lidar com pessoas de hábitos e costumes diferentes, a ter que criar novas amizades dentro da prisão; ali dentro presencia coisas que nunca pensou que existissem, e que muitas vezes a deixam em estado de choque. Para sobreviver terá que optar por um novo tipo de personalidade como forma de enfrentamento.

Já a participante 17 declara que se dá bem com as companheiras, é bakonko¹⁴; entre as parceiras se ajudam muito, às vezes a ajudam a lavar as roupas da criança, e quando quer alguma coisa elas a apoiam.

Todos esses depoimentos mostram que na prisão o individualismo e a cautela devem estar sempre presentes na vida das reclusas, de forma a evitar conflitos. O maior fator

¹⁴ Pessoas que nasceram no norte de Angola e que falam o mesmo dialeto.

desencadeante de crise entre as reclusas é a desconfiança e o ciúme que existem entre elas, o que torna o ambiente insuportável para qualquer pessoa.

A ajuda que a participante 17 alega receber vem de companheiras que pertencem à mesma província, o que cria uma grande solidariedade entre elas, mas qualquer ação ali dentro está sempre carregada de interesse.

Quadro 10 – Categoria 9: Religião e crenças espirituais como apoio à vida prisional

Nesta categoria, buscamos analisar qual o efeito da fé na vida das participantes.

Participação	Religião e crenças espirituais como apoio a vida prisional
1	Deus é o meu consolo, entrei na igreja para ter força
2	Penso em Deus, rezo, para me ajudar para sair.
3	Oro muito porque Deus é a solução na minha vida
4	Rezo muito, pergunto, meu Deus porque permitiste essa situação na minha vida
5	Confio no meu Deus que esta no meu coração
6	Sou Deus neste lugar, sem ele eu não conseguiria, penso muito na minha família e nos meus filhos, não é fácil ficar aqui neste lugar, peço a Deus para ajudar
7	Vou a igreja rezar para que isso não acontecer, que saio antes de nascer, só o amor de Deus neste lugar
8	Esta duro enfrentar isso, rezo muito a Deus, para cuidar dos meus filhos
9	Vivo da bíblia, sem Deus você não é nada, principalmente na cadeia
10	Aqui na cadeia quem não busca Deus não encara bem a cadeia, ela é dura
11	Não vou a igreja, rezo sozinha na minha cama, sei que Deus vai ajudar
12	Deus vai ajudar, rezo muito, vou sempre nos encontros religiosos
13	É só aguentar, até Deus abrir as portas para sair daqui entregar tudo nas mãos de Deus
14	Deus é quem ajuda para poder enfrentar a cadeia, entrego tudo nas mãos de Deus, ele é quem me cuida, ele é quem sabe da minha mudança
15	Aqui na cadeia entreguei tudo nas mãos de Deus ele é quem sabe da minha vida, não posso pensar muito se não vou ficar mal.
16	Só Deus para me ajudar a suportar essa dura realidade, tudo que acontece na minha vida Deus é que sabe, não penso nada de mal
17	Rezo para Deus dar uma solução, eu sei que Deus vai me ajudar no caso da minha filha.
18	É graças a Deus, que estou a suportar a cadeia,
19	Estamos mesmo a viver assim é só Deus
20	Vou a igreja onde participo sempre nos encontros e também, aqui é só entregar tudo nas mãos de Deus

Nesta categoria analisamos o efeito da religião e das crenças espirituais na vida das participantes, já que todas colocam suas esperanças em Deus, buscando n'Ele a solução para os seus problemas e a força para aguentar a longa caminhada prisional.

Todas as participantes têm Deus como consolo, como solução para os seus conflitos. Essas mulheres entregam-se a Ele com a esperança de terem seus problemas resolvidos, pois sem Ele não conseguiriam permanecer ali por muito tempo. Pedem que Ele as ajude, que cuide dos filhos que deixaram em liberdade e dos que estão com elas; vivem da Bíblia, e acreditam que sem Ele não são nada – principalmente na cadeia. Só Deus para ajudá-las a suportar essa dura realidade.

Do total de entrevistas feitas, 18 participantes frequentam a igreja dentro da prisão, buscando assim fortalecer suas crenças de forma a suportar a cadeia e a terem uma mudança espiritual; porém, as de números 5 e 11 declaram que não frequentam a igreja da prisão; rezam sozinhas na cama, e têm convicção de que Deus vai ajudá-las. Em virtude do comportamento indecoroso que muitas reclusas apresentam na caserna ao mesmo tempo que são líderes da igreja, estas duas participantes desistiram de frequentar a igreja da prisão, preferindo rezar sozinhas.

Um dos principais objetivos da busca a Deus dentro da prisão é a esperança de serem soltas. Acreditam que por um milagre suas penas possam ser reduzidas, que seus problemas não cheguem ao tribunal e que a liberdade condicional venha na hora certa. Para elas, só a fé em Deus as ajuda a enfrentar a dura realidade da prisão. Em busca de alento para suas vidas agarram-se à palavra d'Ele com a esperança de uma justiça melhor. Deus é o maior sustento na prisão, é o remédio para todo o sofrimento e dores, resolução para atenuar suas mágoas, angústias, tristezas e raivas; entregam-se totalmente à igreja na crença de que Deus aja em suas vidas. Para tanto, procuram mudar sua forma de agir e pensar em relação às companheiras, acreditando que todo o sofrimento passa por uma transformação interna (fé), principalmente na cadeia.

Quadro 11 – Categoria 10: Acompanhamento psicológico/psiquiátrico na prisão

Participantes	Acompanhamento psicológico / psiquiátrico na prisão
1	Nunca passei com a psicóloga desde que entrei
2	Ainda não me chamaram para ir ter com eles
3	Aqui não tem psiquiatra, já falei com a psicóloga, mas só uma vez, estou a espera do o segundo atendimento

4	Nunca me chamaram, eu até nem sabia que tinha essas pessoas aqui
5	Já falei com a psicóloga, graças a ela é que estou mais ou menos
6	Só me chamaram uma vez, preciso de falar novamente com a psicóloga
7	Nunca me chamaram na psicóloga
8	É difícil falar com os médicos, só falei uma vez com a psicóloga, quero falar novamente, mas aqui é difícil, você não manda, tens que esperar
9	Tenho falado com a psicóloga
10	Nunca me chamaram para falar com a psicóloga
11	Tenho falado com as psicólogas
12	Já me chamaram, mas só uma vez
13	Nunca vi ninguém aqui
14	Tenho falado com a psicóloga
15	Já falei com a psicóloga, mas preciso falar novamente com ela, porque estou a sofrer muito
16	Só falei uma vez com a psicóloga, nunca mais fui lá, estou cansada de promessas, ninguém conseguiu resolver o meu problema.
17	Tenho falado com a psicóloga e me ajuda bastante
18	Falo sempre com as psicólogas
19	Ainda não me chamaram, mas na província não tem psicóloga
20	Desde que cheguei aqui só falei 3 vezes com a psicóloga

Nesta categoria analisamos o acompanhamento psicológico e psiquiátrico na prisão. Das 20 participantes entrevistadas, seis declararam nunca ter tido atendimento com a psicóloga/ psiquiatra, e algumas nem sabiam da existência delas na prisão. As 14 restantes relataram já ter passado pela psicóloga e consideraram o contato difícil. Raras são as oportunidades de atendimento com as psicólogas, mas quando o conseguem isso tem sido uma grande ajuda para elas. Em suas narrativas revelaram que nunca tiveram contato com o psiquiatra da prisão; nunca sequer o viram, e acrescentaram que o contato com os médicos é difícil.

A participante 15 já foi atendida pela psicóloga, mas disse que precisa falar com ela novamente porque está sofrendo muito. Notamos que a presença da psicóloga lhe é de extrema importância, visto que todas as vezes que foi atendida obteve bons resultados frente à situação vivida; por isso, na tentativa de minimizar seu sofrimento, procura manter contato com a psicóloga para melhor gerir sua vida na prisão.

A participante 16 disse que nunca mais conversou com a psicóloga porque está cansada de promessas, e que ninguém consegue resolver seu problema. Segundo ela, o que precisa é de alguém que resolva sua situação na justiça; não procura ajuda mental, que reconhece ser importante para quem se encontra presa; mas, cansada de promessas, quer ir para casa. Como não há solução, porque ela tem que permanecer presa até o término da pena, não dá o devido valor ao trabalho do psicólogo dentro da prisão. Entretanto, as participantes que já tiveram contato com a psicóloga pelo menos uma vez desejam ser atendidas novamente, porque entendem que necessitam do apoio psicológico, que consideram como um grande suporte para aquela vida.

Sendo a prisão um lugar para guardar indivíduos que estão em conflito com a lei, devido à burocracia envolvida e por se tratar de indivíduos de alta periculosidade, o contato entre a equipe da saúde e as presas tornasse cada vez mais distante.

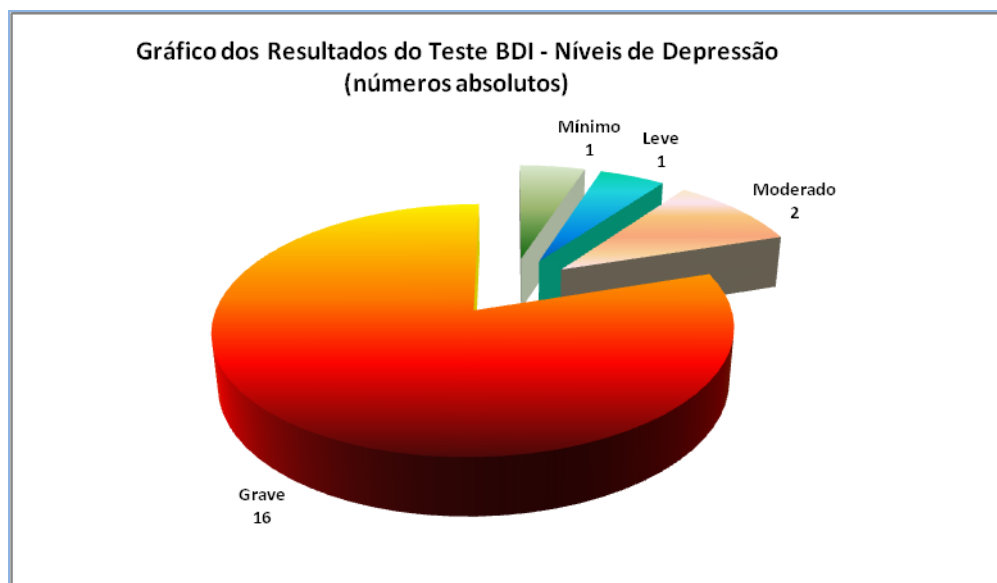
Índice de depressão nas participantes segundo o teste de Beck

Com o objetivo de avaliar os resultados relativos ao índice de depressão nas reclusas, foi-lhes aplicado o teste de depressão de Beck.

Tabela 1: Resultados do teste BDI

Níveis de depressão	N
Mínimo	1
Leve	1
Moderado	2
Grave	16
Total	20
X²= 32,4	p < 0,010

Esta tabela inclui os níveis de depressão auferidos nos testes feitos com as 20 participantes, com os seguintes resultados: uma com depressão mínima, uma com depressão leve, duas com depressão moderada e 16 com depressão grave. O teste de X² para uma amostra foi aplicado, mostrando que a distribuição dos níveis de depressão não se dá de forma homogênea (p< 0,010) uma vez que existe uma grande concentração de presas com grau grave. O gráfico abaixo ilustra o que foi dito acima.

Gráfico 5 – Resultado do teste de depressão de Beck**Tabela 2** – Estado civil das mães presas e nível de depressão

Níveis de depressão	Estado Civil				Total
	União estável	Solteira	Viúva	Separada	
Mínimo		1			1
Leve		1			1
Moderado		1		1	2
Grave	5	5	2	4	16
Total	5	8	2	5	20
Kruskal Wallis:	$X^2 = 2,398$	$P > 0,05$			

Das 20 participantes que se submeteram ao teste de Beck em relação ao estado civil, verificou-se que tanto a que apresentava depressão mínima quanto aquela com depressão leve são solteiras. Das duas participantes com depressão moderada, uma é solteira e a outra é separada. E das 16 participantes que apresentam depressão grave, cinco são solteiras, cinco têm união estável, duas são viúvas e quatro separadas.

O teste de Kruskal Wallis, calculado para a tabela 2 acima, mostra que os níveis de depressão não variam de acordo com o estado civil das presas.

Tabela 3 – Tempo de reclusão das mães presas e nível de depressão

Níveis de depressão	Tempo de reclusão (dia da entrevista)			Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	> 2 anos	
Mínimo	1			1
Leve	1			1
Moderado		1	1	2
Grave	12	3	1	16
Total	14	4	2	20
Kruskal Wallis:	$X^2= 2,7$	$P > 0,05$		

O tempo de reclusão das mães presas que participaram do teste fora distribuído em três grupos: até 1 ano, 1 a 2 anos e mais de 2 anos, nos quais uma participante com depressão mínima e uma com depressão leve estão presas até 1 ano. Na depressão moderada temos uma participante com o tempo de prisão entre 1 e 2 anos e a outra com mais de 2 anos. Das participantes com depressão grave, 12 têm até 1 ano, três têm de 1 a 2 anos, e uma tem mais de 2 anos de prisão, em um total de 20 participantes.

O teste de Kruskal Wallis aplicado para os dados da tabela acima mostra que não existe relação entre os níveis de depressão e o tempo em que a presa estava reclusa no momento da pesquisa.

Tabela 4 – Nível de escolaridade das mães presas e nível de depressão

Níveis de depressão	Escolaridade			Total
	Não estudou	Fundamental	Médio e Superior	
Mínimo	1			1
Leve			1	1
Moderado		1	1	2
Grave	6	6	4	16
Total	7	7	6	20
Kruskal Wallis:	$X^2= 2,25$	$p>0.05$		

A tabela acima refere-se ao nível de escolaridade das mães presas, e foi distribuída da seguinte forma: não estudou, fundamental, médio e superior, em relação ao índice de depressão das reclusas participantes no teste de depressão de Beck. Temos uma participante com depressão mínima que não estudou, uma com depressão leve que possui ensino médio/superior, duas participantes com depressão moderada, uma com ensino fundamental e a outra com ensino médio/superior.

Já entre as 16 participantes que apresentaram depressão grave, seis delas não estudaram, seis fizeram ensino fundamental e quatro cursaram o ensino médio/superior, totalizando 20 participantes.

O teste de Kruskal Wallis foi utilizado novamente para verificar a existência da relação entre o grau de escolaridade e os níveis de depressão, e mais uma vez se verificou a inexistência dessa relação.

Tabela 5 – Com quem os filhos moram e nível de depressão

Níveis de depressão	Com quem os filhos moram					Total
	Não tem filhos	Com família/amiga	Sozinhos	Na prisão	Na prisão/família	
Mínimo		1				1
Leve	1					1
Moderado		1		1		2
Grave	2	5	3	2	4	16
Total	3	7	3	3	4	20
	Kruskal Wallis:	$X^2= 2,385$	$P > 0,05$			

Os resultados obtidos na tabela cima referem-se à variável “com quem os filhos moram”. A distribuição foi feita de acordo os depoimentos: não tem filhos, moram com família ou com amiga, moram sozinhos, moram na prisão e moram na prisão e com a família. Em seguida relacionamos os resultados com o teste de depressão de Beck. Das 20 participantes entrevistadas, em uma com depressão mínima os filhos moram com a família/

amiga, uma com depressão leve não tem filho mas está grávida; nas duas participantes com depressão moderada, em uma o filho está com a família/amiga e na outra o filho está na prisão; nas participantes com depressão grave, duas não têm filho, em cinco os filhos moram com família/amiga, três deles estão sozinhos e três encontram-se na prisão.

O mesmo teste, utilizado na tabela acima, mostra que inexistente a relação entre os níveis de depressão e o local em que os filhos das presas residem.

Tabela 6 – Apoio familiar e nível de depressão

Níveis de depressão	Apoio familiar		
	Sim	Não	Total
Mínimo	1		1
Leve	1		1
Moderado	1	1	2
Grave	6	10	16
Total	9	11	20
Mann Whitney:	U = 3,00	p > 0,05	

Os resultados obtidos na tabela acima referem-se ao apoio familiar das reclusas participantes em relação à depressão, que foi agrupado em dois grupos: sim para as que têm apoio familiar e não para as que não o têm. Das 20 participantes do teste de depressão, uma com depressão mínima tem apoio familiar, uma com depressão leve também o tem; das duas com depressão moderada, uma tem apoio familiar e a outra não o tem. Das 16 participantes com depressão grave, seis têm apoio familiar.

A tabela 6 mostra que o apoio familiar não se relaciona com os níveis de depressão, e o teste de Mann Whitney comprova esse resultado.

Tabela 7 – Filhos que ficaram em liberdade e níveis de depressão

Níveis de depressão	Filhos que ficaram em liberdade*		
	Sim	Não	Total
Mínimo	1	0	1
Leve	0	1	1
Moderado	1	1	2
Grave	12	4	16
Total	14	6	20
Mann Whitney:	U = 6,00 P > 0,05		

* Liberdade: termo usado pelas presas que significa livre, estar fora da prisão.

A tabela acima trata dos filhos que ficaram em liberdade, separando-os em dois grupos: sim para aqueles que ficaram em liberdade e não para os que não ficaram, relacionando-os com o teste de depressão Beck. Das 20 participantes entrevistadas, uma reclusa com depressão mínima tem os filhos em liberdade, e uma com depressão leve não os tem em liberdade; das duas participantes com depressão moderada, uma tem os filhos em liberdade e a outra não. Das 16 reclusas participantes com depressão grave, 12 têm os filhos em liberdade.

Ter ou não filhos fora da cadeia também não se relaciona com depressão, e o resultado do teste de Mann Whitney mostra a inexistência dessa relação.

Após análise de fatores como o estado civil das mães presas, tempo de reclusão, escolaridade, com quem os filhos moram, apoio familiar e filhos que ficaram em liberdade, sempre relacionando-os com o teste de depressão de Beck, verificamos que tais fatores não contribuem significativamente para agravar a depressão das participantes da pesquisa.

7.2 Estudo comparativo entre as falas das participantes e o teste de depressão de Beck

Com o objetivo de analisar fatores associados à depressão das participantes da pesquisa, relacionamos suas falas a determinados eventos considerados relevantes em suas vidas:

- Como suporta a prisão

- Estar grávida na prisão
- Criar o filho na prisão
- Separação do filho
- Aceitação da família em ficar com o filho enquanto a mãe continua presa
- Continuidade da relação com o pai da criança após aprisionamento
- Como é o ambiente da prisão

Para este estudo comparativo, selecionamos uma resposta da participante com depressão mínima e duas respostas de participantes com depressão grave. Começamos pela seguinte pergunta: *O que ajuda você a suportar a vida na prisão?*

Depressão mínima

Participante 14: *Saber que ainda não fui abandonada pela minha família.*

Depressão grave

Participante 4: *Eu não aguenta aqui, ontem estava a chorar bue (muito), o dia que me prenderam na esquadra estava a sair mesmo sangue. (princípio de aborto)*

Participante 8: *O ambiente é insuportável, a pior tentação esta ai dentro, cada um tem o seu hábito e costumes, não entendo a situação e me irrita com tudo. Mas na cadeia tem sempre alguém para aconselhar.*

Traçando uma comparação entre as falas das participantes com o teste de depressão de Beck, a de número 14, que apresenta depressão mínima, diz que o fato de não ser abandonada pela família ajuda a suportar a vida na prisão, o que lhe traz certa tranquilidade. Ao contar com o amparo familiar nos momentos difíceis ela consegue ultrapassar as adversidades advindas da prisão.

Já nas narrativas das participantes com depressão grave, a de número 4 expressa que “não aguento aqui”, “ontem chorei muito”. Para ela, a atribuição significativa da prisão é a de um lugar negativo, cheio de sofrimento e dor; por isso não suporta, o choro representa tudo de ruim que a prisão lhe causa, tudo o que perdeu por estar presa, porque estar na prisão é uma incógnita.

A participante 8, que também apresenta depressão grave, afirma que “o ambiente é insuportável”, e “não entendo a situação, me irrita com tudo”. Para esta participante, pelo fato de saber que não pode fazer nada para resolver a situação que atravessa, ela vê a prisão e

todos que estão lá inseridos como insuportáveis, o que lhe provoca sentimentos de irritabilidade em relação a tudo; porém, reconhece que há sempre alguém para dar conselhos.

No relato das entrevistadas, a participante com depressão mínima tem a família como forma de enfrentamento, e isso a ajuda a suportar a vida na prisão porque minimiza o sofrimento causado pelo encarceramento. As duas participantes com depressão grave atribuíram um significado negativo à sua forma de suportar a cadeia, declarando: “Não aguento choro muito” e “me irrita com tudo”. Estes dois sintomas cognitivo-afetivos, característicos da depressão e expressados por elas, somados à vivência prisional fazem com que seus conflitos internos se exacerbem ainda mais.

A pergunta seguinte foi: *Como foi para si descobrir que estava grávida na prisão?*

Depressão mínima

Participante 14: *Fiquei bem frustrada, mais depois passou, as pessoas disseram é só aguentar, sofri, mas aguentei nasci tão bem e já amo muito o meu bebê.*

Depressão grave

Participante 4: *Estou a pensar muito, fiquei triste, estou a chorar muito, estou a chorar muito, estou a lamentar muito.*

Participante 15: *Não sabia que estava grávida, passei a minha gravidez toda aqui na cadeia, foi muito difícil.*

Em sua fala, a participante com depressão mínima disse ter ficado bastante frustrada, sofreu mas aguentou bem o nascimento. Em um primeiro momento, frustrou-se devido à nova situação que estava vivendo, mas depois conseguiu gerir todos os conflitos e ultrapassou a etapa da gravidez, tanto mais que ama muito seu filho.

No que tange às participantes com depressão grave, a de número 4 tem pensado muito, está triste, chora e se lamenta muito. O fato de saber da possibilidade de ter o filho na prisão mexe com o emocional dessa mulher, e chora porque se culpa por tudo o que está ocorrendo em sua vida.

A participante 16 relata que não sabia que estava grávida, que passou toda a gravidez na cadeia e que foi muito difícil. Ela não conseguiu ultrapassar tudo o que aconteceu, e atribui o que viveu de ruim à prisão. O significado ruim atribuído à sua gestação na prisão deve-se principalmente ao fato de estar distante dos familiares.

A próxima pergunta – *Quais as expectativas de criar seu filho na prisão?* – teve as seguintes respostas:

Depressão mínima

Participante 14: *Nenhuma, mas vou contar no meu filho que fui acusada por um crime que não cometi, e quem cometeu foi o pai dele.*

Depressão grave

Participante 20: *É difícil, principalmente nós que não recebem visita, se bem que aqui dão fraldas, algumas coisas para o bebê, roupas, mas é diferente que criar na liberdade.*

Participante 3: *Não existe, tem muitos problemas, tentação, a pessoa está no seu lugar, estão a vir te insultar, te julgar, você não falou estão a te contar na chefe da caserna, te escravizam, fazem promessas, você vais ver por cima desse crime você vai aumentar mais outro crime, te parto a cara, você tem que ficar no canto tipo uma galinha que caiu na água, e tem medo, já encontrou são condenadas estão de azul, você esta de castanho és detida não podes falar muito. Quando você fala muito te batem mesmo, e quando te batem todas entram e o filho fica fora para não ver, só entra mais tarde.*

Em sua narrativa, a participante com depressão mínima afirmou que não existe nenhuma expectativa em criar o filho na prisão, mas que vai lhe contar o que aconteceu. Mesmo sabendo que a situação em que se encontra é extremamente difícil e constrangedora para ambos, em busca de uma solução para minimizar o seu sofrimento psicológico durante o cumprimento da pena, ela afirma que vai contar ao filho por que ele nasceu e permaneceu os primeiros anos de vida na prisão, mesmo ciente das repercussões desagradáveis que pode ter com o filho.

No que se refere às participantes com depressão grave, a de número 20 afirmou que é difícil ter alguma expectativa em criar o filho na prisão, principalmente porque não recebe visitas e depende totalmente da cadeia; mesmo assim diz que é diferente de criar o filho em liberdade. O abandono familiar causa sentimentos de tristeza e desamparo à mãe reclusa, e para esta participante a falta de visitas é um fator primordial porque desestrutura sua vida. Sem solução, esta mãe vê tudo difícil ao seu redor, mesmo recebendo o apoio da prisão.

Já a participante 3 relata que existem muitos problemas na prisão, insultos, julgam mesmo sem falar nada, querem escravizar as outras, fazem promessas dizendo que além deste crime ainda vão acrescentar outros; fazem ameaças valendo-se do fato de serem condenadas;

estão de batas azuis, e quando a agridem todos se intrometem, colocando o filho para fora da cela para que não veja a mãe apanhar. No seu entender, não existe expectativa nenhuma para ambos – mãe e filho – dentro da prisão, pois o sofrimento vem de todos os lados. Além do encarceramento há também a pressão psicológica vinda das companheiras que tentam arranjar confusão. Ameaças e promessas dentro da prisão são fatores inerentes ao medo, visando forçar a pessoa a se submeter.

Pode-se perceber aqui que a participante com depressão mínima, mesmo ciente de que não há nenhuma esperança em criar o filho na prisão, não se prende ao choro e à culpa, mas dá uma solução para o problema que enfrentará futuramente com o filho: pretende explicar tudo a ele, e este é um mecanismo de defesa, de “proteção”. Contudo, para as participantes com depressão grave, não se cria filho na prisão devido ao clima lá existente, com frequentes agressões entre as presas, o que provoca problemas psicológicos nas mães e em seus filhos; em contrapartida, na prisão seus filhos recebem vários benefícios que muitas vezes não poderiam ter em casa.

Para a pergunta *Como você imagina/pensa o momento da separação?* recebemos as seguintes respostas:

Depressão mínima

Participante 14: *Claro desde que me condenaram meu crime é homicídio, sofro muito quando penso. Penso mais agora que me transferiram, não quero meu filho ir no lar, é só deus, por isso vou lhe entregar já na minha tia para lhe enviar na provincia, para ficar com a minha familia, vou esperar lhe desmamar, mas antes dos 3 anos ele vai embora, assim o sofrimento é menos e sei que esta com a família e não no lar,*

Depressão grave

Participante 3: *O coração não fica no lugar, se não fosse ela não deveria existir mais, eu lá no comando parece desmaiei duas vezes, se morresse valia mai. Não esta a ser fácil, separar do filho, não tá fácil.*

Participante 10: *Sim eu penso, por me se eu for condenada o bebé tem que ir para casa, sinto muita dor no coração, estava a pensar que iria sair junto com a minha filha até o tempo que eu ia ficar, mas já vi que não, vou lhe perder, não posso fazer nada.*

A participante com depressão mínima afirmou que pensa agora no momento da separação porque é condenada; veio transferida de uma cadeia para outra, e como não quer

que seu filho vá para um abrigo, prefere entregá-lo a uma tia que o levará para a província onde está sua família; só está esperando desmamá-lo para assim evitar o sofrimento da separação aos três anos. Aqui o fator importante é o apoio que ela tem da família, que lhe faz bem e a torna mais segura para tomar decisões.

No entanto, a situação é diferente para as participantes com depressão grave: a de número 3 diz que quando imagina a separação o coração não fica no lugar, que se não fosse pela filha ela já não existiria; que quando a prenderam ela desmaiou, e que morrer valia mais a pena porque não será fácil se separar do filho. A participante 10 pensa muito na separação, e se for condenada o bebê terá de ir para casa; sente muita dor no coração porque achava que sairia com a filha, que vai perdê-la mas não pode fazer nada.

Nota-se uma certa segurança por parte da participante com depressão mínima, por contar com uma solução antecipada em relação à separação do filho – vai entregá-lo à família. Essa separação é o sentimento mais doloroso que se pode sentir na prisão, e mesmo sendo condenada e transferida ela não esconde o sofrimento ao se ver distante da família e em vias de se separar do filho. Declara que conseguiu ultrapassar esse obstáculo mandando o filho para a casa dos familiares, pois quer evitar o sofrimento que terá daqui a três anos, que imagina muito maior, preferindo ficar só com as lembranças. O apoio familiar que ela recebe é a base segura para enfrentar as grandes adversidades da prisão.

A participante 3, portadora de depressão grave, tem um certo pessimismo em relação à própria situação; sem saída, ela prefere a situação que está vivendo, pois prefere morrer a se separar do filho. Todo esse sofrimento que passa na prisão não está fácil, e tem pensamentos suicidas; alega que se não fosse pelo filho teria morrido, e como forma de se punir ela repete que o melhor seria por fim à própria vida.

A participante 10 pretende enviar a filha para casa para evitar mais sofrimento, porque o tempo passa e sua situação ainda não está resolvida. Tal decisão decorre de uma solução de desespero – “não posso fazer nada”. A dor no coração decorre da culpa da separação, de saber que fez a filha passar por situações desagradáveis e de que não poderá dar continuidade a esse processo de maternidade, sentindo-se culpada em consequências desses pensamentos.

A separação do filho deixa a mulher presa desorientada, trazendo-lhe intensos sentimentos de depressão, angústia e culpa, como cita Poehlmann (2005).

A pergunta *Os membros da sua família aceitarão ficar com o seu filho enquanto você está presa?* recebeu as seguintes respostas:

Depressão mínima

Participante 14: *Sim, vim transferida com o meu bebé, pedi a directora para ligar para minha tia que vive aqui, e ela vem todos os meses me visitar e ela vai ficar com o meu filho ou vai lhe mandar na província onde estão os outros.*

Depressão grave

Participante 3: *A minha irmã Beatriz não aceita porque já esta no sofrimento, não tem casa, vive na renda, ela rejeitou aquela outra criança de 3 anos a Chana, depois ela consume muito alcool, bebi muito mesmo, lá na unidade apareceu bebada, o comandante lhe correu. não sei o que esta a se passar com ela.*

Participante 15: *A moça que esta a vir buscar é minha cunhada, mulher do meu falecido irmão, não quero que fica com ele, quero que lhe manda no congo na minha mãe. Quando eu estava na liberdade conversava com ela, eu ia na casa dela e ela na minha, teve filhos com o meu irmão, depois quando entrei na cadeia ela veio me visitar, no tempo que eu era detida, quando me condenaram deixou, eu é que lhe liguei para vir buscar meu filho porque aqui estão a exigir a criança para sair, não vou deixar que meu filho vai ai no lar é uma pena só ficou 9 meses vai sair já.*

Nas falas acima vimos que a participante com depressão mínima, após chegar à prisão para onde veio transferida, deu solução ao que mais a preocupava: localizou seu familiar que se encontrava na capital, pediu para a diretora ligar para a sua tia e obteve resposta recebendo todos os meses a visita da tia, que lhe garantiu ficar com o filho dela durante a sua permanência na prisão ou mandá-lo para a província onde estão os outros filhos. No caso desta participante, a aceitação dos familiares em acolher o seu filho lhe proporciona um sentimento de alívio, pois sabe que o filho não irá para um abrigo e estará seguro junto aos irmãos.

No que se refere às participantes com depressão grave, a de número 3 diz não ter certeza de que seus familiares aceitarão ficar com sua filha, porque sua irmã já havia rejeitado ficar com a outra filha de três anos quando ela entrou para prisão. Além disso, a irmã está com vários problemas – vive de aluguel e ainda bebe muito. Esta participante depara-se com uma situação de negação e desestruturação familiar que a deixa sem alternativa, pois a irmã com quem poderia contar já rejeitara sua filha mais velha, e alegando problemas pessoais provavelmente poderá rejeitar esta também. O duplo sofrimento desta mulher por estar presa e

não saber com quem a filha ficará ao se separarem provoca uma certa desorientação psíquica por não visualizar solução para alojar a criança.

A participante 15 conseguiu solucionar o seu problema ligando para a cunhada, mulher do falecido irmão, para vir buscar seu filho e depois enviá-lo para a sua mãe, pois a cadeia exige que o filho saia da prisão. Para esta reclusa, a família aceitará ficar com o filho. Apesar de não poder receber visitas por ser estrangeira, achou uma solução para o seu problema. Esta mãe, embora apresente sentimentos de punição por tudo o que o filho passou na prisão por causa dela, consegue não perder o foco e pretende enviar o filho para a família, onde ele terá melhores cuidados.

A pergunta seguinte – *Como ficou sua relação com o pai da criança após o aprisionamento?* – obteve as seguintes respostas:

Depressão mínima

Participante 14: *Terminamos, ele como é que cometeu o crime fugiu, me abandonou, mas já lhe prenderam. Ele nem conhece o filho, eu entrei grávida na prisão.*

Depressão grave

Participante 3: *Desde que entrei presa o marido não pisa aqui, não tenho correspondência com ele, não tenho visita.*

Participante 16: *Nós sempre nos demos bem, não temos problemas, vou continuar com ele, o crime é o mesmo.*

Sobre a relação com o pai da criança, a participante 14, com depressão mínima, relata que terminou a relação porque foi ele quem cometeu o crime e fugiu abandonando-a, mas que já o prenderam. Ela entrou grávida na prisão, e ele nem conhece o filho. Condenada por um crime que não cometeu e abandonada naquelas condições, tudo isso mexeu significativamente com a sua psique, mas só aceitou a situação após a prisão do pai do filho, e agora pode gerir e aceitar sua condenação.

No que tange às participantes com depressão grave, a de número 3 disse que desde que foi presa o marido não pisou na prisão, não tem recebido correspondência dele, tampouco a visita. Nesta situação, a reclusa sente-se abandonada e desvalorizada pelo marido e por seus familiares, de quem não recebe o apoio devido.

A participante 16 declara que sempre se deram bem, que não têm problemas, que vão continuar a relação e que o crime é o mesmo. A explicação para a ausência do marido está no fato de que ele também está preso, mas isso não impede que a relação continue. Lamenta que ele não participe da criação do filho, mas como reforço para a relação lembra que “sempre nos demos bem, não temos problemas”, e isso aumenta seu sofrimento.

A ausência dos familiares e o abandono por parte do parceiro em situações difíceis como o encarceramento causa na mulher um sentimento de desvalorização, diminuindo sua autoestima e lhe trazendo choro e muita tristeza.

Em resposta à última pergunta – *Como é o ambiente da prisão?* – as participantes relataram o seguinte:

Depressão mínima

Participante 14: *Como sou transferida não tenho muitos problemas, elas puxam conversas e eu respondo, mas o ambiente é pesado, próprio da cadeia, são todas iguais o que muda é o nome, mas a falsidade é a mesma.*

Depressão grave

Participante 12: *O ambiente da prisão posso dizer que, cada pessoa do jeito que acorda é que vai correr o dia dele, não há alegria, não há nada, porque você pode acordar contente vais chegar no refeitório onde andamos a comer vão te humilhar e vais ficar frustrada, você pode acordar triste vai aparecer uma pessoa vai te animar e vais rir, mas esta duro porque é cadeia, você não esta livre, nós não estamos livres, e cadeia, é cadeia. lá fora quando você acorda triste você vai passear um pouco, agora aqui não tens para onde ir, vais no penal te aquecem com barulho, entras na cela a mesma coisa, aqui é casa de humilhação, muita humilhação, inventam muitas coisa, já me inventaram que queria fugir.*

Participante 1: *As pessoas que ficam a dançar e a rirem, já estão aqui a 6, 8 e 10 anos, tudo para elas encaram como normal, mas para mim mesmo é difícil. no primeiro mês te dizem que vão vir te ouvir, vai sair, dizem para arranjar advogado, estava me sentir normal, agora o advogado esta mais a me dizer tem que aguardar o tribunal, não sei, estou a ver que vão me condenar, aqui você fala uma coisa a pessoa interpreta de outra forma.*

Nesta questão sobre o ambiente na prisão, a participante com depressão mínima salienta que como é transferida não tem muitos problemas – as companheiras puxam conversa e ela responde –, mas o ambiente é pesado, próprio da cadeia, e a falsidade é a mesma.

Entre as participantes com depressão grave, a de número 12 afirma que o ambiente na prisão depende muito do dia como se vai acordar e de como será o restante do dia; a reclusa pode acordar contente e ao chegar ao refeitório alguém vai humilhá-la e entristecê-la; ou pode acordar triste e alguém vai animá-la e fazê-la rir, mas é duro porque na cadeia não há liberdade. Em casa, quando está triste a pessoa pode ir passear, mas na prisão não há para onde ir; há barulho em todo lugar, seja no pátio ou na cela. A cadeia é a casa da humilhação.

No entanto, a participante 1 lembra que todas as pessoas que riem e dançam já estão lá há 6, 8 ou 10 anos e encaram tudo com normalidade, mas que para ela é muito difícil. Arranjou um advogado para agilizar o problema, mas não sabe se será condenada, porque o que ela diz é interpretado de maneira diferente pelas outras pessoas.

O ambiente na prisão é enlouquecedor, desestrutura qualquer pessoa que nela esteja inserida. Em meio à grande adversidade, as reclusas têm muitas vezes que ignorar os comportamentos indecorosos das companheiras a fim de evitar confusões e possíveis punições. Como é um ambiente cheio de inveja, mentiras, ciúme e hostilidade, as provocações nunca cessam, o que aumenta o sofrimento e causa sentimentos como revolta, impotência, raiva, tristeza e a incapacidade de criar um filho no ambiente prisional. Para estas participantes o ambiente prisional é pesado e humilhante, e mesmo que se esteja lá há muito tempo e se ache tudo normal, ninguém conhece aquele lugar; hoje tudo pode estar bem, amanhã a presa pode ser transferida sem prévio aviso. Essa instabilidade faz com que as reclusas vivam em eterno estado de tensão.

8 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na discussão deste estudo nos debruçaremos sobre as experiências das mulheres encarceradas em relação à depressão e ao sofrimento emocional que as envolvem durante o aprisionamento. Para trabalhar com mulheres grávidas e com as que vivem com filhos na prisão é necessário compreender quais as formas de enfrentamento da vida prisional e as consequências advindas do momento da separação entre mãe e filho.

Como verificado nesta pesquisa, todos os sofrimentos vivenciados na prisão causam um sentimento de revolta, podendo gerar vários transtornos em suas vidas. Para melhor compreensão, agrupamos tais sentimentos em fatores:

Ambiente prisional

As entrevistadas mostram que o ambiente prisional é cheio de falsidade, com muito sofrimento, hipocrisia e humilhação. É um lugar em que as pessoas se “irritam à toa”, gostam de saber da vida dos outros e falam demais. A hostilidade presente gera sentimentos negativos como o rancor e o ódio, estando de acordo com a pesquisa de Wismont (2000)

Todas as participantes afirmam que um bom relacionamento está longe de existir, e se houver baseia-se em interesse mútuo, desconfiança e muita discussão. As atitudes grosseiras que predominam entre as reclusas inviabilizam a possibilidade de amizades entre elas.

Forma de enfrentamento da vida prisional

Vimos que alguns indícios mostram como o encarceramento traz consequências negativas para a vida da mulher grávida e da mãe que vive com o filho na prisão, como se – devido às limitações que atravessa – ela se deixasse vencer pela nova situação vivenciada. Segundo as participantes, uma espécie de aceitação e conformismo em relação à vida prisional é a melhor maneira de enfrentar essa situação, buscando esquecer tudo aquilo o que perderam ou deixaram em liberdade. Lamentar-se continuamente a respeito das perdas decorrentes do encarceramento dificulta o processo de adequação a essa nova vida.

Gravidez na prisão

Algumas participantes grávidas não querem dar à luz na prisão, por isso choram muito e sentem-se culpadas. O ódio que nutrem dentro de si por estarem presas pode destruir todas as esperanças que acalentavam antes de terem suas vidas interrompidas pela privação da

liberdade, como afirmam em sua pesquisa Hutchinson *et al.* (2008). Para as autoras, esse funcionamento psicológico afeta não somente as presas, mas também a saúde de seus filhos mesmo antes do nascimento. Duas participantes relataram que é muito duro estar grávida e na prisão, porque lá só há humilhação, sofrimento e muita dor. Esta preocupação materna desorganiza psiquicamente seu estado emocional, prejudicando a gravidez, pois a falta de apoio as deixa esgotadas e desesperadas.

Os relatos das participantes que entraram grávidas e deram à luz na prisão revelam que foi muito difícil passar toda a gravidez naquele lugar desagradável onde ninguém se sente à vontade. Para elas a prisão representa tudo de ruim que passaram durante todo o processo de gestação.

Nesta sequência de ideias foi feito um paralelo com as participantes que entraram com seus filhos na prisão. Todas ressaltam que tiveram uma gravidez tranquila. O fato de estar em casa, junto da família, melhorou muito o estado emocional destas participantes, como afirma Maldonado (1982).

Amamentação

Sobre o significado da amamentação, duas participantes informaram que não haviam amamentado, uma porque o filho não aceitou mamar, e a outra porque não tinha leite. A reação de negação destas participantes quanto ao significado da amamentação aponta para os conflitos internos que não conseguem gerir, privando-se assim de uma relação mais íntima entre mãe e filho. Winnicott (1999) cita que as mães que têm dificuldades pessoais muito grandes devido aos seus próprios conflitos internos não conseguem amamentar. Uma participante revelou que tem que amamentar porque não recebe visitas, não tem quem a ajude, e se faltar o leite que a cadeia fornece regularmente o filho não será prejudicado, pois continuará a ser alimentado. O sofrimento expressado por esta participante está associado à vida na prisão, pois mesmo em grandes dificuldades ela consegue alimentar o seu filho. Para ela, a amamentação tem um significado de sobrevivência – para matar a fome, e não como um relacionamento mais íntimo entre mãe e bebê.

Todas as participantes que amamentaram afirmam que, além de colaborar para o crescimento saudável dos filhos, o ato de amamentar é maravilhoso. Este sentimento positivo

aumenta a confiança entre eles, ajudando a reduzir os traumas passados durante o processo de gravidez. Concordamos assim com a pesquisa de Huang *et al.* (2012) ao abordarem o aleitamento materno.

Parto na prisão

Vimos que a pressão vivida na prisão aumenta a ansiedade das parturientes em relação ao momento de dar à luz. Esta dificuldade deve-se ao fato de se sentirem oprimidas por suas vozes não serem ouvidas em um momento tão importante.

As participantes disseram que a ida ao hospital foi bastante difícil, e que sentiram muita culpa e vergonha por estarem acompanhadas pelas agentes prisionais. Evitavam olhar para as pessoas que passavam, rezavam para que os filhos nascessem bem e que as chefes se afastassem por um minuto do quarto onde se encontravam, para poderem conversar com as companheiras do quarto que não eram presas. Todas estas lembranças negativas jamais sairão de suas memórias. A dor e o medo de parirem sozinhas e longe da família as levaram a "entregar tudo a Deus".

A vergonha é um sentimento que destrói a identidade das mães. A pressão psicológica causada pela presença das agentes prisionais na hora do parto deixa-as em um estado de desorientação e desvalorização do momento que estão passando, sem autonomia por não conseguirem reverter a situação, como constataram Ramos *et al.* (2007) em sua pesquisa.

Criar o filho

Alguns indícios mostram que o sofrimento das participantes em relação aos filhos surge também pelas limitações dentro da cadeia, onde o único espaço que as crianças têm para brincar é a creche, pois na caserna estão proibidas de fazer qualquer tipo de barulho porque isso irrita as companheiras, motivo pelo qual os pequenos vivem grudados nas mães com medo de sofrer algum tipo de agressão. Ademais, as brigas constantes entre as reclusas são presenciadas pelas crianças, inibindo-as cada vez mais. Ali ninguém quer aturar o choro ou qualquer outra situação que envolva crianças, e o fato de as companheiras não terem seus filhos na prisão causa sentimentos de ciúme e inveja, torna a relação entre elas insuportável e a vida das crianças ainda mais difícil.

Uma participante ressalta que conversa bastante com o filho, tentando transmitir-lhe um outro tipo de mensagem, além de levá-lo e buscá-lo na creche diariamente. Este desejo da mãe estar presente em tudo o que se relaciona ao filho é uma tentativa de superar todas as dificuldades atravessadas; porém, muitas vezes ela acaba se frustrando porque na prisão não existem privilégios. Como salienta Winnicott (1999), o bebê é parte de sua mãe.

Separação

No que tange ao processo de separação, as participantes que vivem com os filhos na prisão afirmam que pensar na separação do filho lhes traz enorme sofrimento e angústia, como sustenta Poehlmann (2005) em sua pesquisa.

Isto se coaduna com os achados em nossa pesquisa, porque pensar na separação provoca dor e apatia e muda totalmente a rotina da mãe e do filho, rompendo com os laços afetivos que foram construídos ao longo dos anos; restam somente lembranças e sentimentos de culpa que o tempo não consegue apagar da memória.

De acordo com as falas das participantes, ao se separarem dos filhos pelo aprisionamento as mães encontram dificuldades em reorganizar suas ideias, e até as tarefas mais simples de executar tornam-se complicadas; ficam pensando como será a vida do filho após a separação.

Uma participante relatou que o filho iria sair naquela semana, e que isso estava lhe doendo muito. Assim, preferiu entregar tudo “nas mãos de Deus” e não pensar muito sobre isso para não se sentir mal e acabar afetando o filho.

Vimos que o sentimento de desespero demonstrado por essa participante perturba sua mente, deixando-a em estado de choque, fracassada perante a dura realidade que é a separação. Ao expressar um enorme sofrimento quando diz “dói muito”, o significado construído pela dor dessa participante traduz as experiências vividas pelos dois e que deixam esta mãe sem alternativa. A ideia da separação tende a tornar a mãe insegura, como cita Winnicott (2012).

Relação pai/ filho e marido/ mulher após o aprisionamento

A continuidade da relação entre pai/ filho e marido/ esposa após a reclusão é muito difícil – o abandono por parte do parceiro é recorrente no seio das presidiárias. Na literatura não se encontra pesquisa que fale sobre o abandono do companheiro. De acordo com os

resultados obtidos, para a maioria das participantes os parceiros desapareceram sem dar qualquer explicação; muitos nem esperaram as esposas serem julgadas. Algumas participantes que entraram grávidas e tiveram seus filhos na prisão relataram que os companheiros sumiram, e que portanto os filhos não têm contato com os pais. A sensação de ser abandonada pelo parceiro aumenta-lhes o sofrimento.

De acordo com as participantes, as que recebem apoio dos companheiros atestam que eles ficaram com os filhos em casa, e que eles lhes dão muita força. A presença dos companheiros na prisão aumenta a autoestima da mulher e lhe granjeia o respeito das companheiras, mostrando que apesar do sofrimento ela mantém o apoio do marido; assim consegue ultrapassar certas dificuldades e evitar problemas emocionais durante a gravidez.

Duas participantes disseram que os filhos não terão contato com os companheiros porque estes faleceram, o que significa que além do encarceramento elas têm de lidar com a perda dolorosa dos parceiros.

Religião e crenças espirituais como apoio à vida prisional

Vimos que todas as participantes buscam apoio espiritual na cadeia como forma de enfrentamento. Sentem-se mais esperançosas em relação ao seu problema, buscam força para aguentar a longa caminhada prisional, e encontram “em Deus o maior consolo para a solução de suas vidas”, pois sem Ele não conseguiriam enfrentar o cotidiano da cadeia.

As crenças religiosas oferecem suporte às participantes da pesquisa na sua forma de significado de privação de liberdade. Todas creem em Deus e acreditam que Ele é a solução para os problemas. Aqui, a religião oferece a possibilidade de construção de um modelo operativo interno, um porto seguro e fonte de proteção, tendo como resultado a regulação do sentimento de segurança.

Ao mudar sua forma de agir e pensar, as participantes acreditam que passarão por uma transformação interna (fé) que as aliviará o sofrimento.

Acompanhamento psicológico/ psiquiátrico na prisão

A intervenção psicológica tem um papel preponderante na prisão, regularizando o estado psicológico e emocional das participantes e evitando problemas psicológicos. Notamos que seis participantes declararam que nunca haviam se encontrado com psicóloga ou psiquiatra, e nem mesmo sabiam da sua existência na prisão.

As demais participantes relataram que a presença da psicóloga tem sido de grande ajuda, pois as leva a controlar os pensamentos; assim, conseguem suportar o ambiente prisional e todo tipo de sofrimento advindo do encarceramento. Afirmaram que com a intervenção da psicóloga podem dar sentido à sua vida mesmo na prisão, fazer planos para o futuro e mudar o seu modo de pensar, buscando apoio sempre que precisam.

Depressão de Beck (BDI-II)

Das 20 participantes, 16 têm depressão grave, 2 têm depressão moderada, 1 tem depressão leve e 1 tem depressão mínima. Foi feito então um cruzamento com as falas das participantes, selecionando uma portadora de depressão mínima e duas com depressão grave. Dessa forma, pudemos observar que todas as participantes, em maior ou menor grau, apresentam sintomas de depressão.

- Como suportam a vida na prisão

Vimos que a participante selecionada, portadora de depressão mínima, apoia-se na família pois sente-se acolhida e pode contar com os familiares quando deles necessita. A segurança que a família lhe passa torna-a forte o bastante para enfrentar a cadeia, pois conta com eles como sua matriz de apoio, sua base segura.

As duas participantes com depressão grave expressam profundos sentimentos negativos que as deixam desorientadas, com sintomas tais como choro e lamentações por não suportarem a prisão; irritam-se com tudo, e esses sentimentos as deixam em situação difícil porque não podem gerir seus problemas e não têm onde se apoiar.

- A descoberta de estar grávida na prisão

Traçamos um paralelo entre elas, buscando saber como haviam reagido quando descobriram que estavam grávidas enquanto presas: a participante com depressão mínima frustrou-se mais e em seguida aceitou a situação, conformando-se e ultrapassando assim seus conflitos internos; quanto às duas participantes com depressão grave, não conseguiram superá-los. Como também não acreditavam em seu potencial, mantiveram os sintomas depressivos e se tornaram cada vez mais inseguras, vendo tudo cada vez mais difícil ao seu redor.

- A criação do filho no ambiente prisional

A participante com depressão mínima apresentou um diferencial, optando por contar a verdade ao filho assim que ele crescesse, diminuindo seu sofrimento. Esta solução ajudou na

resolução do problema que a atormentava, sentindo-se assim mais segura em relação ao comportamento futuro do filho; ou seja, valeu-se de um “mecanismo de proteção”.

Em contrapartida, as duas participantes com depressão grave não conseguiram lidar com essa questão, tampouco superar a pressão das companheiras no ambiente prisional; assim, apegaram-se a sentimentos negativos que prejudicaram o seu estado emocional, permanecendo tristes e raivosas por não terem como se defender e proteger seus filhos; mantiveram, portanto, “sentimentos de punição”.

- O momento da separação é o mais difícil na prisão, tanto para as participantes quanto para as crianças, suas companheiras e até para as funcionárias, que obrigatoriamente têm que cumprir seu papel

Para a participante com depressão mínima, a aceitação da prisão levou-a a solucionar um problema que poderia lhe causar sofrimento dentro de três anos: pretende mandar o filho para ser cuidado pelos familiares. Este processo de aceitação ajudou na tomada de decisão, e ela vai aos poucos se preparando para a separação, o que a deixa mais segura para enfrentar o que vem pela frente.

As duas participantes com depressão grave mantêm um certo pessimismo, além de pensamentos suicidas em relação à situação que estão vivendo. Não há segurança em suas palavras, porque os familiares não se propuseram a ficar com os seus filhos. Mesmo na hipótese de os familiares aceitarem criá-los, a insegurança e o medo que sentem é tanta que acabam fraquejando, prejudicando-se cada vez mais e aumentando ainda mais o próprio sofrimento.

- Os membros da sua família aceitarão ficar com seu filho

Para a participante com depressão mínima, o apoio familiar é fundamental – é a base segura que a fortalece, aumentando sua esperança de saber que quando sair da prisão o filho estará bem, junto da família. Ela precisou sentir-se segura quanto a esta questão, tendo ligado para a tia e obtido desta uma resposta positiva quanto à criação do filho. A família é um fator de proteção.

As outras duas participantes, com depressão grave, como não têm certeza de que os familiares aceitariam ficar com seus filhos, permaneceram em estado de frustração. As dificuldades vivenciadas pela família deixam-nas em estado de desespero porque têm ciência de que podem não aceitar ficar com o seu filho. Uma participante tomou a decisão de enviar o

filho para a família quando chegar o momento em que ele deverá deixar a prisão, mas mantém-se insegura e incerta porque não tem confiança de que a cunhada realmente levará a criança para os familiares. Isso lhe causa grande sofrimento e culpa por tudo o que o filho está passando na prisão. Ela não perdeu o foco, usando o fator protetor de enviar o filho para ser cuidado pela família, mas demonstra uma dor que a deixa transtornada e desorientada sobre a incerteza dos cuidados de que o filho necessita.

- Sobre a relação com o companheiro após o aprisionamento

A participante com depressão mínima teve aceitação e conformismo, o que lhe serviu como um ponto forte para aguentar a prisão, mas sentiu-se aliviada ao saber que o companheiro, responsável pela sua prisão, também estava preso.

Nas participantes com depressão grave, uma foi abandonada pelo esposo desde sua entrada na prisão; não tem apoio familiar, sente-se rejeitada e desvalorizada pelos que achava serem os mais queridos, o que aumenta o seu sofrimento psicológico. Já a outra prefere viver com lembranças e sentimentos positivos, na esperança de que, quando o marido sair da prisão, haverá continuidade na relação. O aprisionamento de ambos é o que os deixa nessa situação, mas a incerteza e as dificuldades que passa na prisão mexem com o seu estado emocional.

A ausência dos familiares e o abandono por parte do parceiro em momentos difíceis como o encarceramento reduzem sua autoestima, trazendo-lhe choro e angústia.

Em conclusão, ao refletirmos sobre a vida das participantes deste estudo verificamos que vários fatores associados à experiência da mulher durante o aprisionamento podem se constituir em fatores desencadeantes para o seu sofrimento. Dentre esses fatores temos:

- o ambiente prisional a ser enfrentado pelas participantes;
- a maternidade vivida na prisão, que é cheia de dificuldades;
- o parto, momento em que se sentem desvalorizadas e hostilizadas.

Durante a criação dos filhos na prisão, as maiores dificuldades encontradas pelas participantes são:

- a falta de apoio familiar, principalmente o abandono pelo pai da criança;
- a limitação de espaço para o filho brincar, que causa brigas constantes na caserna;
- a inveja das companheiras pelo fato de verem as outras com seus filhos na prisão.

Observamos que os fatores desencadeados pela situação em que vivem na prisão são:

- a destruição do apego que construíram em conjunto;
- a recusa dos familiares em cuidar dos filhos;
- a culpa se a criança for parar em um abrigo.

Os elementos desencadeadores que contribuem para que a relação com o companheiro não perca após o aprisionamento são:

- a falta de paciência dele em visitar a companheira e o filho na prisão;
- as dificuldades financeiras para custear as despesas que possam surgir em decorrência desse aprisionamento;
- a constituição de uma nova família ou uma segunda relação já existente;
- a ambição desmedida por parte do companheiro, que leva sua parceira para o crime por ganância e depois a faz pagar por isso;
- a dificuldade de criar os filhos sozinho;
- o falecimento do marido.

Vimos que os fatores que ajudam a gerir o sofrimento são:

- o isolamento, pois devido às intrigas as participantes preferem ficar no seu lugar;
- limitar-se a falar o mínimo necessário e não dar muita confiança às companheiras;
- não comentar da própria vida com ninguém, tampouco falar da vida alheia;
- cumprir com o que lhe mandam fazer;
- cuidar do filho para que ele não invada a cama alheia;
- evitar falar sobre o próprio crime;
- ter apoio familiar;
- ter a presença do marido nas visitas.

A ausência dos familiares nas visitas dá-se pela distância e em virtude de questões financeiras.

Vimos que o sofrimento na prisão é uma realidade. A vida atrás das grades é suportada como muita dificuldade, pois as reclusas não têm voz. Por serem consideradas pessoas improdutivas, ninguém lhes dá o verdadeiro valor. Como consequência, essas mulheres são geralmente inseguras e cheias de incerteza quanto ao futuro.

Concluimos que todas as participantes citaram o apoio familiar como um fator importante. A família é a base segura, e mesmo as que são abandonadas têm esperança de que futuramente seus familiares possam reaparecer. Se isso ocorre, qualquer desculpa ou

justificativa será aceita pela participante, com receio de que uma eventual reclamação leve o familiar a desaparecer novamente.

Vimos também que na cadeia tudo causa depressão, pois todas as participantes da pesquisa estão deprimidas. O que reduz a depressão é o apoio familiar; assim respaldadas, conformam-se com a situação e dão solução aos problemas relacionados à vida do filho, aceitando que futuramente terão que se separar dele. .

Em suma, segundo os indícios apresentados o que aumenta a depressão nas participantes é a incerteza quanto à criação dos filhos, a falta de apoio familiar, o pessimismo, os pensamentos autopunitivos, a falta de segurança e a falta de perspectiva futura.

Os resultados encontrados não nos permitem generalizá-los. Eles são parte da realidade encontrada no universo das participantes desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com mulheres encarceradas não é tarefa fácil. Quando se trata do sofrimento causado pela separação da mãe/ filho, uma relação que já era difícil devido à privação de liberdade torna-se complicada, ocasionando vários problemas.

A prisão, caracterizada como um local que causa grande sofrimento e perda de dignidade às encarceradas, faz com que estas, em busca de subsistência, recorram a diferentes formas de enfrentamento, como o isolamento para evitar problemas.

Para essas mulheres o apoio familiar é um fator fundamental, algo simbólico para as presas. Saber que não foram esquecidas pelos familiares aumenta a autoestima, dando-lhes esperança por saberem que não foram abandonadas; sentem-se ainda amadas e respeitadas.

A fase de gestação na prisão é totalmente frustrante, como mostraram as participantes. É tudo difícil. Ficar sem autonomia e sem “voz” em um ambiente onde tudo o que se pensa é abafado ou proibido. A maternidade atrás das grades é vivida com muita dor, angústia e tristeza, porque na prisão os direitos humanos estão longe de existir. Ali só valem as normas baixadas pelos órgãos responsáveis.

Amamentar o filho na prisão pode ter ou não significado para essas participantes, dependendo do valor que o filho representa. Observamos que aquelas que amamentaram vivenciaram momentos de aproximação com o filho, valorizando-se mais e amenizando seus sofrimentos.

O fato de estarem proibidas de conversar e receber visitas enquanto hospitalizadas trouxe mágoa às participantes, especialmente no momento de dar à luz, pois como presas deveriam acatar as normas do regime interno do estabelecimento prisional.

O comportamento agressivo das reclusas em relação às crianças dentro da caserna deixa as mães oprimidas e tímidas. Os pequenos não têm liberdade para brincar dentro da cadeia, pois tudo irrita as outras reclusas. Os direitos das crianças não se fazem sentir; na verdade, essas crianças são adultos em miniatura, porque muito cedo aprendem a conviver com os problemas que as mães atravessam e a conhecer seus limites de locomoção na prisão. As constantes pressões sofridas naquele ambiente afetam o desenvolvimento físico, intelectual e emocional das crianças. Esse comportamento indigno apresentado por muitas reclusas em

relação às crianças e suas mães decorre de sentimentos de ciúme e inveja, porque várias delas já foram separadas de seus filhos e não têm notícias deles.

A separação entre mãe e filho é o momento de maior sofrimento na prisão, segundo as participantes. A incerteza, principalmente em relação à boa continuidade na criação dos filhos, deixa todas as mães em um estado desolador, tanto as que tomam a iniciativa de mandar os filhos para casa antes do tempo, quanto as que permanecem com eles até aos três anos de idade.

As crianças que saem da prisão e são levadas para um abrigo não são disponibilizadas para adoção, lá permanecendo até a saída da mãe da cadeia, quando esta terá o direito de receber o filho de volta. O sofrimento causado pela separação destrói o futuro da mãe e do filho: da mãe porque, sem perspectivas, não consegue proteger o filho, não pode exigir que a família o receba para criá-lo ou que permaneça na prisão com ela; e do filho, que sem entender a situação que está passando permanece em estado de choque, negando a separação. Para ambos, mãe e filho, a separação é vista como um fator de risco porque destrói bruscamente uma relação íntima que estava em seu início.

Vimos assim que o alto índice de depressão grave constatado nas participantes é devido às pressões por elas vivenciadas. Em consequência, essas participantes perdem o rumo e se transformam em mulheres traumatizadas e deprimidas.

De acordo com os indícios apresentados nos depoimentos, o acesso a tudo na prisão é complicado, o que dificulta o contato com psicólogos e psiquiatras. Por esta razão muitas delas desconhecem as funções desses profissionais. Contudo, essa ignorância e falta de interesse por parte da população penal deve-se à dificuldade de acesso às informações, incentivada pelos agentes prisionais. Sugerimos que se criem bases para mudar a mentalidade das pessoas que lidam com essa população tão frágil e carente, para que futuramente possam se conscientizar de que a presença do psicólogo e do psiquiatra dentro de um estabelecimento prisional não se limita ao atendimento de pessoas esquizofrênicas, e sim a toda a população penal, incluindo os funcionários.

Além disso, propomos a criação de uma política em relação à presença do apoio familiar, admitindo assistentes sociais na prisão feminina para que realizem, junto a essa população, um levantamento sobre a localização e situação dos familiares, para posterior

discussão em ata com os órgãos responsáveis pelas instituições prisionais, visando a implementação de um plano de apoio que ajude a minimizar o sofrimento das reclusas.

A presente pesquisa vem confirmar em linhas gerais os achados já consagrados na literatura sobre o encarceramento das mulheres grávidas e a separação dos filhos. As experiências vividas por elas na prisão refletem parte de toda uma questão cujos efeitos atingem essa população em várias dimensões. Os resultados deste estudo levam-nos a refletir sobre o quanto a sociedade desconhece da vida na prisão; do sofrimento das mulheres grávidas e das que vivem ali com os filhos; e das dificuldades a elas impostas.

Consideramos que os objetivos desta pesquisa foram alcançados na medida que pudemos entender a experiência dessas mulheres em relação à depressão e ao sofrimento advindo do encarceramento. Assim, pretendemos divulgar o que de concreto se passa dentro da prisão, procurando despertar o interesse de um maior número de pesquisadores da área, no intuito de dar voz a essas reclusas.

Por outro lado, tencionamos aqui conclamar os órgãos responsáveis pelas instituições prisionais para, em parceria com o Estado, criar políticas de ressocialização e de integração que possam reduzir o sofrimento das mães e de seus filhos tanto na prisão quanto após a restituição da liberdade.

Pretendemos ainda que as crianças, após serem separadas das mães, não importando se forem encaminhadas para a casa de familiares ou para abrigos, tenham direito a um acompanhamento psicológico em virtude dos conflitos decorrentes dessa separação, os quais podem futuramente comprometer sua integração social e até mesmo conduzi-los à mesma senda que levou suas mães à prisão.

Em conclusão, reiteramos que o aconselhamento psicológico é umas das bases fundamentais de apoio na prisão, visto que todas as mulheres encarceradas encontram-se deprimidas devido a conflitos internos relacionados a problemas psicossociais. A psicoterapia vai ajudá-las a escrever novas histórias, ressignificando modelos e padrões, e refletindo sobre a maternidade, a criação dos filhos e a separação deles por meio de um novo olhar. A psicoterapia pode contribuir para a valorização pessoal que elas acreditam ter perdido, aprofundando uma reflexão em relação à construção de seus projetos interrompidos e favorecendo a criação de esperanças para um futuro melhor pós-aprisionamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Simone G.; CONSTANTINO, Patrícia. **Filhas do Mundo**: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

AZEVEDO, Maria Helena P. Rangel de. **Controle e resistência em uma penitenciária feminina**: O caso do Talavera Bruce. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Área de concentração em Ciências Políticas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2010.

BECK, Aaron T.; STEER, Robert A.; BROW, Gregory K. Manual do inventário de depressão de Beck – BDI-II. 1ª. Edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

BENHAIM, Michele. O Materno e a delinquência. **Revista Ágora**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./jun. 2008. INSS 1516-1498. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1516-1498200800100001>>.

BOWLBY, John. **Separação** – angústia e raiva – v. 2 da trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. **Perda** – tristeza e depressão – v. 3 da trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes, 2004b.

_____. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. **Mulher Encarcerada**: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Área temática: Estado, Sociedade e Educação, Universidade de São Paulo - USP, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/disponiveis/48/48134>>.

BUGLIONE, Samantha. A fase feminina da execução penal. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 19, n. 20, p. 251, 1998.

CARDOSO, Mónica. **Maternidade em tempos de reclusão**, 2003. Projeto de Investigação. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/viiiicongreso/pdfs/297.pdf>>.

CRESWEL, John W. **Projeto de Pesquisa**. Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. 39. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FREUD, Sigmund. [1914-1916]. Introdução ao narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos. In: **Freud Obras Completas**, v. 12. Trad. Paulo César de Sousa. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

_____. [1927-1931]. O Futuro de Uma Ilusão. O Mal-Estar da Civilização e Outros Trabalhos. In: **Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, v. 21. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GALLBACH, Marion Rauscher. **Sonhos e gravidez** – iniciação à criatividade feminina. São Paulo: Paulus, 1995.

GOFFMAN, Erving [1961]. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: EDUSP/EPU, 1974.

GOMES, Aline B. Figueiredo. **As prisões do feminino e as mulheres nas prisões: um recorte sobre a maternidade encarcerada**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Área de concentração: subjetividade, política e exclusão social, Universidade Federal Fluminense - UFF, 2010.

GONÇALVES, Rui Abrunhosa. **Delinquência, crime e adaptação à prisão**. 3. ed. Coimbra: Quarteto, 2006.

HUANG, Katy; ATLAS, Rebecca; PARVEZ, Farah. The Significance of Breastfeeding to Incarcerated Pregnant Women: An Exploratory Study. **Birth**, v. 39, p. 145- 146, June 2012.

HUTCHINSON, Katherine; CONLON, Katherine; MOORE, A. Ginger; PROPPER, B. Cathi; MARIASKIN, Amy. Incarcerated women's psychological functioning during pregnancy. **Psychology of Women Quarterly**, v. 32, n. 4, dec. 2008, p. 440-453. doi:10.1111/j.1471-6402.2008.00457.

KNIGHT, Marian; PLUGGE, Emma. The outcomes of pregnancy among imprisoned women: a systematic review. **BJOG - an international journal of obstetrics and gynaecology**, v. 112, p. 1467-1474, Nov. 2005.

KUBLIKOWSKI, Ida. **A identidade com a figura materna durante a gravidez**. 1984. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 1984.

LEBART, S.; SALEM, A. **L'analyse statistique de données textuelles**. Paris: Bordas, 1988.

LIMA, Márcia de. **Da visita íntima à intimidade da visita: a mulher no sistema prisional**. 2006. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo – USP, 2006.

LOMBROSO, Cesare. **Características de um criminoso** [1835-1909]. 1876. Disponível em: http://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=2w3qU7nVF8fNgAsj2IG4cg&gw_rd=ss/#q=casare+lombroso. Acesso em: 4 mar. 2013.

MALDONADO, Maria Tereza P. **Psicologia da gravidez: parto e puerperio**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

MICHAELIS, **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Código Penal da República de Angola**. Luanda: Editora Escolar, 2010. Disponível em: <http://www.escolareditora.com>.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Cartilha de procedimento do recluso**. Serviços Prisionais de Angola. Luanda: SAEPI Editora, 2002. Disponível em: http://www.eunanet.net/beth/news/tópicos/mulheres_presas_com_crianças.htm.

NASSIF, Aramis N. [1984]. O apenado, a família, a LEP e a Constituição. In: CARVALHO, Salo de (Org.). **Crítica à execução penal**: doutrina, jurisprudência e projetos legislativos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002, p. 629.

NERO, Sónia Del. **Conflitos Intrapsíquicos**. São Paulo: VectorPro, 2003.

PARKES, Colin M. **Amor e Perda**: as raízes do luto e suas complicações. São Paulo: Summus, 2009.

PEREIRA, Letícia Gustinelli. **Mulheres presidiárias e a sua vivência da maternidade**. Pós-graduação Lato-Sensu em Psicologia Jurídica – Especialização. Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010,

POEHLMANN, Julie. Incarcerated mothers' contact with children, perceived family relationships, and depressive symptoms: **Journal of Family Psychology**, v. 19, n. 3, Sept. 2005, p. 350-357. doi: 10.1037/0893-3200.19.3.350.

QUINTINO, Silmara Aparecida. **Creche na prisão feminina do Paraná – Humanização da pena ou intensificação do controle social do Estado?** 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

RAMOS, Manoela Dutra *et al.* **A prisão feminina**: o mapeamento das gestantes e das mães que vivem com os filhos no cárcere. Avaliação e Intervenção em Saúde Mensal. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2007.

ROCHA, Marlene Pereira da. **Elementos da Teoria Winnicotiana na Constituição da Maternidade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Núcleo de Estudos e Pesquisas de Práticas Psicoterápicas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2006.

SANTA RITA, Rosangela P. **Mães e crianças atrás das grades**: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, 2006.

_____. Crianças em ambiente penitenciário: uma análise da experiência brasileira. **VoxJuris**, ano 2, v. 2, n. 1, p. 203-220, 2009.

Disponível em: www.ugf.br/editora/pdf/voxjuris2/artigo7

SEQUEIRA, Vania Conselheiro: **Vidas Abandonadas** – crime, violência e prisão. São Paulo: Edit. EDUC, 2011.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN, JR., John. **Nonparametric Statistics for Behavioral Sciences**. New York: McGraw-Hill Books, 1988.

SOARES, Barbara M.; ILGENFRITZ, Iara da Silva. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

STELLA, Claudia. **Filhos de Mulheres Presas**. São Paulo: LCTE, 2006.

STERN, Daniel N. **A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VARGAS, Laura Jimena O. **Sobreviver numa Penitenciária de Mulheres: quando adaptar-se é resistir**. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília – UnB, 2005.

VIAFORE, Daniele. **A gravidez no cárcere brasileiro: uma análise da penitenciária feminina Madre Pelletier**. *Direito & Justiça*, ano XXVII, v. 31, n. 2, p. 91-108, 2005. ISSN: 0100-9079.

WACQUANT. Loic. **As duas faces do gueto**. Rio de Janeiro: Bomtempo, 2008.

_____. **As Prisões da Miséria**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WHITAKER, Christiane. **O campo infracional: Sistema de Justiça e a Prática Judiciária à Luz da Psicanálise**, 2010. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

WINNICOTT, Donald W. [1945]. Para um estudo objetivo da natureza humana. In: **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

_____. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Da Pediatria à Psicanálise**. São Paulo: Imago, 2000.

_____. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

WISMONT, Judith Merenda. The lived pregnancy experience of women in prison. **Journal of Midwifery & Women's Health**, v. 45, n. 4, July/August 2000, p. 292-300. Disponível em: <[http://dx.doi.org.ez95.periodicos.capes.gov.br/10.1016/s1526-9523\(00\)00034-9](http://dx.doi.org.ez95.periodicos.capes.gov.br/10.1016/s1526-9523(00)00034-9)>.

ANEXO I
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Participante,

Eu, Filomena Graciano Lamberg Catito, venho por meio deste solicitar a sua participação na minha pesquisa, sob o título “**Depressão e sofrimento emocional durante a gravidez e separação dos filhos em mulheres encarceradas**”, no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, cidade de Luanda, Angola. Esse trabalho tem como objetivo compreender as experiências das mulheres grávidas encarceradas e a separação dos seus filhos.

A coleta dos dados será feita com base nos instrumentos a seguir:

- Formulário para caracterização da amostra: buscar informações de dados sociodemográficos para o conhecimento do perfil das participantes, tais como: idade, estado civil, escolaridade, tipo de crime, tempo de reclusão, tempo a cumprir;
- Entrevista semiestruturada, abordando aspectos referentes à vivência das mulheres grávidas e mulheres que vivem com os filhos. O roteiro da entrevista será elaborado especificamente para esta pesquisa;
- Teste para depressão de Beck, para avaliar o sofrimento psicológico das mães reclusas;

É importante elucidar que sua participação nesta pesquisa será voluntária, tendo você total liberdade para desistir da mesma a qualquer momento. Ao final da sua participação, a pesquisadora lhe informará sobre os resultados obtidos e lhe fornecerá uma cópia com tais resultados, se você assim o desejar.

Os critérios de ética serão devidamente seguidos, com comprometimento quanto ao sigilo total dos conteúdos abordados, sem que haja qualquer risco em relação à sua pena ou aos aspectos emocionais e psíquicos das participantes deste estudo.

Os dados desta pesquisa serão utilizados na defesa de dissertação do mestrado da pesquisadora, sendo afiançado que a identidade das participantes será preservada.

Dados da Pesquisadora:

Nome: Filomena Graciano Lamberg Catito

Endereço: Rua Conselheira Brotero, 703, aptº 51- Santa Cecília

Telefone (11) 954192943 (Brasil)
(244) 923479545 (Angola)

Eu, _____, portadora do BI _____, declaro estar ciente da minha participação na pesquisa “**Depressão e sofrimento emocional durante a gravidez e separação dos filhos em mulheres encarceradas**”, no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, Luanda, Angola. Dessa forma, autorizo a gravação dos relatos registrados pela minha pessoa, assim como sua divulgação para fins de pesquisa e ensino.

ANEXO II

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO (CADEIA FEMININA DE VIANA)

A/C Estabelecimento Feminino de Viana, Angola/Luanda

Eu, Filomena Graciano Lamberg Catito, venho por meio deste solicitar autorização para a realização de minha pesquisa nesse estabelecimento prisional, junto às reclusas. A presente pesquisa, sob o título “Depressão e sofrimento emocional durante a gravidez e separação dos filhos em mulheres encarceradas”, no Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, Luanda/Angola, tem como objetivo compreender as experiências das mulheres grávidas encarceradas e a separação dos seus filhos.

Os dados serão coletados por meio dos seguintes instrumentos:

- **Formulário para caracterização da amostra:** busca informações de dados sociodemográficos para o conhecimento do perfil das participantes, tais como: idade, estado civil, escolaridade, tipo de crime, tempo de reclusão, tempo s cumprir.
- **Entrevista semiestruturada:** aborda aspectos referentes à vivência das mulheres grávidas e mulheres que vivem com os filhos. O roteiro da entrevista será elaborado especificamente para esta pesquisa.
- **Teste para depressão de Beck:** avalia o sofrimento psicológico das mães reclusas.

A pesquisa em questão segue os critérios de ética estabelecidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, garantindo assim o sigilo e a proteção das participantes quanto à sua identificação.

Atenciosamente,

Filomena Graciano Lamberg Catito

ANEXO III**QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

Nome (pseudônimo): _____

Data: ____/____/____

Idade: _____ anos.

Estado Civil: () casada () solteira () separada () viúva () união estável

Grau de escolaridade: _____

Profissão: _____

Tipo de Crime: _____

Tempo de reclusão: _____

Tempo que falta para cumprir: _____

Filhos (idade e se moram com quem): _____

Recebe apoio familiar: () Sim () Não

Tempo de gestação na altura em que entrou na prisão: _____

Quanto tempo de gravidez você tem ou tinha quando entrou para prisão: _____

Qual a idade de seu filho hoje: _____

ANEXO IV
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Descreva como é o seu dia a dia na prisão. _____

- 2) O que ajuda você a suportar a vida na prisão? _____

- 3) Gestação
- a) Como foi para si descobrir que está/estava grávida na prisão? _____

- b) Como você encara essa situação? _____

- c) Existem algumas vantagens para reclusas grávidas? () Sim () Não
Em caso afirmativo, quais são as vantagens? _____

- E quais seriam as desvantagens? _____

- 4) No momento de dar à luz (somente para quem já deu à luz):
- a) Que expectativas você tinha sobre o momento de dar à luz?

- b) Como você se sentiu ao ser acompanhada pela agente prisional na hora do parto?

- c) Qual foi a sensação que teve no primeiro contato com seu filho?

- 5) Amamentação (somente para quem já deu à luz):
- a) O que você sentiu ao amamentar seu filho na cadeia? _____

-
- b) Que significado tem para você a amamentação? _____

- c) Por quanto tempo você amamentou seu filho? _____

- 6) Criação do filho:
- a) Quais as expectativas em criar seu filho na prisão? _____

- b) Como é a relação entre você e as outras reclusas? _____

- c) Como é o ambiente na prisão? _____

- d) O que você acha do tratamento das funcionárias da creche? _____

- e) Existe algum tipo de ajuda que você recebe de fora da prisão? _____

- f) Como é a relação do pai com a criança? _____

- 7) Separação aos três anos:
- a) Você pensa na futura separação entre você e seu filho? _____

- b) Como você imagina o momento da separação? _____

- 8) Os membros da sua família aceitarão ficar com seu filho? _____

- 9) Tem recebido visitas do seu parceiro ou familiares? _____

- 10) Como ficou sua relação com o pai da criança após o aprisionamento? _____
